

35

2º
semestre
2018

sociedade e as novas modernidades

INTERAÇÕES



sociedade e as novas modernidades

INTERAÇÕES

3 PREFÁCIO/PREFACE

ARTIGOS/ARTICLES

- 9 Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships:
An Empirical Investigation
*A Capacidade de Resposta do Mercado de Trabalho para a
Formação Profissional na Grécia: Uma Investigação Empírica*
Varvara Lalioti
- 30 Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers'
Housing Needs Provision
*Dimensão da Política de Pensões para a Provisão
das Necessidades de Habitação dos Trabalhadores do Gana*
Delali A. Dovie, Isabella R. Ayimey, Phebiemary Adodo-Samani
- 57 Ideologia Política Esquerda-Direita – Estudo Exploratório
do Eleitorado Português
*Left-Right Political Ideology - Exploratory Study
of the Portuguese Electorate*
João Pedro Baptista, Marlene Loureiro
- 81 A Dádiva do Torrent
The Gift of Torrent
Gabriel Ferreirinho
- 101 Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea
na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT
*Sociological Research on Várzea Football
in the Community São Gonçalo Beira Rio in Cuiabá/MT*
Francisco Xavier Freire Rodrigues, Allan Kardec Pinto Acosta Benitez
- ### ENSAIO/ESSAY
- 134 Confronting Health Communication Challenges
Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: Synopsis
*Enfrentando os Desafios de Comunicação em Saúde
Abordar a Tuberculose no Sri Lanka: Sinopse*
Deepak Gupta, Kanthi Ariyaratne, Abdul Cader Refai, Shyamali Rathnayake

Prefácio

Os artigos que integram o presente número da *Interações* são trabalhos que propõem análises empiricamente orientadas, baseadas quer em metodologias qualitativas, quer quantitativas. Os dois primeiros artigos têm, aliás, a especificidade de combinarem os dois tipos de metodologia.

O volume abre com um artigo exploratório de Varvara Lalioti sobre a capacidade de resposta do mercado de trabalho à formação profissional na Grécia. Num contexto em que a discussão académica e política sobre o impacto da formação profissional no mercado de trabalho vem ganhando importância, em particular nos países mais afetados pela crise económica e financeira recente, a investigação de Varvara Lalioti reveste-se de um particular interesse, ao chamar a atenção para as fragilidades que os programas de formação profissional podem apresentar. O principal objetivo do autor é avaliar em que medida os programas de formação profissional gregos podem ser encarados como uma alternativa ao percurso académico tradicional, abrindo maiores possibilidades à inserção dos jovens no mercado de trabalho. Varvara Lalioti conclui que, apesar do sistema de formação profissional grego revelar algumas potencialidades, existem vários problemas que o impedem de constituir uma alternativa viável ao ensino académico e a uma sucedida integração no mercado de trabalho. O autor conclui o seu artigo defendendo a necessidade de uma política que direcione a formação profissional para uma perspetiva mais orientada para o mercado de trabalho.

No artigo “Dimensão da Política de Pensões para a Provisão das Necessidades de Habitação dos Trabalhadores do Gana”, Delali Dovie, Isabella R. Ayimey e Phebiemary Adodo-Samani analisam a capacidade do sistema de pensões no Gana satisfazer as necessidades e expectativas habitacionais da sua população trabalhadora. Esta é uma questão muito importante em países que conjugam um crescente envelhecimento populacional com fracas ou mesmo inexistentes infraestruturas formais de apoio às gerações mais velhas. Os autores articulam esta questão com outras questões críticas da governação de países em desenvolvimento, e notam que as suas observações podem ser extrapoladas para outros países da África subsariana com características similares.

Prefácio

João Pedro Batista e Marlene Pereira pretendem averiguar a “capacidade do eleitorado em compreender, reconhecer e se autocolocar nos diversos campos políticos atinentes à escala política Esquerda-Direita”. Através do lançamento de um inquérito por questionário ao eleitorado do concelho de Vila Real, os autores pretenderam entender a ideologia política dos inquiridos e analisar a forma como percebem e se autoposicionam na díade esquerda-direita. A questão de partida que os move é compreender se “o eleitorado se autoposiciona (...) aquando questionado sobre a sua autoperceção ideológica, de acordo com a sua identidade partidária e decisão eleitoral”. Os autores, através da aplicação de uma escala política esquerda-direita já utilizada por outros investigadores em diferentes contextos sociopolíticos, chegaram a resultados consonantes com a literatura académica sobre o tema. Assim, João Pedro Batista e Marlene Pereira verificam que o autoposicionamento dos inquiridos é fortemente influenciado pela sua posição político-partidária, o que indicia dificuldades na compreensão da díade esquerda-direita. Num momento em que vários estudos questionam, em termos teóricos, a pertinência da dicotomia esquerda-direita, o artigo reveste-se de particular interesse na medida em que mostra que ela continua a ser válida “não apenas de orientação, mas também de linguagem política para todos os envolvidos num mundo civilizado e político”.

O artigo de Gabriel Ferrerinho centra-se na circulação de bens a partir do download de *torrents*, e parte das discussões do trabalho de Marcel Mauss sobre a noção de dívida para entender a relação entre este conceito e forma de partilha *peer-to-peer*, possibilitada pelo funcionamento dos *torrents*. Assente na relação tripla *dar, receber e retribuir*, o download por *torrent* mostra, segundo Gabriel Ferrerinho, que num mundo em que o sistema capitalista é a forma hegemónica de produção, troca e distribuição, permanecem sociabilidades em que as trocas pela dívida coexistem com o carácter utilitário das transações. No seu trabalho, Gabriel Ferrerinho questiona-se sobre a relação entre o processo de partilha possibilitado pelo download de *torrents* e a noção de solidariedade. Será necessário, interroga-se o autor, encontrar uma motivação altruisticamente pura para manter a noção de dívida ligada à ideia de solidariedade ou será que a motivação dos utilizadores é movida, maioritariamente, por interesses egoísticos?

Francisco Xavier Freire Rodrigues e Allan Kardec Pinto Acosta Benitez estudam o papel mediador do futebol de várzea (termo utilizado no Brasil para o futebol praticado nos campos de bairros, vilas e favelas, e que não possui nenhuma estrutura) na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá, no estado de Mato Grosso, no

Brasil. Os autores utilizaram as histórias de vida como método e a realização de entrevistas semiestruturadas como técnica de recolha de dados. Tendo como preocupação a análise das relações e conflitos e contradições existentes entre as equipas de futebol na comunidade estudada, o seu trabalho procura mostrar qual o papel do futebol de várzea na mediação das diferenças locais e de que forma modifica o espaço e as relações entre grupos e indivíduos.

No ensaio que encerra o volume, Deepak Gupta, Kanthi Ariyaratne, Abdul Cader Refai e Shyamali Rathnayake destacam os desafios na comunicação que se colocam no contexto do combate à tuberculose no Sri Lanka. Depois de enfatizarem que o combate à tuberculose tem sido uma das preocupações do governo do Sri Lanka, os autores chamam a atenção para o facto de que as diferentes taxas de incidência estão relacionadas com a vulnerabilidade socioeconómica da população e com o género. Os desafios na comunicação na saúde são então confrontados com vários quadros teóricos e conceptuais. Os autores defendem que o processo de determinar qual a abordagem conceptual e de comunicação a adotar no combate à tuberculose deve ser um esforço estratégico e sistemático. A conceção de programas de comunicação em saúde toma como ponto de partida tanto as “necessidades sentidas” no nível do sistema social, quanto as “necessidades de ação”. Os autores finalizam o seu ensaio apresentando uma sinopse das recomendações técnicas para a comunicação na saúde baseadas em três pilares: defesa de causas, comunicação e mobilização social.

Inês Amaral
Maria João Barata
Vasco Almeida

Preface

The articles included in this issue of *Interações* are papers that propose empirically oriented reviews, based on both qualitative and quantitative methodologies. The first two articles have, moreover, the specificity of combining the two types of methodology.

The volume opens with an exploratory article by Varvara Lalioti on the responsiveness of the labour market to apprenticeships in Greece. In a context in which the academic and political discussion on the impact of apprenticeships on the labour market is gaining importance, particularly in the countries most affected by the recent economic and financial crisis, Varvara Lalioti's research is of particular interest, drawing attention to the weaknesses that apprenticeship programs may present. The main objective of the author is to assess the extent to which Greek apprenticeship programs can be seen as an alternative to the traditional academic pathway, opening up greater possibilities for young people to enter the labour market. Varvara Lalioti concludes that although the Greek apprenticeship system reveals some potential, several problems prevent it from being a viable alternative to academic education and to successful integration into the labour market. The author concludes his article advocating the need for a policy that directs apprenticeship to a perspective more labour market-oriented.

In the article "Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers Housing Needs Provision", Delali Dovie, Isabella R. Ayimey and Phebiemary Adodo-Samani analyze the capacity of the pension system in Ghana to meet the housing needs and expectations of its working population. This is a very important issue in countries that combine growing population aging with weak or even non-existent formal support infrastructures for older generations. The authors articulate this issue with other critical issues of governance in developing countries and note that their observations can be extrapolated to other sub-Saharan African countries with similar characteristics.

João Pedro Batista and Marlene Pereira intend to investigate the «capacity of the electorate to understand, recognize and self-position in the various political

fields related to the left-right political scale. Through the launch of a questionnaire survey to the Vila Real constituency, the authors sought to understand the political ideology of the respondents and to analyze how they perceive and self-position themselves in the left-right dyad. The starting point that moves them is to understand if «the electorate is self-positioned (...) when asked about their ideological self-perception, according to their party identity and electoral decision». The authors, through the application of a left-right political scale already used by other researchers in different sociopolitical contexts, reached results consonant with the academic literature on the subject. Thus, João Pedro Batista and Marlene Pereira verify that the self-positioning of the respondents is strongly influenced by their political-partisan position, which indicates difficulties in understanding the left-right dyad. At a time when several studies question, in theoretical terms, the relevance of the left-right dichotomy, the article is of particular interest in that it shows that it continues to be valid «not only in guidance but also in political language for all involved in a civilized and political world».

Gabriel Ferrerinho's article focuses on the circulation of goods from the download of torrents and departs from the discussions of Marcel Mauss's works on the notion of gift, to understand the relation between this concept and the form of peer-to-peer sharing, made possible by the operation of the torrents. Set in the triple relation of giving, receiving and returning, the download by torrent shows, according to Gabriel Ferrerinho, that in a world in which the capitalist system is the hegemonic form of production, exchange and distribution, there remain sociabilities in which the exchanges in the form of gift coexist with the utilitarian character of the transactions. In his work, Gabriel Ferrerinho questions the relationship between the process of sharing made possible by the download of torrents and the notion of solidarity. Is it necessary, the author asks himself, to find an altruistically pure motivation to maintain the notion of gift linked to the idea of solidarity, or is it that the motivation of the users is driven mainly by selfish interests?

Francisco Xavier Freire Rodrigues and Allan Kardec Pinto Acosta Benitez study the mediating role of *várzea* football (the term used in Brazil for football practiced in the districts, villages and favelas fields, and which has no structure) in the São Gonçalo Beira Rio Community, in Cuiabá, in the state of Mato Grosso, Brazil. The authors used life histories as a method and the conducting of semi-structured interviews as data collection technique. Having as concern the analysis of the relationships and conflicts and contradictions between football teams in the community studied, their

Preface

work seeks to show the role of *várzea* football in the mediation of local differences and how it modifies space and relations between groups and individuals.

In the essay that closes the volume, Deepak Gupta, Kanthi Ariyaratne, Abdul Cader Refai and Shyamali Rathnayake highlight the challenges in the communication that are placed in the context of the fight against tuberculosis in Sri Lanka. After emphasizing that the fight against tuberculosis has been a concern of the Government of Sri Lanka, the authors point out that the different incidence rates are related to the socio-economic vulnerability of the population and with gender. The challenges in communicating in health are then confronted with various theoretical and conceptual frameworks. The authors argue that the process of determining the conceptual and communication approach to be taken in the fight against tuberculosis should be a strategic and systematic effort. The conception of health communication programs takes as its starting point both the “felt needs” at the level of the social system, as well as the “action needs”. The authors conclude their essay by presenting a synopsis of the technical recommendations for communication in health based on three pillars: advocacy, communication and social mobilization.

Inês Amaral
Maria João Barata
Vasco Almeida

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

Varvara Lalioti

Democritus University of Thrace, Department of Social Administration and Political Science,
Komotini - Greece - blalioti@gmail.com

Abstract

The ongoing economic crisis in Greece has given rise to a new interest in apprenticeships, linked to the perception that such programmes can provide an alternative to an academic educational pathway that can boost the employment prospects of young people. Against this background and drawing on the findings of a large-scale, mostly qualitative, research project that reviewed the Greek apprenticeship system and involved surveying 150 stakeholders, this original exploratory article provides a critical, succinct, but also comprehensive exploration of three major

themes associated with a key aspect of apprenticeships in Greece: labour market responsiveness. These themes which emerged from the thematic content analysis undertaken, are: (i) content-related issues; (ii) actor-related issues; and (iii) issues related to the mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions. The article argues that, despite some strengths, serious weaknesses jeopardize the potential of apprenticeships in Greece to function as an effective alternative to academic study and an efficient path towards labour market integration.

Keywords: Labour market responsiveness, apprenticeships, vocational education and training, Greece, crisis.

A Capacidade de Resposta do Mercado de Trabalho para a Formação Profissional na Grécia: Uma Investigação Empírica

Sumário

A crise económica atual na Grécia deu origem a um novo interesse pela formação profissional, o que está ligado à percepção de que os programas de formação profissional podem fornecer uma alternativa a um percurso educativo académico e que podem impulsionar as perspetivas de emprego para os jovens. Nes-

te contexto e com base nos resultados de um projeto de pesquisa de grande escala, maioritariamente qualitativo, que analisou o sistema de formação grego e envolveu um questionário a 150 *stakeholders*, este artigo exploratório original fornece uma exploração crítica sucinta, mas também compreensiva de três gran-

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

des temas associados a um aspeto chave da formação profissional na Grécia: a capacidade de resposta do mercado de trabalho. Estes temas que emergiram da análise do conteúdo do tema são: (i) questões relacionadas com o conteúdo; (ii) questões relacionadas com os intervenientes; e (iii) questões relacionadas com o desequilíbrio entre a oferta e a pro-

cura por cargos com formação profissional. Este artigo argumenta que, apesar de algumas forças, existem sérias fraquezas que prejudicam o potencial da formação profissional na Grécia em funcionar como uma alternativa efetiva aos estudos académicos e como um caminho eficiente na direção da integração no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Capacidade de resposta do mercado de trabalho, Formação Profissional, Ensino Vocacional e estágio, Grécia, crise.

INTRODUCTION

Drawing on the findings of a large-scale, mostly qualitative research project, this article breaks new ground in exploring, from a multi-stakeholder perspective, the key issue of the labour market responsiveness of the Greek apprenticeship system. In the midst of the Greek financial crisis, the youth unemployment rate increased dramatically from 22.7% in 2007 to 52.4% in 2014 (falling back slightly to 47.3% in 2016), and led to an extensive ‘brain drain’. Against this background, apprenticeships have attracted attention as an alternative to an academic educational pathway that can boost the employment prospects of young people.

Indeed, statistical data indicate that approximately 70% of graduates of apprenticeship programmes in Greece enter employment upon completion of their studies (Ministry of Labour, Social Insurance and Welfare, 2015, pp. 13-18). The figure is even higher in specialties such as IT. Similarly, at the European level, 60 to 70% of apprentices move into a job directly following their studies, while in some employment sectors this rises to as much as 90% (European Commission, 2017).

The recent attention paid by the Greek authorities to apprenticeships is in line with the central position apprenticeships occupy in the discussion on restructuring education in Europe. It contrasts with the previously low level of interest in these programmes, and the traditional underdevelopment of the Greek vocational education and training (VET) system, of which apprenticeships form one part.

References to recent policy initiatives related to apprenticeships are included in the 2015 Economic Adjustment Programme (European Commission, 2015), the National Strategic Framework for Upgrading VET (Law 4386/2016), and, most evidently,

in the Quality Framework for Apprenticeships (QFA) (Joint Ministerial Decision no. 26385/20 February 2017). The changes that have been introduced include, *inter alia*, the extension of higher apprenticeships. These have been offered at post-secondary level, since 2016 by the EPAL, i.e., vocational education schools operating under the aegis of the Ministry of Education, Research and Religious Affairs. Participation in the EPAL apprenticeship programmes leads to qualifications at level 5 of the national and European qualification frameworks (NQF and EQF) after one year of school and workplace training.

Nonetheless, the Manpower Employment Organization (OAED), i.e., the Greek public employment agency remains the main provider of higher apprenticeships in Greece. OAED is currently responsible for 51 vocational education schools (commonly known as EPAS). The EPAS operate at upper secondary level, under the aegis of the Ministry of Labour, Social Insurance and Solidarity, and cater for students aged 16 to 23, who must have completed at least the first class of upper secondary school. They provide apprenticeships in specialties such as silversmithing, bakery and pastry-making, and hairdressing, leading to qualifications at NQF/EQF level 4 after two years of school and workplace training. It is these OAED apprenticeship programmes and their labour market responsiveness, i.e., the extent to which the programmes offer adapt and change in response to changes in the labour market, that are the focus of the present article.

Labour market responsiveness is one of the central themes examined in the apprenticeship-related literature covering countries with a strong apprenticeship tradition, such as Austria, Germany, Switzerland, Denmark and the Netherlands. In general, there is a consensus that apprenticeships ease the school-to-work transition and lower the unemployment rate (see e.g. Wolter & Ryan, 2011; Piopiunik & Ryan, 2012). Some commentators, however, argue that the labour market advantages gained by apprentices are transitory and fade over time (see e.g. Parey, 2016), or that they mainly benefit those placed in large firms (see e.g. Albanese, Cappellari, & Leonardi, 2017).

Content-related issues, actor-related issues, and the match between the offer of and demand for apprenticeship placements are the main three topics which emerged from the thematic analysis undertaken as part of the research presented here. These issues are amongst the main topics explored in the context of the above literature. The relationship between the ‘content’ of training, as exemplified by the characteristics of the school- and company-based components of apprenticeships, and the ‘success’ of apprenticeships, as measured by the rate of labour market integration of graduates,

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

is examined. High quality content, e.g. up-to-date curricula and specialties, is recognized as being important to improving the employment prospects of apprentices (see e.g. Fuller, Unwin, Cavaglia, McNally, & Ventura, 2017).

Content-related difficulties, for example, an 'unpleasant working environment', also arguably explain the limited success of apprenticeships better than factors associated with, for instance, the socio-demographic and educational characteristics of apprentices (see e.g. Gambin, Hogarth, & Hasluck, 2011). Moreover, the recent financial crisis in Greece is argued to have adversely affected the content of apprenticeships, as well as the attitudes of companies towards them (Bellmann, Gerner, & Leber, 2014).

Actor-related issues are likewise regarded as having an impact on the labour market responsiveness of apprenticeships. Broadly speaking, governance structures that are deemed helpful in terms of labour market responsiveness rely on the engagement of and close cooperation between key actors. By contrast, the low involvement or commitment of actors with a deep knowledge of the labour market, such as social partners, is seen as being problematic. The need to rethink traditional roles and boundaries, such as the almost exclusive responsibility of state authorities for school-based learning, is one of the main arguments put forward in the literature (see e.g. OECD, 2014, pp. 7, 13, 16). To this end, employers are viewed as suitable actors for assuming more extensive roles in apprenticeships (see e.g. Rowe, Moss, Moore, & Perrin, 2017).

Similarly, the mismatch between the offer of and demand for apprenticeship placements that characterizes various apprenticeship systems, as reflected in the provision of specialties that do not respond to company needs, is perceived as a major obstacle to labour market responsiveness (see e.g. Hogarth, Gambin, & Hasluck, p. 53). This mismatch should be viewed in conjunction with employer concerns about the quality of graduates and unmet expectations about their skill levels, e.g. the expectation that apprentices will already have specialist occupational skills (see e.g. Grollmann, Steedman, Jansen, & Gray, 2017).

By contrast, the labour market responsiveness of apprenticeships in Greece is a relatively unexplored subject, leaving ample scope for research. While apprenticeships have been examined in the context of the country's VET strategy (see e.g. Small Enterprises Institute of the Hellenic Confederation of Professionals, Craftsmen, & Merchants, 2014), specific references to labour market responsiveness are limited.

For instance, Paidoussi (2014) argues that the links between apprenticeships and

the labour market in Greece are rather weak. A 2015 study by the Foundation for Economic and Industrial Research (IOBE) revealed that apprenticeships increase the likelihood of the integration of graduates into the labour market, but that companies are facing difficulties – related to the financial crisis – that have had an impact on the apprenticeships offered. That same year, the Ministry of Labour published a study that drew attention to the mismatch between the specialty preferences of apprentices and labour market needs and highlighted the lack of adequate technical equipment as a feature that hindered schools from incorporating new specialties into their programmes (Ministry of Labour, Social Insurance and Welfare, 2015, pp. 41–46).

Against this backdrop, this exploratory article aims to fill a significant gap in the literature, by adding to the long tradition of studies outside Greece, which have offered evaluation of apprenticeships based on the views of stakeholders (see e.g. Mulkeen, Abdou, Leigh, & Ward, 2017). The article argues that, despite some strengths, apprenticeships in Greece also have serious weaknesses. These undermine the potential of apprenticeships to function as an alternative to an academic educational pathway that can boost the employment prospects of young people.

The remainder of the article comprises three main sections covering research methodology, findings, and discussion and conclusions.

RESEARCH METHODOLOGY

The findings presented draw on a large-scale, mainly qualitative, research project (December 2015–March 2017) that aimed to review the Greek apprenticeship system, using an analytical framework developed by the European Centre for the Development of Vocational Training (known as Cedefop). This framework covered ten thematic areas, including thematic areas such as the place of apprenticeships in the VET system and labour market responsiveness (Cedefop, 2015).

The aim of the research was to uncover stakeholders' perceptions, opinions and experiences with respect to the labour market responsiveness of apprenticeships in Greece. The ultimate objective was to identify strengths and weaknesses and offer suggestions for improvements.

The project commenced with extensive desk research on the state of apprenticeships in Greece. This was followed by three consecutive rounds of fieldwork, which

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

surveyed 150 stakeholders¹. The sampling method, which aimed to ensure the best possible representativeness of stakeholders, involved a three-stage process designed to ensure an appropriate spread of interviews across regions, economic sectors and target groups (e.g. national agencies, social partners, employers, teachers, students, etc). Selected individuals were invited to take part. They were provided with relevant information and informed consent was obtained.

The first fieldwork round (April–June 2016) collected factual information from implementation-level stakeholders (practitioners and beneficiaries). A total of 100 semi-structured interviews with individuals representing different groups was carried out (27 students, 15 graduates, 23 teachers and school directors, 33 company representatives and two OAED employees). This stage of the work concluded with a round-table discussion with ten participants.

Building on the findings of the first fieldwork round, a second round of interviews (September–October 2016) focused on the challenges identified in the previous round and the current and possible future roles of the institutions involved in apprenticeships in the provision of quality programmes. A total of 35 semi-structured interviews was carried out (with 22 representatives of the national agencies involved in apprenticeships, 11 social partners and two experts in apprenticeship programmes), along with an online survey of 828 employers. Interviewees from this round also participated in a round-table discussion. This took place in November 2016 and examined selected topics that emerged during the second round of fieldwork.

The third fieldwork round (January–February 2017) explored possible solutions and recommendations for improving apprenticeships. It consisted of five semi-structured interviews (with three policy-makers, one representative of social partners and one expert in apprenticeship programmes), and two round-table discussions. The first discussion gathered together six representatives of social partners and chambers of industry and commerce, while the second involved 12 representatives from government ministries and national agencies engaged in the apprenticeship system.

Labour market responsiveness was examined most systematically during the first survey round. Guided by Cedefop's analytical framework, the research examined a series of operational descriptors, such as procedures that allow apprenticeships to respond to or anticipate labour market needs. The specific questions were tailored to the role of the interviewee. Thus, for example, questions addressed to school direc-

¹ This number includes ten individuals who participated only in the round-table discussions and not in the interviews. Otherwise, round-table participants are a subset of the interviewees.

tors and teachers included whether curricula were adjusted to reflect labour market needs, if information from the local/regional labour market and companies was utilized to make teaching more compatible with company needs, and whether there was a mismatch between the offer of and the demand for apprenticeship positions.

Typical questions addressed to company representatives included whether they had been approached by OAED to provide feedback on their skills needs, if they had communicated their skills needs to schools on their own initiative, and whether they would be willing to provide such information on a regular basis. Graduates were asked whether they recalled any instances of the content of their training being adjusted to the needs of local companies, if local professional associations or companies had been invited to their schools to talk to apprentices about current labour market needs, and whether, since graduating, they had been approached by schools to provide feedback on the skills needs of their companies and on their own professional development.

Although the second and third rounds prioritized other thematic areas (e.g. governance structures, and participation of and support for companies), issues associated with labour market responsiveness, such as selecting specialties and forming classes to match labour market needs or assessing the apprenticeship system and its outcomes, were also covered, with identical questions addressed to all participants. Typical questions addressed stakeholder views on possible cooperation with other key players; the best way to assess the system and its outcomes on a regular basis; whether the existing apprenticeship system contributed to identifying the necessary skills for apprentices, and how this contribution might be improved; whether curricula should, to some extent, reflect local or sectoral needs; and whether there was a role for their organization in monitoring work-based learning.

All interviews were recorded and transcribed, with care taken to protect the identity of all individuals.

Next, thematic content analysis was undertaken to identify and explore major themes within the data, i.e., patterns in the data that were important or interesting (see e.g. Braun & Clarke, 2006; Nowell, Norris, White & Moules, 2017). As mentioned above, this highlighted three major themes with regard to the labour market responsiveness of apprenticeships, i.e., content-related issues, actor-related issues, and issues related to the match between the offer of and demand for apprenticeship placements. The findings presented below are categorized according to these themes.

FINDINGS

Content-Related Issues

Apprentices in Greece attend theoretical and lab-based courses at the EPAS for 21 hours a week and undertake practical training in the workplace for a maximum of six hours a day (Article 2 of Joint Ministerial Decision no. 40087/14 December 2007). In theory, the development of curricula is based on job profiles and occupational standards, which are in line with the priorities of national employment policies (Article 4 of Joint Ministerial Decision no. 110998/8 May 2006). In a similar vein, the specialties offered in the EPAS are assumed to be designed according to local labour market needs. Each year the Head of OAED decides how many apprenticeship positions will be offered, based on research within the local labour market in the geographical area of each EPAS (Articles 4 and 5 of Joint Ministerial Decision no. 40087/14 December 2007).

In practice, however, more than two-thirds of the interviewees in this study agreed that the content of curricula is only partly adapted to job profiles and occupational standards, and therefore does not always fully meet labour market needs. Furthermore, the interviews, especially those with teachers and school directors, indicated that matching curricula and specialties to labour market needs draws on a series of partly 'informal' actions, related to, for example, the review and revision of curricula by EPAS teachers, and decisions on the provision of specialties by OAED officials. Given that this informal activity takes place on a regular basis, it has become 'quasi-institutionalized'.

The following extract from an interview with a teacher is revealing:

Especially in the case of specialties that involve the application of technology – for example, mechanics – there is a gap between the content of the courses and what the market needs. What happens in practice is that teachers, on their own initiative and in an ad hoc and informal manner, adjust the content of the courses they teach to better meet labour market needs. For this reason, teachers utilize information from the local labour market.

In a similar way, OAED officials take steps to match the specialties offered by the EPAS with labour market needs. This includes, inter alia, meetings, usually held in May, with representatives of social partners and chambers of industry and commerce,

as well as personal research on local labour market needs, through the development of relationships and contacts with employers.

There was also general agreement amongst interviewees that the design and implementation of new curricula and specialties is time-consuming, mainly due to bureaucracy. As one school director stated: “The readjustment of curricula requires considerable time, as it involves bureaucratic procedures, in which the Ministry of Education and the Institute of Educational Policy play a key role.” One of the teachers interviewed likewise underlined this point: “The creation and operation of a new specialty takes almost two years and it cannot keep up with the fast pace of the change in the labour market. In practice, what often happens is simply a repetition of the same specialties over time.”

The above should be viewed in conjunction with the absence of an explicit learning plan for the company-based component of apprenticeships. Less than a tenth of graduates and two-tenths of company representatives said that companies followed a specific plan in the training of apprentices. This was illustrated by the words of one interviewee representing a large company active in the tourism sector:

In a large tourism company, such as ours, learning follows a specific plan and apprentices are required to fulfil a series of standardized tasks... This ‘clarity’ is something lacking in the vast majority of SMEs. Although the tripartite apprenticeship contract, signed by OAED, the employer and the apprentice, describes, in general terms, the rights and the duties of apprentices....training takes place in an ad hoc way.

Additional content-related constraints on the labour market responsiveness of apprenticeships in Greece, as discussed by approximately two-thirds of apprentices, are associated with the perceived gap between company- and school-based learning, with the latter often viewed as being out of date. This gap was seen as being most pronounced when company-based learning takes place at the premises of a private (and not public) sector employer.

Moreover, a small proportion of apprentices (about a tenth of those interviewed) complained that the training received at the company level did not reflect their specialty, with obvious implications for labour market responsiveness. For example, one of the graduates said: “I was supposed to be responsible for taking care of the infants at the nursery. Instead, the boss made me clean the kitchen and prepare coffee for the other employees.”

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

The interviews with graduates indicated that this is a phenomenon more commonly associated with public rather than private sector employers.

Overall, the research revealed that the use – and especially the systematic use – of procedures aimed at enhancing the labour market responsiveness of apprenticeship programmes is limited. This is exemplified by the fact that, although more than half of graduates had the chance to visit the premises of companies during their studies, less than a tenth could recall any instances of local professional associations coming to an EPAS to talk about their skills needs. Moreover, graduates were not officially invited by their schools to provide feedback on the needs of the company they worked at after graduation, with one graduate interviewee saying, “Teachers only ask graduates informally for feedback from their work experience after graduation.” Likewise, the vast majority of the company representatives interviewed had not been approached by OAED to provide information about the skills needs of their companies. Furthermore, there was no evidence that those who had been approached were surveyed in a structured manner. In fact, almost three-quarters of the companies that participated in the online survey said that they were familiar with the apprenticeship programmes offered by OAED. About half of the employers did, however, discuss their skills needs with OAED after they had taken the initiative.

The research also highlighted general agreement amongst interviewees that the severity of the financial crisis had contributed to the stagnation (or even aggravation) of the negative features of apprenticeships, and especially those related to school-based training. Furthermore, approximately a fifth of all interviewees mentioned that reduced financial resources, as a result of the crisis, worked against the updating of laboratories, books, and the hiring of permanent teachers, thus undermining the overall quality of apprenticeships and restricting their ability to attain their goals.

Finally, interviewees offered a series of suggestions for improving the market-responsiveness of apprenticeships. These included re-establishing the old OAED committees that were in charge of adapting curricula to labour market needs, collecting information from employers, on an annual basis, about the specialties they are interested in, and allowing employers to play a key role in the design of curricula.

Actor-Related Issues

There was general agreement amongst interviewees that major actors, especially social partners, chambers of industry and commerce, and employers, all of whom have a deep knowledge of the labour market, but a relatively weak presence in the

existing governance structures, appear to operate in a way that hinders the labour market responsiveness of apprenticeships. The words of a social partner interviewee are revealing on this issue as they also highlight the willingness of actors with a limited engagement in apprenticeships to become more involved in the system:

In theory, social partners sit on OAED's Administration Board and thus they can directly influence the type and nature of measures, interventions and programmes that OAED develops and implements, including apprenticeships. Nonetheless, in practice....members of the Hellenic Confederation of Professionals, Craftsmen and Merchants (GSEVEE), that is to say owners of SMEs, are essentially the only ones who play a role in formulating the content of practical workplace training (and much less in shaping curricula)...We would like to be more involved, especially in the selection of specialties and the design of curricula. We know the market and have the necessary know-how to play that role.

The interviews with representatives of chambers of industry and commerce, as well as employers, likewise confirmed that the roles of these actors are relatively limited and that they would like to become more engaged in apprenticeships. For instance, according to a representative of a chamber of industry and commerce:

Currently, chambers of industry and commerce do not have the role that they would wish to play in the apprenticeship system...In collaboration with social partners, chambers could record labour market needs at regional and local levels. They could also play a key role in the provision of guidance at all levels, as well as in the governance of apprenticeships, for example, by registering companies interested in apprenticeship programmes.

Likewise, one employer said:

We are not satisfied with the rather limited role we play in the system. Companies would be interested in being more actively engaged in apprenticeships and in enhancing their labour market responsiveness, especially by having a say in the selection of specialties and the design of curricula.

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

The above should be viewed in conjunction with the performance of actors with stronger institutionalized responsibilities in the apprenticeship system, such as OAED's Centres for the Promotion of Employment (KPA), which presents further barriers to the labour market responsiveness of apprenticeships. This issue is discussed in the following extract from an interview with an OAED official:

Although the KPA provide EPAS with access to a comprehensive database that includes data on positions offered by companies, they have problems in fulfilling their role, since they suffer from understaffing. Moreover, they cannot provide updated data on the supply of and demand for labour at the local level.

Shortcomings in the role played by another group of stakeholders with a strong institutionalized role in the system, i.e., teachers, also work against the labour market responsiveness of apprenticeship programmes. In this case, as explained by one of the teachers interviewed, the main problem is the shortage of permanent teachers:

Given that EPAS teachers are diminishing in numbers, and the share of permanent staff is likewise decreasing, compared with the share of teachers paid by the hour, the operation of schools is essentially hampered, at the ultimate expense of the labour market responsiveness of apprenticeships. We should also bear in mind that only permanent staff have the authority to monitor work-based learning.

Finally, the research highlighted a series of suggestions made by interviewees. These included inter alia, strengthening the collaboration between teachers, KPA offices, ministries and other agencies engaged in apprenticeship programmes, and encouraging the involvement of chambers of industry and commerce in informing OAED about labour market needs.

Match Between the Offer of and Demand for Apprenticeship Positions

Given the findings presented above, the relative mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions, mentioned by most interviewees as a major weakness of apprenticeships in Greece, should not come as a surprise. One OAED official commented as follows: "In practice, the most important indicator of whether a specialty does not respond to labour market needs is the shortage of training posts

offered by companies for that specialty (and vice versa). Unfortunately, this is not uncommon.”

The majority of interviewees from all stakeholder groups also agreed that the existing popular specialties are limited to a narrow set of occupations and do not cater for emerging sectors of economic activity. Sectors with high growth forecasts are not fully embraced and supported by the development and expansion of relevant specialties. Broadly speaking, the apprenticeship offer is driven by the availability of resources (laboratories and teaching staff in particular) rather than identified labour market need.

The online survey carried out as part of the research corroborated the mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions. Although employers understand and recognize the importance of apprenticeships in ensuring a skilled labour force, the most common reason mentioned for companies not offering apprenticeship positions² was the absence of appropriate specialty programmes and the related absence of graduates with the skills needed by companies. The top reason given by companies that stated they did not intend to offer apprenticeship posts in the future (less than one-tenth of respondents) was that apprentices lack the necessary skills (general and social competences especially, but also technical skills).

By contrast, when participants in the online survey were asked about the strengths of apprenticeships as opposed to other schemes, the most commonly mentioned feature was the lower cost of apprentices compared to the alternatives. Thus, it appears that the main reason for hiring apprentices is not their ability to fulfil the tasks linked to a job, but their perceived low cost – employers effectively see them as ‘cheap labour’.

These findings should be viewed in conjunction with the concerns expressed by employers with regard to the skills of apprentices. Although more than two-thirds of apprentices and graduates believed that the competences they developed during their studies would help them (or had helped them) at least to find a first job in their chosen profession in the local labour market, more than half of the company representatives interviewed stated that apprentices lack important skills. For instance, one company representative said: “Receptionists are not in the position to use specialized IT programmes.”

While there was general agreement amongst interviewees from all groups of stakeholders about the lack of a comprehensive strategy for strengthening the labour market responsiveness of apprenticeships, as reflected in the content- and actor-related issues discussed in the previous subsections, approximately a fifth of interviewees

² Participants were able to provide multiple answers to this (and other) questions in the online survey.

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

argued that the mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions was largely associated with the ongoing financial crisis. For instance, as a result of the financial situation in Greece it is not possible for all apprentices to get company-based training. An OAED official interviewed said:

It is true that in some cases demand for apprenticeship positions exceeds what is actually offered by companies (e.g. hairdressing), while companies often face difficulties in finding apprentices for a number of specialties (e.g. aircraft-related specialties). The crisis has further limited the ability of companies, especially SMEs which make up the bulk of companies in Greece, to offer apprenticeship positions.

In general, representatives of social partners, along with employers, tended to more readily acknowledge the mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions, compared with representatives of national agencies involved in apprenticeship programmes. Furthermore, they stressed their willingness to collaborate with other stakeholders in order to deal with this problem. According to a social partner interviewed:

Cooperation with other stakeholders would work against the mismatch between offer and demand that characterizes the existing apprenticeship system. There is no doubt that we would be open to cooperation... especially with regard to the selection of specialties.

By contrast, representatives of national agencies engaged in apprenticeships were more cautious in acknowledging such weaknesses. Moreover, they tended to focus on the efforts made to address the situation, as illustrated by the following quote from an employee at the Ministry of Labour, Social Insurance and Social Solidarity:

Although we cannot deny that there is some distance between the offer of and demand for apprenticeship positions, the Ministry does whatever possible to cope with this, including collaborating with the Ministry of Education, the prefectures, social partners, and chambers of industry and commerce. In the framework of the newly established mechanism for the identification of labour market needs, the Ministry of Labour, which also supervises OAED, plays a coordinating role.

Finally, the research revealed the existence of a broad consensus on the importance of monitoring the professional evolution and career development of apprentices on a regular basis, as a means to evaluate apprenticeships and address the existing mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions. Although in theory OAED and EPAS teachers are responsible for monitoring and evaluating the outputs of apprenticeship schemes (Article 2 of Joint Ministerial Decision no. 1.7195/ 3.1289/27 May 2011), the interviews indicated that, in practice, monitoring and evaluation is largely done in a non-systematic manner.

There was, however, disagreement on the most appropriate way to carry out monitoring and evaluation. Some interviewees spoke of the need for the combined use of external and internal advisors, while others favoured the use of exclusively internal advisors. All interviewees agreed that, in the case of internal monitoring and evaluation, OAED Directorates, such as the Directorate of Education and the Directorate of Programmes of Studies, should be in charge.

One of the main additional suggestions made by interviewees was that the findings of studies analysing the existing mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions should be disseminated more widely.

DISCUSSION AND CONCLUSIONS

Based on the findings of a large-scale, mostly qualitative research project which reviewed apprenticeships in Greece from a multi-stakeholder perspective, this article sought to fill a significant gap in the literature and shed light on a largely unexplored but crucial aspect of apprenticeships in this country: labour market responsiveness. In particular, the focus of the work was on three major themes which emerged from the data analysis: content-related issues, actor-related issues, and the mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions.

The article highlighted a number of strengths of Greek apprenticeships, such as the relevance of the knowledge acquired during apprenticeships, at least as regards starting out in a profession, and the willingness of employers and other actors to become more engaged in apprenticeships. However, it also found weaknesses that overshadowed these strengths. These weaknesses included, *inter alia*, the largely informal character of the procedures for updating curricula and specialties and thus making the content of learning more compatible with labour market needs; the time-

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

consuming, and also rather restricted nature of the existing formal procedures for enhancing labour market responsiveness; the lack of flexibility to support the specialties that are needed, and integrate them into the local labour market; and the gap between school- and company-based learning. The limited role played by actors with in-depth knowledge of the labour market, such as social partners, as well as shortcomings in the performance of actors with a clearer institutional role in the system, such as teachers, create further problems.

Moreover, there is a strong mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions. This mismatch should be viewed in conjunction with the concerns expressed by employers about the skills of apprentices and the essential lack of standardized processes for the regular monitoring and evaluation of apprenticeship outputs. Overall, the research revealed a gap between theory and practice and a lack of clear-cut systematic approaches to enhancing the labour market responsiveness of apprenticeships in Greece.

The findings from the empirical investigation undertaken, as presented in this exploratory article, corroborate some of the main findings and conclusions presented in the literature discussed in the introductory section above. These include, for instance, the positive impact of apprenticeships on the skills of apprentices, at least with regard to equipping them to take a first step into the labour market, and the acknowledgement that the minimal roles played by actors with deep knowledge of the labour market, such as social partners and chambers of industry and commerce, alongside the mismatch between the offer of and demand for apprenticeships, pose serious obstacles to improving the labour market responsiveness of apprenticeships.

High quality content, e.g. up-to-date curricula and specialties, and close relationships between those involved in delivering the school- and company-based training components, is likewise recognized as having a positive impact on the labour market responsiveness of apprenticeships. Similarly, the rather low level of employer satisfaction in terms of the skills of apprentices, as well as the negative effect of the recent financial crisis on the content of apprenticeship programmes and the stance of companies towards apprenticeships are also consistent with previous research findings.

Research participants also made a series of recommendations aimed at improving the labour market responsiveness of apprenticeship programmes in Greece. These include, inter alia, the following: re-establishing the old OAED committees, which were responsible for adapting curricula to labour market needs; strengthening the collaboration between teachers, KPA offices, ministries and other agencies engaged

in apprenticeship programmes; and disseminating more widely the findings of studies analysing the existing mismatch between the offer of and demand for apprenticeship positions.

Naturally, regardless of its originality and novelty, the research is not without limitations. To a large extent, these reflect the broadly recognized limitations of qualitative research related, in particular, to the potential for generalizing from the research findings. Nevertheless, the results summarized here could form a crucial baseline for the future evaluation of apprenticeships, especially in light of the newly acquired interest of national and EU authorities in this type of training programme. Building on the current study, further research could, for example, explore the possible effects of recent policy developments in Greece concerning the labour market responsiveness of apprenticeships.

At a first glance, these developments, largely included in the 2017 QFA, appear promising. The Ministry of Labour is expected to take into account the proposals of the newly created ‘National Coordinating Body for Apprenticeships’, which should have a positive impact on the identification of national labour market needs.

Local Apprenticeship Partnerships will be in charge of identifying local labour market needs, providing apprentices with guidance concerning labour market access, and monitoring the integration of graduates into the local labour market. Social partners are expected to provide feedback on labour market needs in different sectors, whilst OAED will be responsible for research on the labour market transitions and professional careers of graduates. Furthermore, the use of graduate employment rates as a key indicator for the evaluation of apprenticeships sounds hopeful.

Yet, in reality, the landscape with regard to the labour market responsiveness of apprenticeships remains to a large extent vague. For instance, the mechanism for the identification of labour market needs developed by the Ministry of Labour was created to guide the design and implementation of employment policies in general, rather than to serve the needs of apprenticeships in particular. It is therefore doubtful whether this mechanism will be effective in enhancing the labour market responsiveness of apprenticeship programmes.

Moreover, there is no clear process governing the request and use of relevant data from the mechanism. As a result, major actors involved in apprenticeships have essentially no access to current or future research outputs.

It is also unclear whether the key system-level responsibilities of national bodies, such as the National Coordinating Body for Apprenticeships mentioned above, will

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

include the selection of specialties, and ensuring that these specialties are compatible with labour market needs. Additionally, processes and formal requirements to adapt the content of curricula have not been put in place.

The continuing shortage of permanently employed teachers is another serious challenge to the labour market responsiveness of apprenticeship programmes. Policy-makers should acknowledge that teachers can play a key role in offering training in specialties that are in demand in emerging sectors of the economy, and that understaffed schools undermine any efforts to restructure apprenticeships. Furthermore, there are no signs that the employer perception of apprentices as cheap labour is changing; nor is there a clear-cut strategy to bring about such a change.

Lastly, the success of the initiatives outlined above may be put at risk by the the notoriously slow pace of reform in Greece.

Overall, although a thorough examination of recent policy developments regarding apprenticeships is a task for future researchers, the work carried out for this research suggests a rather limited and fragmented picture. Hence, successfully tackling the severe shortcomings of apprenticeships in Greece with regard to labour market responsiveness remains an open bet.

In this regard, this article, which identified strengths in Greek apprenticeship programmes as well as weaknesses which undermine those strengths, and highlighted the need for urgent policy action to make apprenticeships more labour market-oriented, shows the way ahead. It underlines the need to address the shortcomings of apprenticeship programmes in Greece, by incorporating the suggestions of interviewees, such as allowing employers and other key stakeholders to become more engaged in apprenticeships.

Above all else, however, the present article essentially emphasizes the importance of adopting a comprehensive strategy aimed at enhancing the labour market responsiveness of apprenticeships in crisis-ridden Greece. Without such an approach, the efforts to promote apprenticeship programmes as an alternative to an academic educational pathway for young people will be seriously jeopardized.

REFERENCES

- Albanese, A., Cappellari, L., & Leonardi, M. (2017). *The Effects of Youth Labour Market Reforms: Evidence From Italian Apprenticeships*. IZA Discussion Paper Series, No. 10766.
- Bellmann, L., Gerner, H.-D., & Leber, U. (2014). Firm-Provided Training During the Great Recession. *Jahrbücher für Nationalökonomie und Statistik*, 234(1), 5–22.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using Thematic Analysis in Psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Cedefop. (2015). *Briefing Note. Making Apprentices Work for Small and Medium Enterprises*. Thessaloniki, Greece: Cedefop. Retrieved from http://www.cedefop.europa.eu/files/9102_en.pdf
- European Commission. (2015). *Memorandum of Understanding Between the European Commission Acting on Behalf of the European Stability Mechanism and the Hellenic Republic and the Bank of Greece*. Retrieved from https://ec.europa.eu/info/sites/info/files/01_mou_20150811_en1.pdf
- European Commission. (2017). Press Release, “Commission Adopts Initiative to Boost Apprenticeships in Europe”. Retrieved from http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-3585_en.htm
- Foundation for Economic and Industrial Research. (2015). *Apprenticeship Systems in Greece and Europe and their Funding Dimension*. Athens, Greece: Foundation for Economic and Industrial Research (in Greek).
- Fuller, A., Unwin, L., Cavaglia, Ch., McNally S., & Ventura, G. (2017). *Better Apprenticeships. Access, Quality and Labour Market Outcomes in the English Apprenticeship System*. London, United Kingdom: The Sutton Trust. Retrieved from <https://www.suttontrust.com/wp-content/uploads/2017/11/Better-Apprenticeships-1.pdf>
- Gambin, L., Hogarth, T., & Hasluck, C. (2011). Maximizing Apprenticeship Completion Rates in England. *Canadian Apprenticeship Journal*, 4.

Labour Market Responsiveness of Greek Apprenticeships: An Empirical Investigation

- Grollmann, P., Steedman, H., Jansen, A., & Gray, R. (2017). *Building Apprentices' Skills in the Workplace: Car Service in Germany, the UK and Spain*. London, United Kingdom: Centre for Vocational Education Research, London School of Economics & Political Science. Research Discussion Paper 011. Retrieved from <http://cver.lse.ac.uk/textonly/cver/pubs/cverdp011.pdf>
- Hogarth, T., Gambin, L., & Hasluck, Ch. (2011). Apprenticeships in England: What Next?. *Journal of Vocational Education and Training*, 64(1), 41–55.
- Ministry of Labour, Social Insurance and Welfare. (2015). *Support for the Implementation of Actions for the Upgrading of OAED's Apprenticeship. OAED's Apprenticeship: Trends, Evolution, Potentials, Reforming Apprentices* (in Greek).
- Mulkeen, J., Abdou, H., Leigh, J., & Ward, P. (2017). Degree and Higher Level Apprenticeships: An Empirical Investigation of Stakeholder Perceptions of Challenges and Opportunities. *Studies in Higher Education*. Retrieved from <http://usir.salford.ac.uk/43440/9/Degree%20and%20Higher%20Level%20Apprenticeships%20an%20empirical%20investigation%20of%20stakeholder%20perceptions%20of%20challenges%20and%20opportunities.pdf>
- Nowell, L. S., Norris, J. M., White, D. E., & Moules, N. J. (2017). Thematic Analysis: Striving to Meet the Trustworthiness Criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, 16(1), 1–13.
- OECD. (2014). *G20-OECD-EC Conference on Quality Apprenticeships for Giving Youth a Better Start in the Labour Market*. Background Paper Prepared by the OECD. OECD Conference Centre, Paris, 9 April 2014. Retrieved from https://www.oecd.org/els/emp/G20-OECD-EC%20Apprenticeship%20Conference_Issues%20Paper.pdf
- Paidoussi, C. (2014). *Dual System of Vocational Training: The German Narrative Regarding the Connection Between Education and the Labour Market*. Articles and Studies 10/2014. Athens, Greece: Institute of Labour and Human Resources (in Greek).
- Parey, M. (2016). *Vocational Schooling Versus Apprenticeship Training. Evidence from Vacancy Data*. Annual Conference 2016 (Augsburg): Demographic Change 145655, Verein für Socialpolitik /German Economic Association.

- Piopiunik, M., & Ryan, P. (2012). *Improving the Transition Between Education/Training and the Labour Market: What Can We Learn From Various National Approaches?*. European Expert Network on Economics of Education (EENEE) Analytical Report, 13 (Prepared for the European Commission).
- Rowe, L., Moss, D., Moore, N., & Perrin, D. (2017). The Challenges of Managing Degree Apprentices in the Workplace: A Manager's Perspective. *Journal of Work-Applied Management*, 9(2), 185–199.
- Small Enterprises Institute of the Hellenic Confederation of Professionals, Craftsmen, and Merchants. (2014). *Vocational Education and Training in Greece. Weaknesses, Potential and Prospects*. Athens, Greece: Small Enterprises Institute of the Hellenic Confederation of Professionals, Craftsmen, and Merchants (in Greek).
- Wolter, S. C., & Ryan, P. (2011). Apprenticeship. In E. A. Hanushek, S.J. Machin, & L. Woessmann (Eds.), *Handbook of the Economics of Education*, 3, 521–576. Elsevier.

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

Delali A. Dovie

Centre for Ageing Studies, University of Ghana - dellsellad@gmail.com

Isabella R. Ayimey

Ghana Education Service, Ho Municipality - regibellamey@gmail.com

Phebiemary Adodo-Samani

Institute of Gender Studies, UNISA - pmadodosamani@gmail.com

Abstract

The paper explores workers' housing needs, expectations and pension policy compatibility to meeting this need using the pension system as a mortgage facility. Use was made of a cross-sectional design. A sample of 131 workers was selected through convenient sampling. The findings show that workers have need for houses with retirement in focus and that they expect government to provide them with

affordable houses. Government's provision of these housing needs can purportedly be met via the national pension system's mortgage facility. Significantly, house acquisition situated within the context of retirement preparation is indicative of retirement portfolio diversification. The findings have implications for promoting housing provision for all workers.

Keywords: Retirement preparation, housing needs, pension policy, house acquisition, home ownership.

Dimensão da Política de Pensões para a Provisão das Necessidades de Habitação dos Trabalhadores do Gana

Sumário

Este artigo explora as necessidades de habitação dos trabalhadores, as suas expectativas e a compatibilidade da política de pensões para ir ao encontro dessas necessidades, usando o sistema de pensões como uma forma de hipoteca. Foi utilizado um design transversal. Uma

amostra de 131 trabalhadores foi selecionada através de uma amostragem conveniente. Os resultados demonstram que os trabalhadores necessitam de casas tendo em vista a reforma e que esperam que o governo lhes forneça casas acessíveis. A provisão do Governo, face às

necessidades de habitação, pode supostamente ser cumprida através da forma de hipoteca do sistema nacional de pensões. Significativamente, a aquisição de casas situada no contex-

to da preparação para a reforma é indicativa da diversificação do portfolio de reformas. Os resultados têm implicações na promoção de provisão de casas para todos os trabalhadores.

Palavras-chave: Preparação para a reforma, necessidades de habitação, política de pensões, aquisição de casas, propriedade de casas.

INTRODUCTION

Work has many individual benefits that range from a sense of purpose and accomplishment through social satisfaction and engagement (Irving, 2014). Individuals attach cherished cultural virtues such as respect, memory, love and beauty to a house (van der Geest, 1998). Ghana has had a myriad of pension reforms, the latest two of which are Provisional National Defense Council (PNDC) Law 247 and Act 766 (2008). Act 766 entails the introduction of second and third-tier reforms that has expanded pension contribution and provision to a larger mass of workers from both the formal and informal sectors of the economy, including an avenue for acquiring a primary residence. Yet, this provision relieves the state from the primary responsibility of doing so (Anderson, 2015, p.150). Housing is perceived as one of the most essential basic needs in every society, in particular for workers. A house is a vital safety need (Obiri-Yeboah & Obiri-Yeboah, 2014), the non-existence of which presents workers with one of the greatest challenges with respect to post-retirement life. House acquisition in the context of this article denotes the purchase or securing of a house for use as a residential facility with retirement life as the focus.

Workers' housing needs is reflective of housing deficits as a component of the critical development challenge for Ghana. The critical question then is: What measure may be appropriate in addressing the issue at hand? Such is of key concern to the paper. The focus of this paper is the acquisition of houses through mortgage facility payment induced by pension policy.

As a result, the main objective of this paper was to articulate workers' need for houses prior to retirement and ascertain how the national pension system may facilitate house procurement for workers.

METHODOLOGY

This mixed methods study was designed to explore workers' housing needs using questionnaire survey and key informant interviews. The survey investigated workers' need for houses in 2016. In order to augment the survey data, four key informant interviews among policy level officers were conducted with National Pensions Regulatory Authority (NPRA), Social Security and National Insurance Trust (SSNIT) and National Pensioners' Association members. The key informant interviews examined the importance of owning a house in post-retirement life and contribution of the national pension system in facilitating workers' acquisition of houses. The paper sought to investigate pension policy's role in meeting workers' housing needs.

The study population comprised individuals aged 15 years and above, males and females who live in Adabraka. Fifteen years old individuals were included in the study because the Pension Act 766 articulates 15 years as the earliest start point for pension contribution. Adabraka is a town in the Accra Metropolitan district of the Greater Accra Region of Ghana. Adabraka's population is 36,510 (Ghana Statistical Service [GSS], 2014). It was chosen because it depicts an epitome of an urban setting it also examined the proposition regarding relationship between gender difference and requiring state provision of workers' housing needs.

Access to the study district, organisations and individual respondents was gained through the following means namely pre-entry, during fieldwork, after fieldwork and getting back. First, gaining access to the study site entailed convincing the people about the researchers' decision on the informants that would provide information during the conduction of the research, through the development of rapport with them. After access had been gained, access was negotiated with entry into the actual lives of people, utilizing basic interpersonal skills and procedures such as good appearance, verbal and nonverbal communication. Access was gained at three distinct levels. At the first level, formal access was attained via an agreement between the organizations and the researchers on specific conditions in terms of what, when and how empirical data were to be collected and what might be the return. This may be termed as engagement with gatekeepers in order to establish relationship with gatekeepers to gain access to multiple informants. A preliminary visit was undertaken to the Adabraka district office and organizations as a way of notifying and explicating the research project to them. At the second level, personal access was gained, depicting a context in which the researchers knew relevant executives, managers and

individuals in the organizations. Finally, at the third level of access, the researchers fostered individual rapport, where a good understanding was developed and there was collaboration between the researchers and the organizations and individuals.

Second, during the field work permission was sought and obtained to tape-record interviews and as informed consent. The third strategy involved agreeing on a deadline for the closure of data collection as well as bringing closure to the process of data collection. A formal thank-you note was sent to the participating district and organizations. Last but not the least, the researchers envisaged the option of returning back for further research, thus, the researchers managed the process of withdrawal from the study community favorably. The researchers exited the study site by retaining good rapport for future needs.

The study adopted the convenience sampling technique in selecting the respondents. For the quantitative data, 131 respondents were selected from public formal, private formal and informal sector workers and retirees. In the case of the qualitative data, eight key informant interviews were conducted with SSNIT official and the NPRRA as well as retirees.

Respondent selection eligibility in the study was guided by inclusion criteria and exclusion criteria. The inclusive criteria encompassed individuals aged 15+ years old; male or female; work in the public, private and informal sectors of the economy and retirees; and willingness to give informed consent. The exclusion criteria entailed individuals aged less than 15 years; unemployed individuals as well as refusal to give informed consent.

The administration of the questionnaire took the form of face-to-face interviews including self-administration. The face-to-face interviews were conducted in English and three Ghanaian languages, namely Ga, Ewe and Twi. The answered questionnaire were cleaned and properly serialized for easy identification. Each key informant interview took the form of semi-structured interviews, conducted individually in the participant's office. The interviews lasted between 30 and 45 minutes and were audio-taped by the same researchers, who had no prior relationship with the participants.

A data entry template for the quantitative data was developed in Statistical Package for Social Science (SPSS). Subsequently, the responses were entered into SPSS. Basic descriptive statistics - frequencies and percentages were run. The interviews were transcribed and the resultant data were manually coded and conducted along the following procedures: first there was the creation of a list of coding cues, and second, analysis of verbatim quotes of the narratives from participants thematically.

The paper is organized as follows: section one introduces the study, section two presents the evolution of retirement system in Ghana, section three presents study findings, section four discusses the findings and section five concludes the study.

EVOLUTION OF THE GHANAIAN RETIREMENT SYSTEM

The first pension programs which were established in the colonial administration, particularly in the period between 1936 and 1946 (Kumado & Gockel, 2003; SSNIT, 2015) were targeted not at providing retirement income security for the older people but were designed to serve as loyalty awarded to Africans who served the Crown diligently and blamelessly (Kpessa, 2011, 2018). After independence, a new pension program known as the Provident Fund was introduced but was designed as a contributory program based on formal sector earnings. Later, this provident fund was changed to a social insurance program known as SSNIT that pays both a lump sum amount and subsequently regular monthly benefits to contributors when they retire. Private pension schemes were instituted, aimed at developing for wage earners in urban areas, a rudimentary system of material security in Ghana, prior to the establishment of the social security scheme in 1965 (SSNIT, 2015).

Recently, the scheme has been transformed into a three-tier pension system in 2008 that allows for diversification of retirement income through private sector participation in the provision of old age income security (Doh, Afranie & Bortei-Doku Aryeetey, 2014; Tonah, 2009). The new national pension system has distinguishable characteristic features that provide it with a degree of uniqueness, setting it apart from those that preceded it. First, it is constituted by three tiers namely tiers 1, 2 and 3. The three-tiers are not mutually exclusive. The Act stipulates a total contribution of 18.5% of the approved monthly equivalence of the national daily minimum wage (Government of Ghana (GOG), 2008, p.18). Overall, 13.5% goes to tier 1; and 5% to tier 2. Tier 3 comprises the contribution of 16.5% monthly into the provident fund and personal pension scheme (GOG, 2008; Kpessa, 2011). It is the consistent contributions of the latter two tiers that can be used as mortgage.

The system is characterized by five distinct benefit pillars namely monthly pension income including invalidity pension, wherein SSNIT will have to take care of retired workers till death, superannuation which relates to qualifying conditions and how to go about them including healthcare from tier 1. Others entail the provision of

mortgage for the purchase of a house and a lump sum from tier 2 as well as additional savings obtainable from the third tier. According to Chia and Tsui (2018), in the Singaporean case the pension system is constituted by contributions channeled into three individual saving accounts for different purposes. Savings in the special account and medi-save account are earmarked for retirement and healthcare expenses respectively. Savings in the ordinary account can be withdrawn before retirement for investment in housing and financial assets. Barrientos (2004) has indicated that using retirement savings albeit pensions have been pursued for a range of merit expenditures namely health, housing and education.

Nevertheless, the pension program in Ghana is still limited in scope. This point is further illustrated by reports from SSNIT which intimates that at the end of 2015, the total number of the elderly persons in Ghana, who receive statutory old age income support from SSNIT was far less than 1% of that cohort of the population (SSNIT, 2015). Further, only about 1% contribute to the pension program by the end of 2015. With this trend, a huge majority of over 99% of the Ghanaian elderly population would be without any form of retirement income security in the future and the attendant inability to use pension mortgage facility, in a country where the family and community systems of care and support for the elderly are fast disintegrating.

CONCEPTUAL FRAMEWORK AND LITERATURE REVIEW

Human beings have needs which may be hierarchically ordered (Maslow, 1954), which by order are physiological, safety, social esteem and self-actualization needs. Maslow's hierarchy of needs depicts a systematic way of thinking about workers' different needs including house acquisition. The hierarchy of needs have different means of addressing them. Inadvertently, workers' housing needs resonate with safety need from the Maslowian perspective. House acquisition follows a certain trajectory where during the early stages of working lives, workers rent apartments. However, they acquire houses of their own through investment (Modigliani, 1985), for instance, the national pension policy expressed through institutional arrangement(s) (See Figure 1). There is the recognition that use could be made of diverse mechanisms such as markets and social, economic and political roles of the state to facilitate cohesive acquisition. Policies namely pension policy exist, the implementation of which facilitates primary residence acquisition. Significantly, society constantly evolves "with

well-designed institutional arrangements offering only temporary and tentative solutions. Hence, as society changes, so it becomes necessary to revise institutional arrangements” (Pugh, 1986, p. 8).

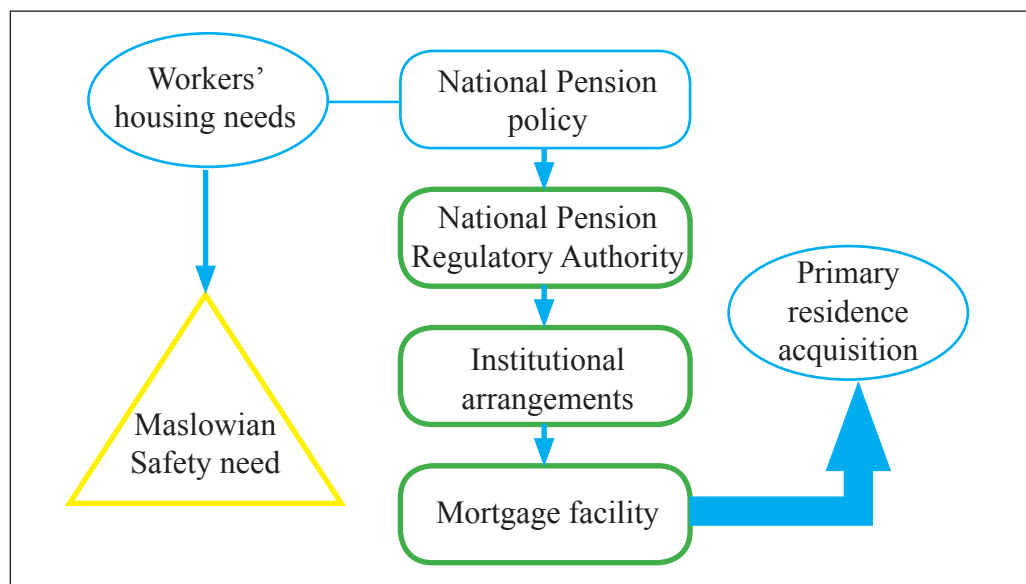


Figure 1. Conceptual framework. Source: Authors, 2018

Housing issues and finance in Ghana

A variety of housing or residential facilities avail to workers before and after retirement. The before retirement options entail co-housing, shared housing (Moody, 2010), voluntary and private homes, including apartments, detached and semi-detached forms of low-cost housing (Barrow, 1986; Moody, 2010). Workers may acquire conventional houses consisting mostly of single-family houses. The above stated housing facilities also exist in Ghana including compound and family houses, whereas the types of tenure include owning, renting, rent-free and a host of others.

The key challenge here is the fact that countries in Sub-Saharan Africa including Ghana have poorly developed housing institutions and markets, tremendous backlog of housing needs and weak policy responses. The situation may further deteriorate “if the necessary measures are not instituted to improve upon housing delivery system” (Ansah, 2015, p. 7). The mode of housing delivery in Ghana from a historical viewpoint has undergone a myriad of changes particularly after independence. A state-led

housing delivery once existed in the 1960s and 1970s which targeted both middle and lower classes, laying emphasis on affordability for low income earners.

The introduction of liberalization ideology inherent in economic reform and structural adjustment programs had implications for state contribution to houses delivery (Tonah & Essamuah, 2004). This placed the state in a secondary role in relation to the production and delivery of houses. The significance of housing can hardly be exaggerated. In consequence, since independence, successive governments motivated by allocation or equity considerations have sought via a myriad of policies in order to provide affordable homes to all Ghanaians. Among other things, these diverse efforts reiterate the call for creative financing methods to solve 'the alarming housing problem'. In the context of this paper, housing may be defined as a variety of processes through which workers acquire habitable, stable and sustainable public and private residential environments and structures.

Payment for workers' houses encompasses private out of pocket payment or organizational acquisition but the fund involved is deducted from workers' monthly incomes, outright payment using savings or through 'mortgage home loans', paying for buildings on installment basis including building on incremental basis. Some workers have the physical and financial resources to acquire and live in homes of their own choosing. Similarly, workers can equally purchase or lease houses (Barrow, 1986). The other means entail inheritance, gifts, exchange, and mortgage. The latter is reflective of the new pension system under Act 766 of 2008. Essentially, home mortgages are secured towards house acquisition. A mortgage system or guarantee enables workers to secure funds towards the purchase of houses while allowing the deduction of mortgage interests from workers' taxable incomes (Boelhouwer, 2017; Bond, 2000).

FINDINGS

This section articulates an in-depth outline of the main findings of the study as obtained from both the survey and interview data.

Socio-demographic background of respondents

The study population comprised 57 males (43.5%) and 74 females (56.5%) aged between 15-60+ years. Approximately one-third of the respondents (35.1%) were married, 3.05% have lost their spouses while 57.3% were single. Most of the respon-

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

dents had some level of education and were constituted by public formal, formal private and informal sector workers. On the whole, the highest educational level attained by the majority of the respondents (68.7%) was tertiary education, while 3.05% had no formal education as evident in Table 1. This shows that the sample is composed of high proportions of university graduates.

The study participants differed in professional experience and personal characteristics, yet all were identified as individuals who expressed divergent views on the theme of the paper. However, as it stands, the sample is not evenly distributed between men and women, since the latter outnumber the former.

Table 1
Socio-demographic and Economic Characteristics of Respondents

Variables	Frequency	Percentage (%)
Age category		
18-19	4	3.05
20-24	52	39.69
25-29	14	10.69
30-34	20	15.27
35-39	10	7.63
40-44	7	5.34
45-49	9	6.87
50-54	5	3.82
55-59	6	4.58
60+	4	3.05
Sex		
Male	57	43.50
Female	74	56.50
Marital status		
Married	46	35.11
Divorced	6	4.58
Widowed	4	3.05
Single	75	57.25
Educational background		
No formal education	4	3.05
Primary	1	0.76
Junior High School/Middle School	14	12.98
Senior High/Vocational/Technical	21	16.03
Business college	1	0.76
Tertiary	90	68.70
Occupation		
Public sector employed	44	33.58
Private sector employed	43	32.82
Informal sector employed	44	33.58

Source: Field data

Importance of owning a house in post-retirement life

All the key informants intimated that aging has implications for home ownership. It establishes the fact that workers must be provided with houses by the state before they retire from active service. Hence, the interview data revealed that various governments have made efforts towards the issue of workers' house provision. The quote below illustrates this argument:

“government have been talking about SSNIT flats of which the idea was purposely instituted so that when people are going on pension they can get somewhere to stay. So although we know that SSNIT has built flats in all the regions across Ghana right now, not many workers are in one of those flats. And that is also a concern” (Interviewee 1, Retiree).

When asked how important it was to own a house in preparation towards retirement, Interviewee 2, NPRA official 1, says: *“owning a house is paramount”*. Similarly, Interviewee 3 claimed that *“planning for a house is essential. It is an essential commodity that humans cannot do without”*. These statements show that there is the need to acquire a house before retirement. However, financial constraints have impeded accomplishing it. Thus, Interviewee 4 notes that *“some wait so that they can use their pension contribution's lump sum for this. But this is risky. They may not complete the houses too and this will affect their survival”*. Yet, the acquisition of a house enables the saving of money meant for renting an apartment in old age. Such money could be channeled into meeting select survival needs. The essence of this lies in the relatively low levels of pension incomes in Ghana (Dovic, 2018a).

Scenarios of this sort have resulted in the untimely death of some retirees. These statements suggest that workers have the desire to acquire houses with government's support notwithstanding the form it may take. But workers are disappointed since social institutions such as SSNIT mandated to do so were unable to, because of bias inherent in the acquisition of these houses in lieu of upper class workers to the detriment of the middle and widely the lower income classes. The lower income brackets of workers mentioned above are made to contribute a little, yet they contribute all the same to the act of purchasing houses. According to Interviewee 5, a retiree:

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

“the government of Ghana is trying to do the same by subsidizing individual units but the problem is that they allow the rich alone to purchase the houses in bulk, and in turn sell or rent to others including low level income workers”.

This, this is an issue that requires serious consideration in a country with the lack of formal support infrastructure development in an era of population aging and increased life expectancy. This issue and a host of others account for the fragmented nature of state oriented housing provision for citizens and/or workers which constitutes a critical developmental issue.

From hindsight, it may imply workers' retirement planning through house acquisition and that in the absence of flats or houses, old age homes may serve as alternatives for those who lack the former. In confirmation, Moody (2010) maintains that some people prefer to live 'in their own homes and they do not go into a separate residential facility'. Besides an aging adult needs to possess a house, though not always the case. For instance, Interviewee 6 intimates that: *“this is my family's experience – my father retired without acquiring a house due to indecision. He was ejected from state bungalow a year after retirement amid several reminders to leave the building”*. The reasons for indecision may entail beliefs and practices in society, lack of funds, mismanagement of funds and/or the lack of prioritization. This finding is consistent with the argument that *“many civil servants continue to reside in public office residences years after retirement because they simply have nowhere to go”* (Obiri-Yeboah & Obiri-Yeboah, 2014, p. 128).

The statement below purports that all income levels must be contained in a single given community, and shows that:

“in other jurisdictions, it is the state that has instituted affordable housing schemes, for example in India, Malaysia, etc., where income levels are ascertained before planning for houses. These schemes contain three levels of workers namely low, middle and upper income brackets” (Interviewee 7, SSNIT official 1).

These also exist in the Ghanaian case but as earlier stated, houses built by SSNIT are largely patronized by the upper and middle classes neglecting the masses in the lower income bracket.

With respect to house acquisition mediums, Interviewee 7 argued that *“workers can also acquire houses through the end of service scheme where land, administrative*

and design costs are not charged except the direct cost of construction which is paid for by the workers”. Funds in the second and the third tiers of the three-tier pension scheme may facilitate the attainment of the same aim. Clearly, using contributed funds as mortgage in house acquisition is one of the five benefit pillars of the three-tier pension system (Dovic, 2018b). This point will be articulated in the next section.

Retirement planning and house acquisition

Inarguably, retirement planning strategies may entail starting to plan immediately at the start of work, a house acquisition plan institution, family planning, including diversification of retirement plans. This view has been alluded to by 7 out of 8 informants. For instance, it has been observed that *“from day one, when you start work, plan for a house – because accommodation is key, else you are going to rent. If you cannot buy it outright, you save money to put a deposit down towards it”* (Interviewee 8, SSNIT official 2).

The quote above articulates the essence of retirement planning while intimating plan diversification (Dovic, 2018b, 2018c) beyond pension contributions including house acquisition and ownership and the means of houses purchase by workers that could take the form of outright payment or payment in installment. They both may be attained through the process of savings, the most significant fiscal action that fosters financial resource mobilization for houses purchase and ownership. Significantly, the new pension system may foster the provision of houses for the lower income category of workers including informal sector workers.

Workers’ expectation of housing needs provision

As can be gleaned from Figure 2, two distinct divergent views on how workers’ housing needs could be provided pertain. The workers espoused pro-government provision viewpoints and anti-government provision views. Approximately, 65% of the respondents proffered pro-government on one hand and on the other hand anti-government provision views (35.3%) for diverse reasons. These reasons are found in columns 1 and 2 of Table 2 below.

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

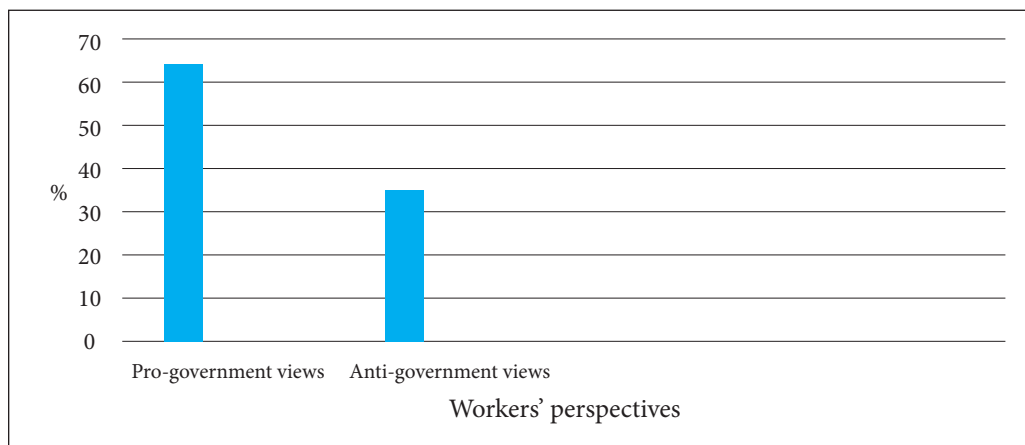


Figure 2. Responses pertaining to whether government should provide workers with houses. Source: Field data

The reasons for the pro-government views entailed the following: most workers are faced with inadequate salaries or funds, which may impede their ability to secure a house and are therefore struggling to meet their housing needs. This is of immense concern to them. Further, most of the workers who need houses are the poor and/or lower income workers, whom the government needs to earnestly support. State induced housing provision should take into consideration workers' plight in this context. This finds expression coincidentally in the pension policy induced house acquisition mortgage facility, the details of which are discussed in the next section.

The pro-government view outlines a set of strategies in relation to meeting workers' housing needs while they are still in active service, which contains the deduction of a percentage of workers' monthly salary in support of this program. There is also the provision of soft loans to workers during active service for house acquisition among others (see Table 2). The pro-government provision perspective presupposes housing provision for workers on the basis of provisions derived from government, the employer and personal initiatives.

Contrarily, the anti-government perspective espoused reasons such as funds meant for workers' house provision should be used for more urgent needs. This is because of the unsustainability of providing workers with houses including the capability of workers to secure their own houses. These perceptions intimate the

existence of the ‘will’ on the part of workers to acquire houses. Essentially, a worker should plan for house acquisition while in active service.

Table 2

Pro-government and Anti-government Perceptions on House Provision

Pro-government views	Anti-government views
<p>Provision of houses serves as an incentive for workers. Inadequate salary or funds may impede some workers’ ability to secure houses.</p> <p>Workers tend to have shelter needs and rent concerns. Government should provide houses for workers who need it. Contribution to the national pension scheme is an alternative. Individuals are responsible for their personal accommodation needs after retirement.</p>	<p>Funds for house provision for workers should be used for urgent needs. It is not necessary – workers serve and are paid and some even were privileged to occupy state bungalows. It is impossible for government to do that.</p> <p>Providing workers with houses cannot be sustained. Workers are capable of providing their own houses. Government is unable to continually provide workers with houses.</p>

Source: Field data

Table 3 tabulates a simple Pearson’s Chi-Square run with a significance level of $\rho=0.05$ to test if the difference in the frequencies is statistically significant between gender difference regarding requiring state provision of workers’ housing needs among the respondents. A Pearson’s Chi-Square value of 0.52 was obtained. From the analysis, it was concluded that there is no evidence to support the claim that there is gender difference between the variables.

Table 3
Chi-Square Tests

	Value	Degree of freedom	Asymp. Sig (2-sided)
Pearson Chi-Square	7.746	3	.052
Likelihood Ratio	9.196	3	.027
Linear-by-Linear Association	.477	1	.490
N of Valid cases	131		

Source: Field data

Linkages between workers' housing needs provision and pension policy

As explained, the pro-government views on government providing houses especially for workers with no houses of their own is in line with government's pension policy as stipulated in the National Pension's Act of 2008, Act 766 regarding primary residence acquisition. Six out of eight key informants articulated houses acquisition through the means of mortgage facility – tiers 2 and 3 of the pension system. Procedurally, the acquisition of a primary residence can be attained in consultation with the particular pension scheme trustees involved.

By contrast, the anti-government views are suggestive of means other than the government's direct provision. But these views are relevant towards attaining the same goal including the pension system as well as obtaining loans or allowances from the Ministry of Water Resources, Works and Housing for workers, State Insurance Company mortgage, Home Finance Company home loans, housing grants and a host of others for onward purchase of houses from real estate developers and personal building projects. Ironically, all the aforementioned sources are largely state institutions excluding personal building projects. This negates the unsustainability issue raised much earlier since the state apparatus is still required in this process. It is important to note that the anti-government provision perceptions find the utilization of pension contribution for financing house acquisition as unfair due perhaps to low incomes. Occasionally, workers may acquire houses through the medium of inheritance (van der Geest, 1998). Finally, use could be made of employees' retirement benefits to acquire houses for them by the employer(s) (Gerrar, 1998).

The diverse views expressed above suggest that while government is unable to do so directly, the same purpose may be attained indirectly through the state's pension

policy. The pro-government perspective is indicative of government's direct provision while accommodative of the national pension system induced mortgage facility, tiers 2 and 3 to be precise. This aligns with the statement below:

"I tell workers that you can use your tiers 2 and 3 contributions as collateral to secure a primary residence, particularly if you don't have one. What it means is that your funds in that particular scheme, you use it in consultation with the trustee. Stating that I want to buy a house and my contributions here will serve as collateral. If I am able to pay by the end of my working life, fair enough, I take my money. If not then my money should be used to defray the cost that is left" (Interviewee 4, NPRA official 2).

Further, although SSNIT builds houses for workers, it does not fairly administer the acquisition of these houses in relation to those who really need it including the poor. This administrative system of house acquisition emphasizes the monetary aspect of the process of house acquisition to the detriment of a more or less fair and just distribution to cover the masses who need it for personal use as opposed to commercial use, that may find expression in rentals and sale of units by the few bourgeoisie and the associated monopoly. This has repercussions for ownership of houses among workers with retirement in focus. The quote also clearly stipulates one house per worker in the case of the national pension system (NPS). However, this does not imply that workers who already have houses may not seek to use this means to acquire another.

Awareness of pension policy provisions

The study also explored whether contributors know about the existence of this facility including whether contributors have started assessing the above stated mortgage facility. It revealed that although the new pension system has been functional and/or operational since 2010, more than the stipulated 8 years, there is no record of workers opting to use tiers 2 and 3 contributions for the acquisition of primary residences according to 5 out of 8 informants. For instance, it was observed that:

"not to the best of my knowledge. A lot of people have been asking about that...It means they do not know about it. That is why we are intensifying public education in that aspect. We are also working on guidelines to that effect" (Interviewee 4, NPRA official 2).

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

This denotes a mismatch between housing needs and provision. Besides there are no concrete guidelines with respect to the utilization and facilitation of the mortgage facility including the fact that workers are unaware of the existence of the mortgage facility. This evidence could be interpreted in four folds: first workers lack information regarding the facility and interpret the default option as a signal. Second, they do not think very much about their retirement savings and the concomitant house acquisition and third, they can be influenced by very small changes in their environments and the lack of preparedness on the part of NPRA and allied agencies. Lastly, the amounts accumulated may be too small to warrant the usage of the facility. This does not however make “stronger the link between contributions and individual benefits” (Mckinnon, 2016, p. 7).

This suggests that the widespread utilization of this mortgage facility is determined by awareness creation among prospective users to enable them acquire the requisite knowledge of the facility without which patronage of it may be non-existent. Pension system literacy is then the ultimate prerequisite in this context in particular and financial literacy in general. The absence of it will stall the effectiveness and efficiency of the facility in terms of implementation. As Giesecke and Yang (2017) have argued, “*being informed about a forward-looking measure of pension benefits makes the financial consequences of retirement choices more salient to the decision maker*” (p.1). Financial literacy plays a role in preparing towards retirement (Dovie, 2018b, 2018d; Kpessa-Whyte, 2018) and securing livelihood activities even in old age (Kpessa-Whyte, 2018).

PROSPECTS OF WORKERS ACQUIRING HOUSES UTILIZING PENSION POLICY INDUCED MORTGAGE FACILITY

The findings underscore the essence of planning towards post-retirement life from the viewpoint of house acquisition. The potential of the NPS to facilitate workers' house acquisition attests to the fact that pension contributions alone cannot suffice a comfortable post-retirement life, attainable through pension policy interventions, personal initiatives, inheritance, gifts and private developers. This may involve several years of mortgage payment and thus might interfere with the quantum of funds remaining as lump sum for workers. Majority of the workers expected government's support in house acquisition, yet not all can afford it using their pension funds as mortgage. Significantly, this has implications for time dimensions in retirement

planning. House acquisition has implications for the material domain of well-being, the indicators of this material domain encompasses deprivation of necessities in life, financial situation of the workers as well as worker affluence (Szanto, Susanszky, Berenyi, Sipos, & Muranyi, 2017).

The pro-government provision views are ‘emotionally flavored’ towards the plight of poor workers compared to the anti-government provision views. The former brings to the fore the fact that in the Ghanaian context, it is poor workers who do not have any clearly delineated free service and/or resource qualification and access, even from the viewpoint of housing. By contrast, Ruiters (2018) demonstrates that there are municipal indigents in South Africa, a category of poor citizens who qualify to receive certain municipal services for free.

Essentially, the National Pension Act, 2008 (Act 766) mandates under section 103 regarding house acquisition by workers who contribute to the national pension scheme as follows:

“tier 2 and 3 benefits are available as a lump sum and can be used for any purpose when accessed. Tiers 2 and 3 schemes may be utilized at any time as the down payment for a mortgage on your primary home ...making them then the best way to save for home ownership” (GOG, 2008, p. 34).

To acquire a house, workers are required to apply to the trustees of their respective pension funds to allow and facilitate the use of contributed funds accrued over a period of at least 5 years for informal and 10 years for formal sector workers. This is stipulated under section 100 of Act 766 that *“the regulations required for the management of a scheme may include (a) notices to be given, and (b) procedure(s) to be followed, in connection with the transfer of accrued benefits”* (GOG, 2008, p. 33). However, using this mortgage facility may involve several years of mortgage payment and thus might interfere with the quantum of funds remaining as lump sum for the worker. Obiri-Yeboah and Obiri-Yeboah (2014) contend that the mortgage industry in Ghana is very expensive, unaffordable and unreliable in furnishing low cost housing to low income workers.

Noteworthy is that homeownership in its entirety entails mortgage interest payments, property taxes, depreciation, maintenance and repairs. Chia and Tsui (2018) found similar findings. In other situations, maintenance cost may be favored above the payments of mortgage interest.

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

The response to workers' housing needs has been executed diversely worldwide namely through the pension policy trajectory as exemplified by Ghana as portrayed earlier and Singapore, and economic policy orientation route evident in Egypt and South Africa respectively. In Singapore, Chia and Tsui (2018) found that Singapore has achieved a high level of homeownership financed by Central Provident Fund monies. Hence, retired homeowners do not have to spend their incomes on rents.

In the mid-1970s in Egypt for instance, one attempt in addressing this issue relates to the fact that the state encouraged self-help house ownership by providing plots, services, technical assistance including cheap materials (Hassan, 2012). Yet, this was only largely beneficial to the middle income groups to the detriment of the poor. Similarly, Bond (2000) shows that the South African state withdrew from the provision of black urban housing (policy) under the assumption of the liberalized urban residential status commencing with the 99 year lease in the 1980s, with expected contributions from the private sector.

Houses acquisition as a process poses questions about the appropriate mechanisms for the delivery of houses for workers in anticipation of post-retirement life. Consequently, the new vision of the state vis-à-vis workers' primary residence provision should entail coordinated and multifaceted modalities as part of a broader program in achieving sustainability. May et al. (2000) and van der Geest (1998) maintain that a situation of insecure housing for workers increases their vulnerability to the vagaries of old age including premature death. A secure housing system in old age constitutes a productive asset that can serve to cushion workers against the long-term impact of old age induced poverty, adjustment challenges and stress. It provides shelter for post-retirement life including space for human development.

Moreover, securing a house ensures the preservation of funds in hand during retirement. This finding is consistent with those of (Chia & Tsui, 2018; Sing, 2009). Interestingly, policies and programs that focus on workers' house acquisition foster less vulnerability, offer a greater number of choices and purchase opportunities. House acquisition is about the availability of land, access to credit, affordability, economic growth, social development and environment (Khan, 2003).

The pension system's house acquisition policy is founded on the principle of creating an enabling environment wherein the state supports and facilitates the delivery of houses rather than engage directly in the provision of a state assisted market-driven delivery approach. Thus, it creates a supportive regulatory and institutional environment for the effective functioning of workers' house acquisition, which is key to

enablement. The pension system therefore has the propensity to address the issue of affordability (Mensah & Williams, 2013) and ensure home ownership (Barrow, 1986; Moody, 2010). This may grossly contradict the expectations of workers in terms of state provision of houses for them. Worker expectations seem to espouse direct state provision of houses, exemplified by the state's affordable housing scheme. It is worth stating that these enhance wealth accumulation in lieu of post-retirement life. Inherently, the government plays the role of a facilitator by virtue of providing the required resources, institute a general framework while ensuring the enforcement and protection of contracts. This stance of the government's downplays the 'moving boundary' between benevolence and control regarding this critical worker-state provision interface (Ruiters, 2018). There are key issues that are worth mentioning with respect to low-income workers. First, the issue of capability surrounding what workers are capable of doing on their own as well as the extent of dependence on the government. Second, the issue of control relates to who possesses the power over the requisite resources aimed at provisioning quality housing. For example, what are the low-income workers allowed to do and what exactly prevents them from achieving their purposes? This may be due to access to land and control over resources. Considering that current land tenure arrangements and labor relations in Africa are often explicated in relation to globalization. Yaro, Teye and Torvikey (2018) argue that an expansion in the range of commodities over time increased the demand for more land in particular. These two issues raise a question related to whether using this pension policy induced mortgage facility to acquire houses is anchored within government's 'affordable housing scheme'?

It is evident that a house is a 'safety need' from the Maslowian viewpoint. Workers' assertion reflects the need to acquire houses with the support of the state before retirement and confirms the Life Cycle Hypothesis (Modigliani, 1985) that during the early stages of working lives, workers rent apartments. Later, they acquire houses of their own through investments. This makes house acquisition an investment need (Holzmann & Hinz, 2005). The attainment of the aim of primary residence acquisition through the pension system may have dire consequences for financial security in old age. The solution provided by this policy intervention is tentative with allowance for revision (Pugh, 1986). The pension policy's intervention as it stands makes the state a facilitator of house acquisition but not a provider. This suggests that state policies are characterized by the tendencies of many intended and unintended consequences (Clapham, 2002).

Ordinarily the high cost of buying or mortgaging houses has resulted in patronage being skewed in favor of high-income earners. A situation that the pension policy may seek to correct. Kumado and Gockel (2003) “*doubt whether the general NPS can cater for other contingencies including housing without derailing the scheme*” (p. 12). The house prices in Ghana are mostly quoted in foreign currencies including the United States dollars. This is consistent with findings from (Bank of Ghana (BOG), 2007; Obiri-Yeboah & Obiri-Yeboah, 2014). This makes it difficult to articulate the propensity of the mortgage facility to facilitate low-income workers' house acquisition. Thereby tilting the facility more towards high and middle income workers including the wealthy. This result confirms other research findings Obiri-Yeboah and Obiri-Yeboah (2014). This may be due to low salaries and incomes, difficulty in land acquisition, high cost of building and building materials, lack of confidence in the Ghanaian financial sector (Hadiya, 2012), which deprive most workers of house acquisition with implications for residential arrangements in later life. Thus, majority of Ghanaian workers are unable to acquire houses since the mortgage market has challenges of its own (Obiri-Yeboah & Obiri-Yeboah, 2014).

Addai-Sundiata (1996) notes that family types influence residential arrangements, whereas in this study old age influences primary residence acquisition and the associated arrangements. Primary residence here is denoted by the term ‘retilocal residence’ which refers to a residence that individuals acquire in preparation solely towards post-retirement life. This type of residential pattern is different from the commonest types of post-matrimonial residence as prevalent in the Ghanaian society. For example, patrilocal or virilocal, matrilocal or uxori-local, avunculocal, duolocal or natolocal and neolocal residential patterns (Addai-Sundiata, 1996; Nukunya, 2016). The ‘retilocal residential pattern’ may share features with neolocal residence. It could also be acquired for the provision of shelter needs in old age particularly after retirement. It is also different from institutional homes where older people live away from their individual homes and families. It may also serve the dual purpose of housing the acquirer, family members including other non-family members, transcending all the other residential patterns indicated above.

CONCLUSIONS

The study clearly articulates the intricate nature of workers' housing needs. The usage of the convenience sampling approach and the limited sample size means that the results are not strictly statistically representative of the general population. Thus, generalizability is restricted to the sample studied, irrespective of the sample size and therefore should be taken as illustrative rather than generalizable.

The main objective of this paper was to articulate workers' need for houses prior to retirement and ascertain how the national pension system may facilitate house procurement for workers. This mixed methods study was designed to explore workers' housing needs using questionnaire survey and key informant interviews.

The findings predict retirement planning and allows for a more regular and consistent provision pattern. It depicts living arrangements from an aging dimension. The results have implications for sensitization on the new national pension policy and system. Significantly, house acquisition facilitates improvement in standards of living, a surety of accommodation in old age entailing accommodation for (low-income) workers. This is tantamount to housing inequalities which is associated with the broader concept of social inequalities whereas housing inequalities are further related to social exclusion. Using the Ghanaian experience as a case study, it is argued that the country's basic house acquisition model inherent in the pension system holds value for low and middle income countries who expect to enhance house ownership among workers with retirement in view.

Workers must endeavor to acquire houses with post-retirement life in sight, else retired workers may be required to seek refuge in institutional homes. House acquisition translates into house ownership, a means of capital accumulation including sound economic investment, a source of economic success, self-esteem, security and satisfaction. This is particularly important for retirement purposes and in some cases prior to being evicted from organizational bungalows. The importance of this highlights the pro-government provision perspective and the requisite strategies, as well as the anti-government provision perspective. These perspectives intimate in diverse ways the need for the provision of houses for workers, acquisition mode, and the state profiling of the fashioning of the 'modus operandi' towards workers' goal of house acquisition. The findings could be extrapolated to other countries with similar characteristics in Sub-Saharan Africa.

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

The following policy implications have been proffered based on the findings. First, Act 766 can only solicit the attainment of houses through this medium when linked with the government's housing scheme but not by private developers such as Trassacco, DEVTRACO among others, since the contributions involved are relatively small in the majority of cases. The pension system induced mortgage facility should also include the buying and titling of land, especially in cases of insufficiency of funds. Second, the NPRA and its allies must indicate the size of houses to be obtained from the facility – whether two, three or four bedrooms to provide some level of uniformity in terms of categorization and standardization. Third, the percentages of funds from tiers 2 and 3 to be used for primary residence acquisition must be clearly stipulated. Fourth, the Ghana Real Estate Development Fund should be established through legislation to enable sector stakeholders to have access to resources at lower costs in order to fulfill the government's housing policy agenda. Lastly, government needs to design a policy dimension that will enable low-income earners to pay for a land over a period of time, and build on it at a later date. This will eventually remove the pressure on the pension system for house acquisition and the funds thereof for use in old age in this era of increased life expectancy. This is especially pertinent in the case of those who may not be able to repay the mortgage, the value of which might reduce their funds with implications for old age income (in)security. This trade-off between retirement adequacy and pre-retirement fund withdrawals notwithstanding, the key to a new era of affordable and equitable housing is characteristic of high-priority, innovative, holistic, and integrated policy that accounts for more than just the symptoms of these problems.

The findings have implications for promoting housing provision for all workers. This depicts housing wealth which in addition to financial wealth, and the value of publicly provided services collectively affect retirement adequacy (OECD, 2013). It espouses building into the national pension system grant and subsidy facilities including clearly delineated and specific outlines of opportunities for upper, middle and lower income categories.

REFERENCES

- Addai-Sundiata, J.H. (1996). Family dynamics and residential arrangements in Ghana. In E. Ardayfio-Schandorf (Ed.), *The changing family in Ghana* (pp. 64-85). Accra, Ghana Universities Press.
- Ansah, J. W. (2015). An evaluation of Ghana's housing laws in a changing urban context. *Legon Journal of Sociology*, 5(2), 6-32.
- Barrientos, A. (2004). Comparing pension schemes in Chile, Singapore, Brazil and South Africa (pp. 122-140). In P. Lloyd-Sherlock (Ed.), *Living longer: Ageing, development and social protection*. London: Zed Books.
- Barrow, G. M. (1986). *Ageing, the individual and society* (3rd ed.). New York: West Publishing for Company.
- Boelhouwer, P. (2017). The role of government and financial institutions during a housing market crisis: A case study of the Netherlands. *International Journal of Housing Policy*, 2017. doi: [10.1080/19491247.2017.1357399](https://doi.org/10.1080/19491247.2017.1357399)
- BOG (2007). *The housing market in Ghana*. Retrieved from <https://www.bog.gov.gh/privatecontent/Research/Research%20Papers/bog%20housing.pdf>
- Bond, P. (2000). *Cities of gold townships of coal: Essays on South Africa's new urban crisis*. Asmara: Africa World Press, Inc.
- Chia, N. C., & Tsui, A. K. C. (2018). Nexus between housing and pension policies in Singapore: Measuring retirement adequacy of the Central Provident Fund. *Pensions Economics & Finance*, 1-27.
- Clapham, D. (2002). Housing pathways: A post-modern analytical framework. *Theory & Society*, 19, 57-68.
- Doh, D. Afranie, S., & Bortei-Doku Aryeetey, E. (2014). Expanding social protection opportunities for older people in Ghana: A case for strengthening traditional family systems and community institutions. *Ghana Social Science Journal*, 11(1), 26-52.

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

- Dovie, D. A. (2018a). Leveraging healthcare opportunities for improved access among Ghanaian retirees: The case of active ageing. *Journal of Social Science*, 7, 92;.doi:[10.3390/socsci7060092](https://doi.org/10.3390/socsci7060092)
- Dovie, D. A. (2018b). Systematic preparation process and resource mobilisation towards post-retirement life in urban Ghana: an exploration. *Ghana Social Science Journal*, 15(1), 64-97.
- Dovie, D. A. (2018c). Retirement planning: A mechanism for combating age reduction. *Centre for Ageing Studies Newsletter*, 1(2), 4-5.
- Dovie, D. A. (2018d). Utilization of Digital Literacy in Retirement Planning Among Ghanaian Formal and Informal Sector Workers. *Interações: Sociedade e as Novas Modernidades*, 34, 113-140. Special Issue on (In)Equalities and Social (In)Visibilities in the Digital Age.
- Gerrar, F. G. (1998). *The economics of retirement*. Accra, Ghana Publishing Corporation Assembly Press.
- Giesecke, M., & Yang, R. (2017). Are financial retirement incentives more effective if pension knowledge is high? *Pensions Economics and Finance*, page 1 of 27.
- GOG (2008). National Pensions Act, 2008 Act766. Retrieved from <http://www.iopsweb.org/resources/48749441.pdf>
- GSS (2014). 2010 population and housing census: District analytical report – Accra Metropolitan. Retrieved from http://www.statsghana.gov.gh/docfiles/2010_District_Report/Greater%20Accra/AMA.pdf
- Hadiya, G. (2012). *An assessment of implementation of public sector income ownership scheme and mortgage in the public service*. Unpublished Master of Business Administration thesis.
- Hassan, G. F. (2012). The enabling approach for housing supply drawbacks and prerequisites – Egyptian experiences. *Alexandra Engineering Journal*, 50, 421-429.
- Holzmann, R., & Hinz, R. (2005). *An international perspective on pension systems and reform: Old age income support in the 21st Century*. Washington D.C.: The World Bank.

- Irving, P. H. (2014). Preface: Aging and change – A new day is coming. In P. H. Irving & R. Beamish (Eds.), *The upside of aging: How long life is changing the world of health, work, innovation, policy and purpose* (pp. xix-xxii). Wiley.
- Khan, F. (2003). Continuities, ambiguities and contradictions: The past, present and (possible) future of housing policy and practice in South Africa. In F. Khan & P. Thring (Eds.), *Housing policy and practice in post-Apartheid South Africa*. Sandown: Heinemann Publishers.
- Kpessa-Whyte, M. (2018). Aging and demographic transition in Ghana: State of the elderly and emerging issues. *Gerontologist*, 00(00), 1-6.
- Kpessa, W. M. (2011). The politics of retirement income security policy in Ghana: Historical trajectories and transformative capabilities. *African Journal of Political Science & International Relations*, 5(2), 92-102.
- Kumado, K., & Gockel, A. F. (2003). A Study on social security in Ghana. Retrieved from <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/ghana/50022.pdf>
- Maslow, A. (1954). *Motivation and personality*. New York: Harper.
- May, J. R., & Vaughan, A. (2000). Livelihoods and assets. In *Poverty and inequality in South Africa: Meeting the challenge*. London: Zed Books.
- Mckinnon, R. (2016). Introduction: Pursuing excellence in social security administration. *International Social Security Review*, 69(3-4).
- Mensah, J. & Williams, C.J. (2013). Ghanaians and Somali immigrants in Toronto's rental market: A comparative cultural perspective of housing issues and coping strategies. *CES*, 45(1-2), 115-141.
- Moody, H. R. (2010). *Ageing: Concepts and controversies*, (6th ed.). California, Fine Forge Press.
- Modigliani, F. (1985). Life cycle, individual thrift and the wealth of nations. Modigliani Nobel lecture 1985.
- Nukunya, G.K. (2016). *Tradition and change in Ghana: An introduction (Revised and expanded edition)*. Accra, Ghana Universities Press.

Pension Policy Dimension to Ghanaian Workers' Housing Needs Provision

- Obiri-Yeboah, D.A., & Obiri-Yeboah, H. (2014). Ghana's pension reform in perspective: Can the pension benefits provide a house a real need of the retiree? *European Journal of Business & Management*, 6(32), 1-13.
- OECD (2013). *Pensions at a glance Asia/Pacific 2013*. Paris: OECD Publishing. doi: [10.1787/23090766](https://doi.org/10.1787/23090766)
- Pugh, C. (1986). Housing theory and policy. *International Journal of Social Economics*, 13(4/5).
- Ruiters, G. (2018). The moving line between state benevolence and control: Municipal indigent programmes in South Africa. *Journal Asian and African Studies*, 53(2).
- Sing, L. (2009). *Pension secured loan, facilitating access to housing in South Africa, Fin Mark Trust*. Retrieved from <http://housingfinanceafrica.org/documents/pension-secured-loans-facilitating-access-to-housing-in-south-africa/>
- SSNIT (2015). Social security at 50 years: Anniversary brochure.
- Szanto, Z., Susanszky, E., Berenyi, Z., Sipos, F., & Muranyi, I. (2017). Understanding Well-Being. Review of European Literature 1995-2014. *Journal of Social Research & Policy*, 7(1), 1-19.
- Tonah, S. (2009). The challenge of ageing in rural and urban Ghana. In S. Tonah (Ed.), *Contemporary social problems in Ghana*. Accra: Yamens Press Limited.
- Tonah, S. & Essamuah, M. (2004). Coping with urban poverty in Ghana: An analysis of household and livelihood strategies in Nima, Accra. *Legon Journal of Sociology*, 1(2), 79-96.
- Van der Geest, S. (1998). Yebisa wo fie: Growing old and building a house in the Akan Culture of Ghana. *Journal of Cross-Cultural Gerontology*, 13, 333-359.
- Yaro, J.A., Teye, J.K. & Torvikey, G.D. (2018). Historical context of agricultural commercialization in Ghana: Changes in land and labor relations. *Journal of Asian & African Studies*, 53(2).

Ideologia Política Esquerda-Direita – Estudo Exploratório do Eleitorado Português

João Pedro Baptista

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro - baptistajoao902@gmail.com

Marlene Loureiro

Universidade de Trás os Montes e Alto Douro - mloureiro@utad.pt

Sumário

Este artigo pretende averiguar de que forma a dicotomia Esquerda-Direita é um dos elementos tidos em conta no eleitorado, procurando verificar qual a sua compreensão e o seu conhecimento acerca desta díade política. Para isso, recorreremos a um inquérito por questionário direcionado para avaliar os valores so-

ciais, económicos e culturais dos cidadãos, de forma a perceber a ideologia política de cada inquirido. As conclusões demonstram que o eleitorado inquirido apresenta dificuldades em compreender, em se orientar e em autopoicionar na escala política Esquerda-Direita.

Palavras-Chave: Esquerda, Direita, autocolocação, dicotomia política.

Left-Right Political Ideology - Exploratory Study of the Portuguese Electorate

Abstract

This article aims to find out how the Left-Right political dichotomy is present in the electorate, seeking to ascertain their understanding and knowledge about this political dyad. For this, we used a questionnaire survey aimed at assessing the social, economic and cultural

values of citizens, in order to understand the political ideology of each respondent. The conclusions show that the surveyed electorate presents difficulties in understanding, orienting and self-positioning on the left-right political scale.

Keywords: Left, Right, self-placement, political dichotomy.

INTRODUÇÃO

Passados mais de três séculos da Revolução Francesa, a díade política Esquerda-Direita continua, diariamente, a servir de instrumento linguístico entre os agentes políticos, os eleitores e a comunicação social, quer a nível nacional quer internacional. Esta dicotomia política desempenha um papel fundamental não apenas no plano político, mas também no plano da linguagem. Os termos Esquerda e Direita tornaram-se, pois, instrumentos linguísticos de compreensão e orientação essenciais para que o cidadão consiga quer adotar uma posição ideológica com base nas crenças e valores que ocupa cada campo político, quer desmistificar os assuntos de carácter mais complexo atinente ao universo político.

Desta forma, esta dicotomia política continua a ser reconhecida pela imensa maioria dos cidadãos e a apresentar respostas perante as transformações sociais, culturais e económicas, assentes nas quais, as sociedades, maioritariamente as ocidentais, têm vivido. Importa, assim, referir que os significados atinentes a cada campo político têm sido alvo de diversas mutações e/ou adaptações à nova sociedade industrial avançada (Flanagan, 1987; Inglehart, 1971; Kitschelt & Hellemans, 1990), daí a postura ideológica dos partidos, quer de Esquerda quer de Direita, ter vindo a ser moldada. Contudo, são diversos os autores (por exemplo, Converse, 2006; Fuchs & Klingemann, 1990; Jacoby, 1991) que defendem a falta, por parte do eleitorado, não de conhecimento do espectro político Esquerda-Direita, mas, sobretudo, de compreensão dos diversos campos políticos que compõem esta dimensão. Ao passo que outros (por exemplo, Freire, 2006b; Knutsen, 1998), sem refutar essa ideia, acreditam também que o eleitorado se autocoloca na escala política Esquerda-Direita, sobretudo sobre a influência da sua identidade partidária.

Sendo assim, importa, portanto, questionarmo-nos sobre a capacidade do eleitorado em compreender, reconhecer e se autocolocar nos diversos campos políticos atinentes à escala política Esquerda-Direita. Será que o eleitorado se autoposiciona, nesta escala, aquando questionado sobre a sua autopercepção ideológica, de acordo com a sua identidade partidária e decisão eleitoral?

De forma a respondermos às questões acima expostas, a nossa investigação assenta sobre diversos objetivos específicos. Primeiro, pretende-se avaliar a capacidade do eleitorado do concelho de Vila Real em se orientar e autoposicionar na escala política Esquerda-Direita. Segundo, verificar se as ideologias políticas do eleitorado do concelho de Vila Real coincidem com o partido no qual votariam se houvesse eleições.

Terceiro, pretende-se analisar o conhecimento dos inquiridos sobre a díade político-ideológica de Esquerda-Direita. E, em quarto lugar, sendo o concelho de Vila Real um concelho manifestamente de Direita, a julgar pelos resultados eleitorais ao longo de toda a democracia (vide: <http://eleicoes.cne.pt>), esta investigação procura averiguar se a autopercepção ideológica da amostra se posiciona também maioritariamente à Direita na Escala Política Esquerda-Direita (0-10).

A fim de atingirmos os objetivos a que nos propomos, a investigação compreende, primeiramente, uma abordagem teórica no que respeita, essencialmente, à díade política Esquerda-Direita relativamente à sua evolução e significado. De seguida, procederemos a uma análise minuciosa da literatura no atinente à orientação ideológica dentro desta dimensão política e, por conseguinte, aos valores e clivagens, às quais tem sido associada. Posteriormente, o nosso estudo compreenderá a análise e discussão dos resultados obtidos.

RAZÃO DE DISTINÇÃO DAS POLÍTICAS DE ESQUERDA DAS DE DIREITA

As ideologias políticas Esquerda e Direita, à semelhança de outras ideologias, apresentam a sua história e, conseqüentemente, a sua evolução. Ambas as “famílias de significados”¹ (Wittgenstein, 2010), que as constituem, têm sido, ao longo dos anos, alvo de alterações, variações ou mutações, intimamente, relacionadas com questões de natureza social, económica e cultural das várias gerações, pelo que o que se identifica atualmente como sendo de Esquerda, pode estar na iminência de passar a estar, futuramente, associado a uma política de Direita ou vice-versa (Huber & Inglehart, 1995; Laponce, 1981).

Esta díade política ficou, logo após o seu surgimento, delineada por um lado, por uma Esquerda que se identificava como libertadora, a favor dos ideais republicanos e de um mercado livre, comum aos liberais da época e, por outro lado, por uma Direita conservadora relacionada com a manutenção da ordem, da regulação dos mercados, e que se revelava, essencialmente, como sendo tradicionalista e aliada à religião e/ou à Igreja (Eatwell, 1992). Já a Esquerda defende a sobreposição da razão à religião, o que leva Edmund Burke a referir-se, àqueles que estavam a favor da Revolução Fran-

1 Para se obter o significado de uma determinada palavra deve-se, segundo o filósofo Ludwig Wittgenstein, ter em consideração uma “família de significados”, pelo facto de não existir um sistema conceptual inteiramente estabelecido e rigorosamente estável.

cesa, como sendo ateístas (Burke, 1982). No entanto, como salientamos anteriormente, o significado atinente ao campo político ora de Esquerda ora de Direita resulta dos diversos contextos relativamente a cada época.

Nesse sentido, importa debruçarmo-nos sobre o estudo de diversos autores (por exemplo, Bobbio, 1995; Bresser-Pereira, 1997; Pinto, 1996) que se preocuparam, num passado recente, em estabelecer uma razão de distinção, destes dois termos, bem diferente daquela associada à Revolução Francesa. Bobbio (1995) revelou-se, sem margens para dúvidas, o politólogo que melhor definiu um critério universal na distinção destas ideologias. De acordo com Bobbio (1995) a distinção das políticas de Esquerda e de Direita assenta, sobretudo, sobre a forma de se encarar e/ou interpretar o valor de igualdade, sobre o qual, o autor considera a Esquerda como sendo mais igualitária do que a Direita. A Esquerda prioriza, assim, a igualdade e a justiça social, encarando sempre como possível a eliminação de todas as desigualdades sociais, revelando-se otimista na procura de um mundo mais igualitário. Já a Direita interpreta as desigualdades sociais como algo que se revela necessário e benéfico para a sociedade. No entanto, ambas defendem, naturalmente, a igualdade, mas nem a Esquerda a defende radicalmente, nem a Direita a rejeita extremamente (Bobbio, 1995; Lukes, 2003; Rosas & Ferreira, 2013).

Já para delinear os vários campos políticos atinentes ao espectro político Esquerda-Direita, Bobbio (1995, pp. 118-119) recorre à dimensão «liberdade *versus* autoridade», na qual distinguimos uma Extrema-Esquerda igualitária e autoritária, como exemplo os Jacobinos; um Centro-Esquerda que define como sendo simultaneamente igualitário e libertário, estando associado à ala Social-Democrata; um Centro-Direita libertário e inigualitário que respeita a igualdade dentro do que é sobretudo estipulado pela lei, e uma Extrema-Direita antiliberal e anti-igualitária, relacionada com a dos governos ditatoriais.

No entanto, Bresser-Pereira (1997) acusa a análise de Bobbio (1995) como não sendo neutra, uma vez que acaba por admitir que se identifica como sendo de Esquerda. Para Bresser-Pereira (1997), Bobbio (1995) tende a fazer uma análise pejorativa da Direita, o que o leva a apresentar a sua própria análise que, embora distinta de Bobbio (1995), partilha da mesma linha de pensamento. Bresser-Pereira (1997) defende que a diferença está patente em “arriscar” ou não a ordem. Segundo o autor, é de Esquerda quem não receia “arriscar” ou alterar a ordem em função da justiça social, e identificam-se como sendo de Direita aqueles que pretendem antes manter ou conservar a ordem. Contudo, não quer dizer que não valorizem ambos a igualdade

e a ordem, dado que “[t]odos desejam a ordem, a segurança, a estabilidade, e todos também querem a justiça, a equidade, senão a igualdade pelo menos a igualdade de oportunidade” (Bresser-Pereira, 1997, p. 55).

No que respeita aos valores socioeconómicos que definem a sociedade, a Esquerda é, portanto, mais a favor de um mercado regulado e, por conseguinte, de uma maior intervenção do Estado na economia. Ao passo que a Direita se encontra relacionada com uma maior liberalização do mercado, a favor de uma menor importância do papel do Estado na economia, revelando-se mais a favor da desregulação dos mercados e da privatização dos serviços do que a Esquerda, que opta pela regulação e pelas nacionalizações (Luke, 2003).

Importa ainda salientar que a Esquerda se encontra aliada à mudança ou à alternativa, demonstrando um certo “otimismo antropológico” em criar novas realidades, arriscando assim a ordem social, ao passo que a Direita se revela a favor do *status quo*, com um “pessimismo antropológico” associado, mais tradicionalista e conservadora no atinente à mudança (Bobbio, 1995; Currito, 2012; Jost *et al.*, 2009; Pinto, 1996).

ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA DENTRO DO ESPECTRO POLÍTICO ESQUERDA-DIREITA

Apesar das críticas, que têm sido apresentadas por diversos autores, ao longo das últimas décadas, à ideologia, como as teses do “fim da ideologia” (Aron, 1980; Bell, 2015; Lipset, 1987), o “fim da história” (Fukuyama, 1989) e a alegada superação da diáde política Esquerda e Direita (Giddens, 1995), os termos Esquerda e Direita continuam a ocupar o quotidiano político da maioria das democracias ocidentais (Duarte, 2016; Gall & Magni-Berton, 2013; Guedes, 2012; Inglehart & Klingemann, 1976).

Estes termos assumem um papel, dentro do espectro político, para os cidadãos bastante semelhante ao dos pontos cardeais na leitura geográfica de um mapa. Ambos foram designados de forma atribuir um sentido de orientação ao cidadão, embora em contextos distintos, pois faz parte da natureza do ser humano, enquanto ser racional, estabelecer formas eficientes de ordenar e de interpretar toda a informação que o rodeia (Tavares, 2015).

Existem dicotomias em todo o campo do saber, desde a sociologia, a filosofia, a economia ou a política. As dicotomias, independentemente, do contexto a que dizem respeito, dividem, a julgar pela própria etimologia, duas partes antagónicas, que se

anulam uma à outra, permitindo dividir o mundo em dois campos reciprocamente excludentes e exaustivos. Os significados atinentes a cada campo devem ser limitados e claros, o que impossibilita o encaixe, de qualquer movimento ou pensamento no campo da Esquerda ou da Direita ao mesmo tempo. Embora existam díades que se complementam, esta dicotomia política assume a Esquerda e a Direita como termos antitéticos (Bobbio, 1995; Correia, 2012).

Ainda que alguns autores tivessem achado que a maioria dos cidadãos se auto-posicionam ou se autoidentificam com esta dicotomia sem terem um conhecimento ideológico do que a separa e/ou identifica (Converse, 2006; Jacoby, 1991), limitando-a apenas às elites políticas, esta terminologia permite, atualmente, não apenas aos atores políticos, mas a todos os abrangidos pela dimensão política – os eleitores e a comunicação social – obterem um sentido de orientação, na posição que devem tomar, relativamente aos assuntos atinentes à esfera política, servindo como um “código comunicacional” no sentido interpretativo entre ambas as partes, reduzindo assim, em grande parte, a complexidade do sistema político (Bobbio, 1995; Dalton, 2010; Freire, 2005; Fuchs & Klingemann, 1990; Knutsen, 1995). O esquema político horizontal Esquerda-Direita é reconhecido pela maioria dos cidadãos, os quais se posicionam com naturalidade num dos dois campos (Freire, 2006b; Heywood, 2003; Kroh, 2005; Lachat, 2015), o que justifica, de certo modo, a abundância de estudos, nos últimos anos, no campo da sociologia e da ciência política, sobre o comportamento eleitoral dos cidadãos, da evolução ideológica dos partidos e da competição partidária em torno desta dimensão política (por exemplo, Belchior, 2008; Freire, 2005; Guedes, 2012; Lisi, 2010; Weber, 2012).

Esta díade política tornou-se para a sociedade ocidental uma metáfora espacial horizontal que permite ao cidadão optar por uma determinada posição ideológica, assente na validação de diferentes ideais, opiniões ou crenças, impondo-se à verticalidade ou à distribuição de classes hierárquica que vigorou até à Revolução Francesa (Bobbio, 1995; Laponce, 1981; Lukes, 2003). Esta horizontalidade foi um dos fatores que mais justificou o facto de se ter tornado um instrumento de comunicação política generalizado pelas democracias ocidentais (Fuchs & Klingemann, 1990).

De acordo com vários autores, os cidadãos posicionam-se no esquema político Esquerda-Direita pela forma como estão inseridos na sociedade, ou seja, de acordo com a componente social que os identifica, como por exemplo as pessoas que apresentam fortes laços para com os sindicatos, tendem a se autocolocar na Esquerda; pela sua fidelidade partidária e pela forma como se relacionam com os conflitos que definem

a atualidade política, quer estejam eles relacionados com valores socioeconómicos, religiosos ou com as novas clivagens atinentes à “nova política” (Freire, 2006a; Fuchs & Klingemann, 1990; Inglehart & Klingemann, 1976; Knutsen, 1995).

No entanto, importa salientar que os significados, atinentes a cada um dos campos deste esquema, sofreram, ao longo dos anos, determinadas transformações ou evoluções ideológicas entre cada campo devido às influências externas socioeconómicas quer da postura das próprias instituições quer dos partidos políticos (ver Flanagan, 1987; Freire, 2009; Kitschelt & Hellemans, 1990). A partir dos anos 1960, a sociedade adquire uma forma de encarar o mundo, mais plural, assente noutros ideais e preocupações que não tinham lugar anteriormente, o que gerou novos valores e novas crenças, implicando o surgimento de uma “nova política”, intimamente relacionada com a transição dos valores materialistas (sociedade moderna) para os valores pós-materialistas (sociedade pós-moderna) (Flanagan, 1987; Flanagan & Lee, 2003; Inglehart, 1971).

A “nova política” encontra-se relacionada com o despoletar de novos partidos políticos (verdes ou ecologistas, outros) que – com a defesa de novos valores não-económicos, assentes na proteção do ambiente, na igualdade e participação do cidadão na opinião pública, nos direitos das mulheres e dos homossexuais, entre outros – implicaram a reorientação ideológica da velha Esquerda e da velha Direita (Inglehart, 1990; Inglehart, 1997; Knutsen, 1995).

Desta feita, a denominada Nova Esquerda inclui temas relacionados com a liberdade e a autonomia pessoal e política; preocupações ambientais; pensamentos pluralistas quanto às opiniões e às ideias de vida ou questões relacionadas pela obtenção de uma melhor qualidade de vida (Achterberg, 2006; Flanagan, 1987, p. 1304; Inglehart, 1990; Inglehart, 1997; Kitschelt, 1988).

Os novos partidos políticos, associados à Esquerda do esquema político, estão relacionados com o crescimento de novos movimentos sociais libertários como os movimentos de paz, pelos direitos das mulheres na opção do aborto, pelos direitos de homossexuais e lésbicas, dos imigrantes, do cidadão na esfera pública e política, entre outros (Heywood, 2003; Inglehart, 1997).

Já a Nova Direita assume uma orientação “autoritária” (Flanagan, 1987) face à orientação “libertária” da Nova Esquerda, defendendo valores distintos como a disciplina, a autoridade e a ordem social e política, os costumes religiosos e tradicionais. Esta Direita surge como manifestação à Nova Esquerda, aquando as suas crenças estão a ser colocadas em causa (Inglehart, 1997) e difere da Direita tradicional no que

respeita, essencialmente, à situação socioeconómica dos seus apoiantes (Freire, 2009; Ignazi, 1992). Ao passo que a Direita tradicional representava as classes sociais altas, nas quais predominava o capital e as preferências religiosas, a Nova Direita “apresenta um eleitorado [...] captado entre a pequena burguesia tradicional e entre as franjas mais inseguras e xenófobas do operariado bem como entre as camadas sociais com menor integração religiosa” (Freire, 2009, p. 266).

No entanto, voltando ao espectro político Esquerda-Direita, enquanto metáfora espacial, importa salientar que este esquema linear horizontal, unidimensional, que temos vindo a tratar, tem sido, pela comunidade académica, alvo de algumas contestações no sentido de ser insuficiente para considerar os significados de todas as ideologias (Albright, 2010; Heywood, 2003; Lachat, 2015; Rosas & Ferreira, 2013; Tavares, 2015; Weisberg, 1974). O esquema político Esquerda-Direita deve ser definido a partir de uma mescla de significados e símbolos concretos e precisos, ao qual se torna impossível referir-se a todos os conflitos existentes, pelo que os significados devem ser atribuídos corretamente a cada campo do esquema de forma a definir cada símbolo ou significado como pertencente somente à Esquerda ou à Direita (Fuchs & Klingemann, 1990).

O que define, de facto, a díade política Esquerda-Direita são os conflitos de natureza económica e sociocultural, que opõe, maioritariamente, o Estado ao Mercado. De acordo com Lachat (2015) não faz mais sentido a Esquerda e a Direita estarem situadas num esquema linear, exigindo por isso, pelo menos, mais uma dimensão a fim de acertar a posição de determinadas ideologias e questões específicas. Para Lachat (2015) o facto de este esquema ser delineado por duas dimensões, uma dimensão cultural e outra económica, faz com que seja necessário transformar a linha reta do esquema numa curva. Para o autor, os assuntos que separam os partidos de Esquerda não são os mesmos que separam os partidos de Direita. A Extrema-Esquerda assume-se muito mais igualitária e intervencionista que os partidos liberais de Esquerda, enquanto que na Direita as diferenças são mais salientes no que trata aos assuntos socioculturais que propriamente económicos, uma vez que todos eles defendem um Mercado livre.

Partilhando do mesmo pensamento, Heywood (2003) refere que a Esquerda e a Direita se encontram delineados por questões relacionadas com a igualdade e com o que diz respeito à expansão do Estado de bem-estar. Sendo a Esquerda mais igualitária e a Direita mais libertária. Mas o que o leva a defender um espectro não-linear são as semelhanças políticas que aproximam a Extrema-Esquerda da Extrema-Direita

ou vice-versa. Atendendo às suas ideologias, quer o Comunismo quer o Fascismo assumiram políticas, extremamente, semelhantes, no sentido de se terem revelado, em tempos, como regimes ditatoriais e/ou autoritários.

Numa visão muito semelhante à dos autores acima citados (Heywood, 2003; Lachat, 2015), Tavares (2015), de forma a melhorar o espectro político, acrescenta, à semelhança de Eysenck (1964, pp. 280-281) o eixo Autoritário-Libertário perpendicular ao eixo Esquerda-Direita, atribuindo ao esquema a leitura de quatro quadrantes (Esquerda Libertária – Direita Libertária; Esquerda Autoritária – Direita Autoritária).

No entanto, no final do século XX, com a Queda do Muro de Berlim, a sociedade rendeu-se a um mundo globalizado, multicultural, regido por um sistema económico liberal e/ou capitalista, desencadeando os novos movimentos ideológicos, já anteriormente mencionados (Ball, Dagger, & O'Neill, 2014). O que coloca em causa a validade do espectro político bidimensional, acima referenciado, pois, segundo Tavares (2015, p. 99), “este esquema não é suficiente para cobrir as várias possibilidades de posicionamento na crise do novo milénio» sendo por isso «necessário acrescentar uma terceira dimensão [...] um cubo”. Deste modo, Tavares (2015) soma às dimensões Esquerda-Direita e Libertário- Autoritário, a dimensão Cosmopolita (Internacionalista, Federalista, Universalista) – Localista (Nacionalista/ Comunitária/Nativista), em que se opõe a Esquerda Libertária Cosmopolita à Direita Autoritária Localista.

METODOLOGIA

Após uma análise minuciosa da literatura, verificámos que a aplicação da Escala Política Esquerda-Direita, (usada, por exemplo por Budge & Klingemann, 2001; Freire, 2006b; Guedes, 2012; Huber & Inglehart, 1995), tem-se revelado fundamental para o suporte de diversas investigações no âmbito do estudo da orientação ideológico-partidária dos eleitores, do seu comportamento eleitoral e da análise dos diversos programas eleitorais dos partidos, sendo por isso a base da nossa investigação. A partir desta Escala Política Esquerda-Direita, alguns desses estudos procuram compreender as orientações ideológicas dos partidos e dos eleitores através da atribuição de diversas posições, distribuídas ao longo do esquema Esquerda-Direita, que representam campos ideológicos que classificam a sua ideologia ou orientação política.

Sendo assim, como método de investigação, recorreremos à aplicação de um inquérito por questionário a uma amostra por conveniência, elaborado a partir da base de

Estado deve ser o principal responsável em assegurar a sobrevivência de todos; 10 – As pessoas devem ser as principais responsáveis por assegurar a sua sobrevivência), procurando saber qual a sua posição relativamente à economia (1 – O Estado devia controlar as empresas; 10 – O Estado devia dar mais liberdade de ação às empresas), (1 – A propriedade do Estado na indústria e nos negócios devia aumentar; 10 – A propriedade privada na indústria e nos negócios devia aumentar), (1 – Os salários deveriam ser quanto possíveis iguais; 10 – Deveria haver incentivos para repensar o esforço individual); à confrontação de conflitos como: igualdade *versus* liberdade (1 – Acho que a liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse de escolher entre as duas, escolheria a igualdade, ou seja, que ninguém seja desfavorecido e que as diferenças entre as classes sociais não sejam tão acentuadas; 2 – Acho que a liberdade e a igualdade são importantes. Mas se tivesse de escolher entre as duas, escolheria a liberdade, ou seja, cada um poder viver em liberdade e desenvolver-se à vontade); libertário *versus* autoritário; mercado regulado *versus* mercado desregulado; alteração/mudança *versus* ordem/status quo; bem como ainda a sua posição sobre a unificação da União Europeia e o patriotismo (Currito, 2012; Pinto, 1996; Zartaloudis, 2014).

Já relativamente aos aspetos sociais e raciais, o questionário permitiu que os inquiridos expressassem a sua opinião acerca da imigração, se os imigrantes colocam ou não os postos de trabalho em risco dos países para onde vão (1 – Os imigrantes não tiram postos de trabalho das pessoas dos países para onde vão; 10 – Os imigrantes tiram postos de trabalho das pessoas dos países para onde vão), ou se os costumes e tradições desses países acabam por se perder (1 – Os imigrantes não empobrecem a vida cultural do país para onde vão; 10 – Os imigrantes empobrecem a vida cultural do país para onde vão), (1 – É melhor, para o bem da sociedade, que os imigrantes mantenham os seus costumes e tradições; 10 – É melhor, para o bem da sociedade, que os imigrantes não mantenham os seus costumes e tradições, mas que adotem os costumes do país).

O inquérito, por questionário, foi aplicado a uma amostra por conveniência, através das redes sociais e através do denominado “porta-a-porta”, de forma a evitar discriminar a faixa etária mais idosa da comunidade, que apresenta menos adesão do que os jovens às redes sociais. Optámos por utilizar um inquérito constituído, na maioria, por respostas fechadas (dicotomia Sim/Não; escolha múltipla; classificação por escalas) de forma a facilitar a análise quantitativa, qualitativa e comparativa dos resultados.

Por conseguinte, este estudo assume-se como uma investigação exploratória da posição ideológica dos eleitores do concelho de Vila Real, através da aplicação de

inquérito, a uma amostra (200 cidadãos com idade igual ou superior a dezoito anos) por conveniência, selecionada em função da proximidade geográfica do centro de investigação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste sentido, através da análise da Figura 2, podemos salientar que se verifica uma tendência ideológica, por parte do eleitorado, em se autocolocar na posição 5 do espectro Esquerda-Direita de 10 pontos. A Figura 2 permite-nos constatar que as posições do espectro que apresentam menor percentagem são as posições extremistas, quer de Esquerda quer de Direita, ainda que a posição 10 – em comparação com as posições 1, 2 e 9 – seja a que se encontra mais representada, com 3,30%, demonstrando uma preferência de autocolocação do eleitorado pela Direita.

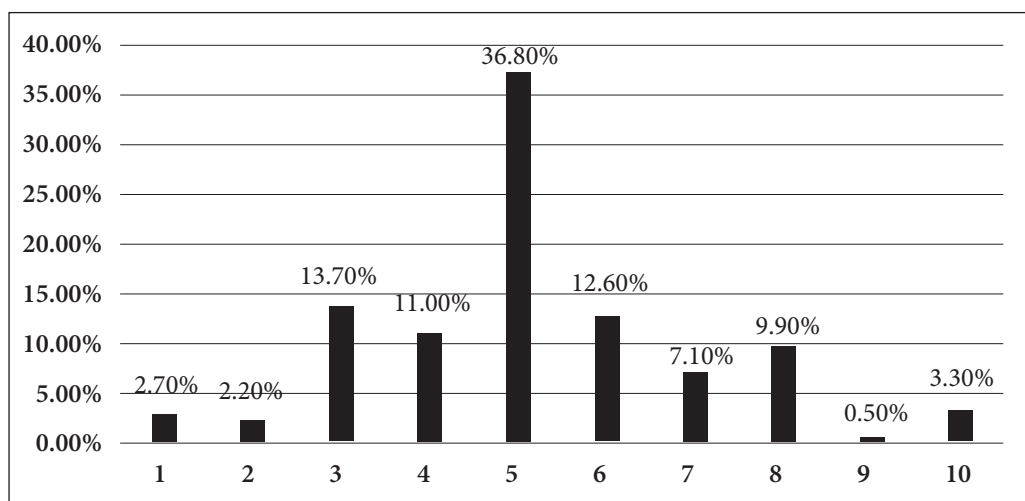


Figura 2. Autocolocação na escala política Esquerda-Direita (1-10).

Esta tendência, pelas posições centristas, vai ao encontro dos resultados obtidos por vários estudos no âmbito do comportamento do eleitorado europeu (Freire, 2006; Klingemann, 1972; Knusten, 1998; Weber, 2012). A este respeito, Freire (2006b, pp. 206-207) apresenta três razões pela escolha consistente do Centro em quase todos os países da Europa Ocidental. Em primeiro lugar, a escolha pelo Centro pode estar

relacionada, simplesmente, com o facto de os inquiridos acreditarem que as suas ideologias políticas são centristas. Em segundo lugar, essa escolha pode significar a falta de apreço pela política e/ou com o facto do inquirido não se querer comprometer nem com a Direita nem com a Esquerda, apresentando assim uma forma de escapar à questão. Em terceiro lugar, Freire (2006b) vai ao encontro da segunda opção, demonstrando que se deve a “uma certa irrelevância (crescente) da divisão esquerda e direita” (Freire, 2006b, pp. 207), admitindo não ser fácil distingui-las e referindo ainda que “uma boa parte dos centristas são efetivamente indivíduos com menores recursos [...] traduzindo défices de recursos e apatia política” (Freire, 2006b, p. 207).

Contudo, Inglehart e Klingemann (1976), num estudo que envolveu 42 países, demonstram que a autocolocação na escala política Esquerda-Direita encontra-se, intimamente, relacionada com os aspetos sociais, de valor e com as orientações partidárias que constituem as pessoas. Esta última apresenta ser o fator com maior peso na decisão do eleitor em se autocolocar no espectro político Esquerda-Direita (por exemplo, Fuchs & Klingemann, 1990; Huber, 1989; Inglehart & Klingemann, 1976), pelo que considerámos fundamental averiguar se o mesmo se aplica ao eleitorado de Vila Real.

Desta forma, a partir da leitura da Tabela 1, denotamos que a orientação partidária dos inquiridos desempenha um papel fundamental na sua autocolocação na escala política Esquerda-Direita. Importa, pois, salientar que as pessoas, que se autoconsideram de Esquerda, pretendem votar nos partidos que se identificam, ideologicamente, com a Esquerda e as pessoas, que se autoconsideram de Direita, pretendem votar nos partidos que se encontram na Direita. O mesmo acredita Freire (2006a), que refere como sendo um efeito demasiado óbvio. A Tabela 1 permite-nos verificar que os partidos políticos relevantes do sistema partidário português abarcariam os votos, em caso de eleições, nas pessoas que se autocolocaram nas mesmas posições, que à partida, os partidos ocupam. No caso do CDS/PP, podemos observar que a maior percentagem de votos se concentra nas pessoas que se autocolocaram na posição 8. Já o BE e o PCP acarretariam maior percentagem de votos nas pessoas que se autocolocaram na posição 2. Relativamente ao PS e PSD, podemos verificar que fica assente a ideia de partidos *catch-all* (ver Kirchheimer, 1990), uma vez que são os partidos que captam maior percentagem de votos, sendo que, no caso do PS, preferencialmente das pessoas que se autocolocaram no lado da Esquerda do espectro, e no caso do PSD, no lado da Direita do espectro. Estes últimos são os partidos que mais votos teriam das pessoas que se autocolocaram no Centro da escala. Especial destaque ainda

Ideologia Política Esquerda-Direita - Estudo Exploratório do Eleitorado Português

para os 29% das pessoas que não responderam à questão sobre em que partido votaríamos e que, por sinal, dizem respeito a pessoas que se autoconsideram na posição 5, demonstrando uma certa irrelevância quer pela Esquerda quer pela Direita.

Tabela 1

Influência da Orientação Partidária na Autocolocação dos Inquiridos no Espectro Político Esquerda-Direita (0-10).

	Escala Política Esquerda-Direita (1-10)									
	Porcentagem de votos de acordo a posição de autocolocação									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
CDS-PP	0%	0%	0%	6%	0%	0%	8%	29%	0%	17%
PSD	0%	0%	0%	0%	28%	50%	67%	53%	100%	67%
PS	60%	50%	64%	72%	31%	23%	17%	12%	0%	17%
BE	20%	25%	12%	6%	6%	5%	0%	0%	0%	0%
PCP	0%	25%	4%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Outros	20%	0%	8%	17%	6%	5%	0%	0%	0%	0%
Não respondeu	0%	0%	12%	0%	29%	23%	8%	6%	0%	0%

No entanto, pela análise da Figura 3, podemos verificar a posição que o eleitorado do concelho de Vila Real realmente ocupa dentro da dimensão política Esquerda-Direita. O que nos permite verificar, desde logo, que o campo político-ideológico que o define não corresponde com a posição que este acredita ocupar no espectro Esquerda-Direita, representado pela Figura 2. Importa, assim, referir que os dados apresentados, pela Figura 3, dizem respeito ao cálculo das respostas do eleitorado a questões relacionados com aspetos religiosos, morais, socioeconómicos, raciais e sociais, sempre com opção de resposta dentro de uma escala de 10 pontos, na qual 1 está para a Esquerda e 10 para a Direita.

Deste modo, após a análise das respostas dos inquiridos a estas questões, contrariamente àquilo que a maioria pensa, a julgar pelas posições em se autocolocaram,

verificamos que o eleitorado do concelho de Vila Real ocupa, ideologicamente, o campo atinente ao Centro-Direita, com 35,5% dos inquiridos posicionados na posição 6. Pela análise da Figura 3, denota-se que o eleitorado em análise pertence ideologicamente ao campo da Direita do espectro, não apenas pela elevada percentagem que a posição 6 representa, mas também pelo o eleitorado que se apresenta como pertencendo à posição 7.

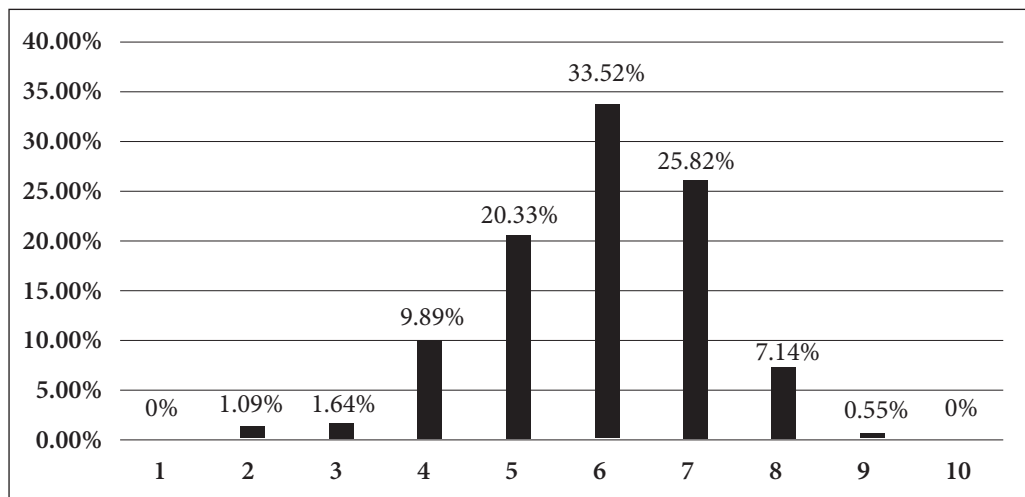


Figura 3. Posição do Eleitorado do Concelho de Vila Real na Escala Política Esquerda-Direita (1-10).

Jacoby (1991) e Converse (2006) acreditam que a maioria dos cidadãos não apresenta um conhecimento profundo da dicotomia política Esquerda-Direita, limitando esse conhecimento apenas às elites políticas. Já Fuchs e Klingemann (1990) acreditam que os termos Esquerda e Direita funcionam como mecanismos de orientação política para os eleitores, no entanto a compreensão desses rótulos ideológicos pode ser bastante reduzida. Relativamente a este aspeto, Freire (2006b, p. 188) demonstrou que nos anos entre 1976 e 2002, Portugal fazia parte dos países com valores mais baixos de identificação ideológica, o mesmo se verifica com a Espanha, o que corrobora a tese de alguns autores (por exemplo, Barnes, Mcdonough, & Pina, 1985) que acreditam que estes valores são mais baixos nas democracias mais novas, por haverem saído há relativamente pouco tempo de um sistema autoritário. No entanto,

Freire (2006b) verificou um aumento da habilidade ou capacidade dos eleitores em se autoposicionarem na escala política Esquerda-Direita ao longo dos anos.

Neste contexto, importa acrescentar que o nosso estudo demonstrou uma maior capacidade de autocolocação na escala Esquerda-Direita nos inquiridos pertencentes à faixa etária igual ou superior a 65 anos e que esta capacidade se revelou mais eficaz nos inquiridos que possuem maior grau de formação e/ou académico, como comprova a Figura 4.

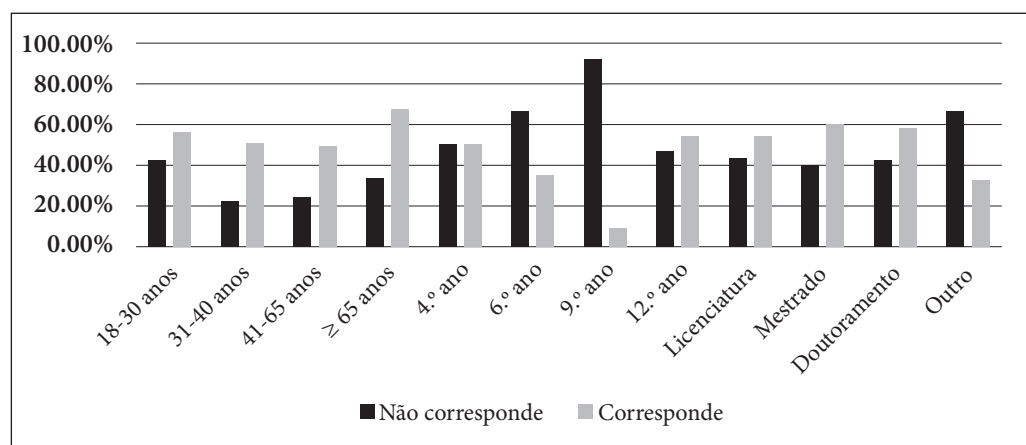


Figura 4. Capacidade de Autocolocação dos Inquiridos de Acordo com a sua Faixa Etária e com as suas Habilitações Literárias.

Sendo assim, os nossos resultados corroboram o pensamento de Fuchs e Klingemann (1990), quando referem que o reconhecimento e a compreensão do espectro político Esquerda-Direita aumentam com o grau da educação, salientando que a compreensão torna-se mais afetada do que, propriamente, o conhecimento, pela formação que o indivíduo possui. No entanto Fuchs e Klingemann (1990) frisam que esta diáde política é, amplamente, familiar quer no seio das elites informadas, quer para o público em geral. Já Freire (2006b) refere que é natural haver um maior conhecimento do esquema pela geração mais velha, uma vez que o conhecimento político aumenta à medida que envelhecemos. Porém, isso dever-se-ia verificar nas democracias mais antigas, ao invés de nas democracias mais novas, como Portugal, já que o convívio com esta diáde é relativamente recente.

No entanto, a nossa investigação, corroborando essa desconformidade do posicionamento dos inquiridos relativamente à sua autoperceção ideológica, demonstra-nos

que existe, de facto, por parte deste eleitorado, dificuldade em se autoposicionar na escala política Esquerda-Direita de acordo com os valores que o identificam. Neste sentido, o Figura 5 permite-nos verificar que uma elevada percentagem de inquiridos (47,25%) se autocolocou numa posição, dentro da respetiva escala, que não corresponde à posição que as suas respostas ao questionário acusam. Apenas 52,75% é que se autoposicionou corretamente.

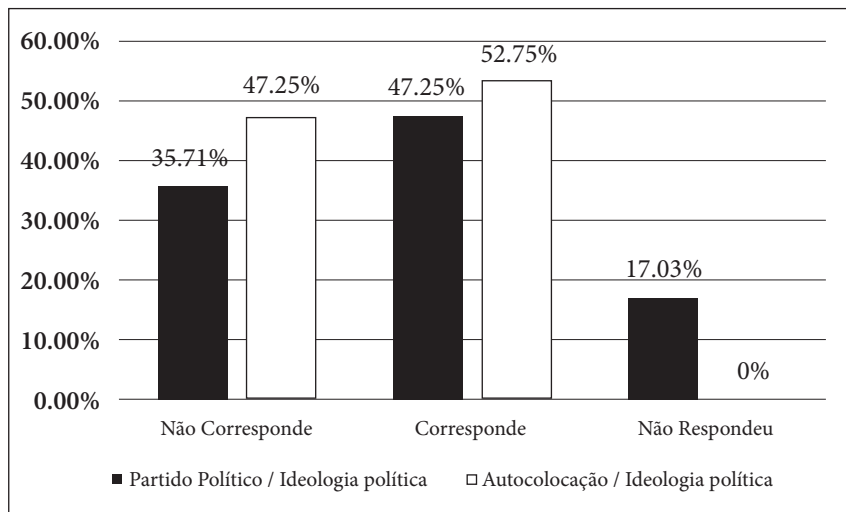


Figura 5. Índice de Correspondência da Ideologia dos Inquiridos Comparativamente à Posição Ideológica dos Partidos em que Votariam e à Posição em que se Autocolocaram na Escala Política Esquerda-Direita.

Já no que diz respeito ao índice de correspondência entre a posição ideológica e o partido político em que, os inquiridos, votariam, em caso de eleições, a falta de conhecimento do espectro político e a dificuldade em nele se autocolocar e identificar torna-se, novamente, saliente, como atesta o Figura 5. Desta forma, apenas 47,25% dos inquiridos apresenta uma ideologia ou uma posição ideológica que corresponda com o partido em que votariam, demonstrando, assim, alguma inconsciência relativamente às identidades dos partidos. Contudo, importa referir que estes resultados podem significar também alguma volatilidade ideológico-partidária dos mesmos.

CONCLUSÃO

A presente investigação permitiu-nos concluir que, à semelhança dos resultados de outros estudos presentes na literatura, subsiste a tendência de as pessoas se auto-colocarem no Centro do Espectro Político, quando questionadas sobre a sua autoperceção ideológica de acordo com a Escala Política Esquerda-Direita. Essa tendência revelou ser fortemente influenciada pela orientação partidária do inquirido, levando-nos a concluir que as pessoas, quando questionadas, recorrem a um exercício de reflexão sobre a posição que ocupa, na respetiva escala, o seu partido político e, só depois, de acordo com esse resultado, é que atribuem uma posição a si próprias.

Sendo o concelho de Vila Real um concelho manifestamente de Direita, a julgar pelos resultados eleitorais ao longo de toda a democracia (vide:<http://eleicoes.cne.pt>), esta investigação procurou averiguar a que campo político, Esquerda ou Direita, os inquiridos pertencem em termos ideológicos, pelo que, através da análise dos nossos resultados, verificámos que integram, ideologicamente, o campo da Direita, na posição 6 e 7, na escala em que 1 está para a Esquerda e 10 para a Direita. No entanto, revelou-se, ainda, que existe uma tendência para as pessoas se autocolocarem numa posição mais à Esquerda do que aquela que realmente ocupam.

No que diz respeito ao nível de compreensão e de reconhecimento, por parte do eleitorado, da dimensão ideológica Esquerda-Direita, os nossos resultados demonstraram que, ainda que haja um elevado reconhecimento da escala pela maioria dos inquiridos, subsiste uma elevada percentagem de inquiridos que apresenta dificuldades em compreender e reconhecer os vários campos ideológicos, quer da Esquerda, quer da Direita. São os inquiridos mais instruídos ou pertencentes a uma faixa etária mais envelhecida que melhores índices de compreensão da escala apresentam.

Os nossos resultados vão, ainda, ao encontro do que vários estudos têm apresentado como sendo o perfil dos inquiridos de Esquerda e de Direita. À semelhança da literatura, os inquiridos considerados de Direita revelam-se mais religiosos, intolerantes aos imigrantes, a favor da ordem social e mais céticos em relação ao aborto, comparativamente com os de Esquerda. Os inquiridos de Esquerda identificam-se mais, comparativamente aos da Direita, com os novos valores e clivagens, aliadas à nova sociedade não económica e assente nos valores pós-materialistas a favor dos movimentos libertários e ambientais.

Assim sendo, pegando na nossa pergunta de investigação, “Será que o eleitorado se autoposiciona, nesta escala, aquando questionado sobre a sua autoperceção ideo-

lógica, de acordo com a sua identidade partidária e decisão eleitoral?” verificamos que os inquiridos são fortemente influenciados pela sua orientação partidária para se autoposicionarem na Escala Política Esquerda-Direita, o que reflete elevadas dificuldades em compreender e reconhecer os valores ideológicos da dicotomia Esquerda-Direita.

Em termos teóricos, a diáde política Esquerda-Direita continua a fazer sentido no universo político na imensa maioria das democracias ocidentais. Apesar das críticas de que esta diáde tem sido alvo ao longo dos anos, alegando a sua falta de capacidade em lidar com os novos temas aliados a um mundo globalizado, a verdade é que serve, diariamente, de mecanismo não apenas de orientação, mas também de linguagem política para todos os envolvidos num mundo civilizado e político.

REFERÊNCIAS

- Achterberg, P. (2006). Class voting in the new political culture: Economic, cultural and environmental voting in 20 western countries. *International Sociology*, 21(2), 237–261. doi:[10.1177/0268580906061378](https://doi.org/10.1177/0268580906061378)
- Aron, R. (1955/1980). *O ópio dos intelectuais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Ball, T., Dagger, R., & O’Neill, D. (2014). *Political ideologies and democratic ideal*. 9th edition. United States of America: Pearson Education.
- Barnes, S. H., McDonough, P., & Pina, A. L. (1985). The Development of Partisanship in New Democracies: The Case of Spain. *American Journal of Political Science*, 29(4), 695-720. doi:[10.2307/2111177](https://doi.org/10.2307/2111177)
- Belchior, A. M. (2008). Democracia nos partidos políticos portugueses: uma análise do eleitorado, dos programas e dos estatutos dos partidos. *Sociologia, problemas e práticas*, 58, 131-153.
- Bell, D. (2015, 1960). *El final de la ideologia*. Madrid: Alianza editorial.
- Bobbio, N. (1995). *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

- Bresser-Pereira, L. C. (1997). Por um partido democrático de esquerda e contemporâneo. *Lua Nova*, (39), 53-71.
- Budge, I., & Klingemann, H.-D. (2001). Finally! Comparative over-time mapping of party policy movement. In I. Budge, H-D. Klingemann, A. Volkens, J. Bara, & E. Tanenbaum (Eds.), *Mapping policy preferences. Estimates for parties, electors and governments 1945-1998* (pp. 19-50). New York: Oxford University Press.
- Burke, E. (1982). *Reflexões sobre a revolução em França*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Converse, P. E. (2006). The nature of belief systems in mass publics (1964). *Critical Review*, 18(1-3), 1-74. doi:[10.1080/08913810608443650](https://doi.org/10.1080/08913810608443650)
- Correia, V. (2012). Introdução. *A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e actualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Currito, E. (2012). Repensar a dicotomia direita-esquerda. *A dicotomia política esquerda-direita: a problemática da sua validade e actualidade*. Lisboa: Fonte da Palavra.
- Dalton, R. (2010). Ideology, partisanship, and democratic development. In L. Leduc, R. G. Niemi, & P. Norris (Eds.), *Comparing Democracies: Elections and Voting in the 21st Century* (pp. 143-164). London: SAGE Publications Ltd. doi:[10.4135/9781446288740.n7](https://doi.org/10.4135/9781446288740.n7)
- Duarte, M. (2016). Recensão [Recensão do livro *As direitas na democracia Portuguesa: Origens, percursos, mudanças e novos desafios*, por R. Marchi]. *Sociologia, Problemas e Praticas*, 81, 213-217.
- Eatwell, R. (1992). Part I: Approaching the Right. *The Nature of the Right. American and European Political Thought Since 1789* (pp. 1-78). Londres: Pinter.
- European Values Study [EVS] (2016), European Values Study 2008: Integrated Dataset (EVS 2008). GESIS Data Archive, Cologne. ZA4800 Data file Version 4.0.0.
- Eysenck, H. (1964). *Sense and nonsense in psychology*. Harmondsworth: Penguin.
- Flanagan, S. (1987). Value change in industrial societies. *American Political Science Review*, 81(4), 1303-1319.

- Flanagan, S., & Lee, A. R. (2003). The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies. *Comparative Political Studies*, 36(3), 235-270.
- Freire, A. (2005). Identidades ideológicas e partidárias na Europa: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparativa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 47, 11-33.
- Freire, A. (2006a). Bringing social identities back in: The social anchors of left-right orientation in Western Europe. *International Political Science Review*, 27(4), 359-378. doi:[10.1177/0192512106067358](https://doi.org/10.1177/0192512106067358)
- Freire, A. (2006b). *Esquerda e direita na política europeia: Portugal, Espanha e Grécia em perspectiva comparada*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS).
- Freire, A. (2009). A esquerda europeia ante os dilemas da imigração. *Sociologia*, 19, 255-279.
- Fuchs, D. & Klingemann, H.-D. (1990). The left-right schema. In M. K. Jennings & J. Van Deth (Eds.), *Continuities in political action* (pp. 203-34). Berlin: Gruyter.
- Fukuyama, F. (1989). The end of history? *The National Interest*, (16), 3-18. Retrieved from <http://www.jstor.org/stable/24027184>
- Gall, C., & Magni-Berton, R. (2013). Left-Right vs. traditional and new cleavages: Testing durability of an old political category. *Left and Right: The Great Dichotomy Revisited* (pp. 255-268). Cambridge: Cambridge Scholars Publishing.
- Giddens, A. (1995). *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- Guedes, N. (2012). *Convergência ideológica e de políticas públicas?* (Tese de Doutoramento, ISCTE-IUL). Retrieved from <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6726>
- Heywood, A. (2003). *Political ideologies: An introduction*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Huber, J. (1989). Values and partisanship in left-right orientations: Measuring ideology. *European Journal of Political Research*, 17, 599-621.

- Huber, J., & Inglehart, R. (1995). Expert interpretations of party space and party locations in 42 societies. *Party politics*, 1(1), 73-111.
- Inglehart, R. (1971). The silent revolution in Europe: intergenerational change in post-industrial societies. *American Political Science Review*, 65(4), 991-1017.
- Inglehart, R. (1990). *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1997). *Modernización y posmodernización: El cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Siglo XXI (CIS).
- Inglehart, R., & Klingemann, H.-K. (1976). Party identification, ideological preference and the left-right dimension among western mass publics. In I. Budge, I. Crewe, & D. Farlie (Eds.), *Party identification and beyond: Representations of voting and party competition* (pp. 243-273). London: Wiley.
- Ignazi, P. (1992). The silent counter-revolution. Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe. *European Journal of Political Research*, 22, 3-34.
- Jacoby, W. (1991). Ideological identification and issue attitudes. *American Journal of Political Science*, 35(1), 178-205.
- Jost, J., Federico, C., & Napier, J. (2009). Political ideology: Its structure, functions, and elective affinities. *Annual review of psychology*, 60, 307-337.
- Kirchheimer, O. (1990). The catch-all party. In P. Mair (Ed.), *The West European Party System* (pp. 50-60). Oxford: Oxford University Press.
- Kistchelt, H. (1988). Left-libertarian parties: Explaining innovation in competitive party systems. *World Politics*, 40(2), 194-234.
- Kitschelt, H., & Hellemans, S. (1990). The left-right semantics and the new politics cleavage. *Comparative Political Studies*, 23(2), 210-238.
- Klingemann, H. (1972). Testing the left-right continuum on a sample of German voters. *Comparative Political Studies*, 5(1), 93-106.
- Knutsen, O. (1995). Value orientations political conflicts and left-right identification - a comparative study. *European Journal of Political Research*, (28), 63-93.

- Knutsen, O. (1998). Europeans move towards the center: A comparative longitudinal study of left-right self-placement in Western Europe. *International Journal of Public Opinion Research*, 10(4), 292-316. doi:[10.1093/ijpor/10.4.292](https://doi.org/10.1093/ijpor/10.4.292)
- Kroh, M. (2005). Surveying the left-right dimension: The choice of a response format. *DIW Berlin, German Institute for Economic Research*, 491, 1-12.
- Lachat, R. (2015). *Which way from left to right? The issue basis of citizens' ideological self-placement in Western Europe*. Universitat Pompeu Fabra.
- Laponce, J. (1981). *Left and Right: The Topography of Political Perceptions*. Toronto: University of Toronto Press.
- Lipset, S. (1987). ¿El fin de toda ideología? e Un concepto y su historia: el fin de la ideología. *El Hombre Político: Las Bases Sociales de la Política* (pp. 357-372 e 420-448). Madrid: Editorial Tecnos.
- Lisi, M. (2010). Moderados, pragmáticos e personalizados. A evolução dos partidos de esquerda na Europa do Sul. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 64, 59-80.
- Luhmann, N. (1981). Der politische Code: “Konservativ” und “Progressiv” in systemtheoretischer Sicht. *Soziologische Aufklärung* 3. Opladen: Westdeutscher Verlag
- Lukes, S. (2003). Epilogue: the grand dichotomy of the twentieth century. In T. Ball & R. Bellamy (Eds.), *The Cambridge history of twentieth century political thought*. Cambridge: CUP
- Pinto, J. (1996). *A direita e as direitas*. Lisboa: Difel.
- Rosas, J. C., & Ferreira, A. R. (2013). Left and right: Critical junctures. In J. C. Rosas & A. R. Ferreira (Eds.), *Left and right: The great dichotomy revisited* (pp. 2-20). Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.
- Rothbard, M. (2010). *Esquerda e direita: Perspectivas para a liberdade*. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil.
- Tavares, R. (2015). *Esquerda e Direita guia histórico para o século XXI*. Lisboa: Tinta-da-china.

Weber, W. (2012) *Behind left and right. The meaning of left-right orientation in Europe* (Tesi Doctoral, Universitat Pompeu Fabra). Retrieved from <https://www.tdx.cat/bitstream/handle/10803/107624/tww.pdf?sequence=1>

Weisberg, H. (1974). Dimensionland: An excursion into spaces. *American Journal of Political Science*, 18(4), 743-776.

Wittgenstein, L. (2010). *Philosophical investigations*. Chicester: John Wiley and Sons Ltd.

A Dádiva do Torrent¹

Gabriel Ferreirinho

Universidade Federal Fluminense - Brasil - gabrielferreirinho@gmail.com

Sumário

O presente trabalho busca discorrer sobre as circulações de bens a partir do download de *torrents* sob uma perspectiva da troca pela dádiva. Inicialmente são apresentadas algumas noções de dádiva principalmente a partir das discussões do trabalho de Mauss (2003) em interlocução com outros autores que trabalharam o conceito mais recentemente. Em um segundo momento são apresentadas possibilidades de perceber a dádiva na internet e o funcionamento do *torrent*, para, em seguida, realizar a discussão da relação entre esse

modo de compartilhamento online e a noção de dádiva, baseada numa revisão bibliográfica de pesquisas etnográficas sobre o compartilhamento *peer-to-peer*. É possível identificar a tripla obrigação: dar, receber e retribuir nos compartilhamentos de informação e conteúdo através do *torrent* por categorias que se assemelham às categorias tradicionais, mas também é necessário reconfigurar o contexto para que dialogue com o cenário contemporâneo que inclui os meios digitais e suas especificidades de partilha.

Palavras-chave: Dádiva, torrent, tripla obrigação, *peer-to-peer*.

The Gift of Torrent

Abstract

The present work seeks to discuss the circulations of goods from the download of torrents from a perspective of the exchange for the gift. Initially some notions of gift are presented mainly from the discussions of the work of Mauss (2003) in interlocution with other authors who worked the concept more recently. In a second moment, possibilities of perceiving the gift on the internet and the operation of the torrent are presented, and then the discussion of the relationship between this mode of online

sharing and the notion of gift, based on a bibliographical review of ethnographic research on peer-to-peer sharing. It is possible to identify the threefold obligation to give, receive, and retribute information and content shares through torrent by categories that resemble traditional categories, but it is also necessary to reconfigure the context to dialogue with the contemporary setting that includes digital media and their specificities of sharing.

Keywords: Gift, torrent, threefold obligation, peer-to-peer.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

INTRODUÇÃO

Marcel Mauss foi um sociólogo e antropólogo francês que ficou muito conhecido por seu trabalho no qual observou grupos com formas de lidar com a troca, que escapavam dos sentidos hegemônicos ocidentais capitalistas, um sistema de prestação o qual denominou dádiva. Enxergou um fato social total, como era pensada a sociologia da época, por perceber como a lógica por trás dessas trocas exercia influência em toda a organização social (política, religiosas, econômicas, “jurídica”, familiar) (Giesler, 2006; Mauss, 2003). Para Caillé (1998), estudioso da obra de Mauss, um dos maiores ganhos da reflexão do antropólogo foi a complexidade analítica colocada através da tripla obrigação: dar, receber e retribuir, somada à percepção de que na dádiva encontra-se ao mesmo tempo liberdade e obrigação e interesse e desinteresse (Mauss, 2003).

Já preliminarmente, também sob as indicações de Caillé (1998), é imprescindível conceber de que o objetivo não se situa no encontro do que seja uma essência fundamental da dádiva, mas sim, em articular suas propriedades e sua história para o encontro do momento contemporâneo no que se refere às práticas na internet. Além disso, Giesler (2006) indica como a investigação de práticas na internet a partir da perspectiva da dádiva, reforça o sentido de reconfigurarmos esse conceito no espaço e tempo, para que não fique preso a ideia de que só pode ser encontrado em sociedades “tribais”; apesar de o autor acreditar na possibilidade de encontrar a dádiva em sua forma “pura”, será descartado o debate da pureza do conceito e me atarei a operar suas características a partir das práticas de download por *torrent*.

Nessa direção, um ponto importante é entender que a economia da troca-dádiva muitas vezes se mostrou distante de uma inserção no modelo de uma economia tida como natural, que prevê o utilitarismo (Mauss, 2003); e até hoje se faz necessário pensar as relações das trocas entre pessoas não somente centrado nessa categoria da lógica utilitária do modelo contratual (Apgaua, 2004). Apesar de há muito tempo as pesquisas sobre consumidores terem tangenciado a questão da dádiva, principalmente através da ideia de trocas de presentes, Giesler (2003) é expressivo em sua crítica ao fato do tema ter sido tratado sempre de maneira dicotômica, envolvendo apenas a relação entre dar e receber, além do foco constante entre dois sujeitos; e que os mesmos operadores analíticos que foram utilizados para pensar as tribos poderiam ser acionados ao pensarmos as relações de dádiva contemporânea, caso contrário nos fecharíamos em uma lógica evolucionista.

Ao mesmo tempo, a compreensão atual de pirataria também estaria equivocada; hoje os sentidos que atribuímos às práticas de compartilhamentos de arquivos pela internet caem em dois caminhos, ou criminalidade ou mercados não atingidos; enquanto o primeiro oculta as relações e complexidades que se configuram a partir desses usos, o segundo tenta fixar as possibilidades de sentido em uma lógica capitalista de trocas de mercadorias (Caraway, 2012). Isso não quer dizer que devemos pensar a internet como um espaço separado do que seria colocado como o “real”, e também não acreditar que a transferência de arquivos a partir das práticas de *peer-to-peer* estão fora da lógica legal de direito autoral, mesmo em grupos de compartilhamento por *torrent* que são fechados para membros (Frostgård, 2012).

É significativo deixar claro que não é proposta uma crítica ao consumo, como trabalhado por Miller (2007), em que a materialidade é vista como ameaça, mas o contrário, trabalhar como a circulação de bens está associada a valores espirituais e morais; e que a produção e circulação de bens também são um processo cognitivo, em que não só materialidades são desenvolvidas, mas tem seu aspecto cultural (Kopytoff, 2008). Além disso, podem emergir da reflexão formas de consumo moderno, através das circulações de bens, que extrapolam nossa ideologia de associação direta ao individualismo (Campbell, 2006), algo a se ter atenção, já que muitas críticas feitas à noção de dádiva partem dos pressupostos de interesses e satisfações individuais, e se fixam extremamente sobre eles.

Necessitamos do exercício de um pensamento complexo, já que, como demonstrado por Giesler (2006), um olhar simplista acerca das práticas que englobam a dádiva em que se forcem mecanismos bilaterais, individuais ou puramente econômicos não são o bastante para enxergar todas as potências desse sistema de prestações. Somado a isso, uma questão mais contemporânea em relação ao estudo da dádiva em trocas de arquivos por *torrent* se faz presente durante a argumentação; serão as concepções de solidariedade e comunidade necessárias para identificar um sistema de dádivas contemporâneo?

Para apresentar as considerações contemporâneas em relação às possibilidades de dádiva na internet pelo download de *torrent*, irei apresentar algumas características importantes da dádiva, principalmente sobre o trabalho de Mauss (2003); em seguida, alguns dos elementos e funcionamentos principais dos compartilhamentos de arquivo *peer-to-peer* através de *torrent*, para então discutir as aproximações e distanciamentos entre os dois tópicos, assim como as discussões dos trabalhos que se focaram em temas semelhantes.

SOBRE A DÁDIVA

Em *Ensaio sobre Dádiva*, Marcel Mauss (2003) analisa um sistema de prestações, a dádiva, o qual observou em diversas sociedades americanas, na Polinésia e Melanésia que se configura em três obrigações complementares e interdependentes: dar; receber e retribuir; além de imersa em um duplo paradoxo, já que é ao mesmo tempo livre e obrigatória e interessada e desinteressada. Nessas relações, vida material e moral se interpelam, pois existe uma ligação espiritual entre os bens e os seres humanos aos quais estão ligados, trocam-se matérias espirituais e não há uma concepção de distinção completa entre seres, coisas e espiritualidade, elas estão imbricadas umas as outras.

Antes de tudo, é necessário se despir de algumas concepções contemporâneas do nosso sistema de prestações; ao pensar a dádiva, Mauss (2003) indica que não são indivíduos que estão envolvidos nas obrigações, trocas e contratos, mas coletividades que se expressam como clãs, tribos, famílias, por exemplo, mesmo que às vezes exista a moderação de um chefe. Além disso, não são “trocados”² apenas objetos ou riquezas:

São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (Mauss, 2003, p. 191).

Diferente da situação do ocidente contemporâneo, que em geral deposita na capacidade da venda de algo o caráter de um “bem”, e enxerga muitas vezes nas coisas que não possuem a característica de ser vendidas uma cisão com o que é mundano e comum, como se possuísse um diferencial intrínseco (Kopytoff, 2008).

Na teoria do direito e da religião maori, os artigos (taonga) estão diretamente conectados às pessoas, aos agrupamentos coletivos, ao solo, e são percebidos como um propagador de suas energias. Mauss identificará como mana essa matéria espiritual que só alcança sua potência através da reciprocidade das dádivas, na movimentação dos bens materiais ou simbólicos; é ligada ao doador do artigo, fazendo com que quando se dá algo, esteja também dando parte de si e, assim, quem recebe está na

² Apesar de Mauss utilizar o termo “troca” (2003, p. 191), chama-se a atenção para não significarmos a palavra a partir de nossos sentidos contemporâneos, que tem relação ao nosso sistema hegemônico de prestação.

obrigação de retribuir (Sabourin, 2008). Outra possibilidade de observar esse poder espiritual ainda na cultura maori é o hau, palavra usada para significar o espírito das coisas vivas e materiais, ou seja, permanece a ideia de que mesmo ao se separar de um artigo, dando-o para alguém, ainda permanece nesse artigo (taonga) parte sua e do hau de sua floresta, território, solo, fazendo com que “doador” e “donatário” criem um vínculo de almas pelas coisas e, inclusive, que exista uma relação de poder entre aquele que deu sobre o que recebeu. Nesse sentido, a lógica ao continuar as movimentações da dádiva pressupõe “que seja preciso retribuir a outrem o que na realidade é parcela de sua natureza e substância” (Mauss, 2003, p. 200). É importante chamar atenção para a reflexão de Sabourin (2008) na qual reposiciona o mana e o hau não apenas como um valor intrínseco ao doador, mas que, na verdade, é um valor produzido a partir da movimentação dos bens, logo, a partir da reciprocidade da dádiva.

Na Polinésia e Melanésia, observou um tipo agonístico³ de prestações totais, nos quais a dádiva está também relacionada a um princípio de rivalidade, uma vez que existe uma hierarquia implícita ao ato de dar, ele indica uma autoridade, ganha força o grupo que presenteia o outro com melhores bens, e fortalece uma relação de poder até que se seja retribuído; o que ocorre num movimento pendular, já que se retribui também pelo sentimento de compromisso com o que foi recebido; ao mesmo tempo em que se recusar a receber é também uma ofensa que pode gerar, inclusive, guerras.

Percebeu esse mesmo modo agonístico no noroeste americano, no qual observou não haver escambo, mesmo a partir das interações com os europeus, por apontar que todas as transações são realizadas, como na Melanésia, através de um constante dar e receber. Nessas sociedades, existe uma forte correlação entre a dádiva e uma concepção de honra, um chefe só manterá sua autoridade em relação à tribo, aldeia ou família se constantemente distribuir bens, demonstrando que é favorecido pelos espíritos e fortuna, “que é possuído por ela e a possui”⁴; assim colocando os outros em uma posição menor à sua própria; pois a mistura entre alma, seres e coisas prevê que perder o prestígio seja como perder a própria alma. Nessas sociedades as pessoas costumam dar constantemente, pois é o ato fundamental de reconhecimento; mesmo fora de solenidades e reuniões, há sempre presente a obrigação de convidar os amigos, oferecer-lhes os ganhos, caças, colheitas (que também vêm dos deuses e totens)

3 “Propomos reservar o nome de *potlatch* a esse gênero de instituição que se poderia, com menos perigo e mais precisão, mas também mais longamente, chamar: prestações totais de tipo agonístico” (Mauss, 2003, p. 192, grifos do autor).

4 (Mauss, 2003, p. 253).

e retribuir tudo o que foi recebido de todos que já deram. E é principalmente a partir desse olhar sobre os povos melanésios, polinésios e americanos que vai conceber o regime da dádiva:

A vida material e moral, a troca, nele funcionam de uma forma desinteressada e obrigatória ao mesmo tempo. Ademais, essa obrigação se exprime de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: ela assume o aspecto do interesse ligado às coisas trocadas: estas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são relativamente indissolúveis (Mauss, 2003, p. 232).

Além desses três exemplos, ao pensar os pigmeus a partir do trabalho de Alfred Radcliffe-Brown, percebe que as trocas de presente não são comparáveis às finalidades do comércio e troca nas sociedades contemporâneas europeias, já que antes de tudo são de carga moral, com o objetivo de formar alianças e amizades que, caso não se findassem, fariam com que a ação não tivesse efeito; numa relação que muitas vezes mistura pessoas e sentimentos. Ainda assim, existia um teor de rivalidade para expressar quem seria capaz de dar mais bens de maior valor e, apesar de serem considerados presentes, as pessoas tinham a expectativa de receber algo de mesmo valor, inclusive podendo se zangar caso não sentissem essa reciprocidade. “Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (Mauss, 2003, p. 212).

Porém, apesar de Mauss se debruçar mais intensamente sobre essas práticas agnósticas, Caillé (1998) nos indica por um caminho de pensamento que leve em conta as pluralidades de formas de partilha que podem ser vistas como dádivas⁵, sem nos obrigarmos a encaixar a rivalidade no centro das discussões; e, principalmente, que ao olharmos para as dádivas de diferentes sociedades e diferentes tempos não tenhamos a pretensão de localizar uma “essência eterna, invariável”.

Às sociedades que praticam unicamente a dádiva-partilha pacífica opõem-se aquelas que colocam esta última sob a égide da dádiva agnóstica; às que pri-

5 “(...) dádiva — palavra que, lembramos, só é utilizada aqui para resumir aquilo que Mauss designava com mais justeza como a tripla obrigação de dar, receber e retribuir — (...)” (Caillé, 1998, p. 27).

vilegiam a dádiva entre vivos, quer seja de partilha ou de desafio, opõem-se as que subsumem essa dádiva horizontal entre pares a uma dádiva aos mortos que poderíamos qualificar de transversal, ou a uma oblação às divindades, que poderíamos chamar de vertical (Caillé, 1998, p. 27).

Mauss (2003) observa outras sociedades em que a dádiva se faz presente, mas nas quais as razões para a terceira etapa, do retribuir, possuem uma extensão diferente daquelas analisadas anteriormente; neste artigo, me atarei a recordar as reflexões sobre o direito hindu clássico. Como aponta o autor, essa descrição da dádiva só está presente efetivamente entre os brâmanes; para eles, aquilo que é dado não só produz recompensas nesse mundo, como no próximo. Uma característica interessante é a perspectiva de que aquilo que se dá não é perdido, se reproduz, constitui para quem está dando algo idêntico; no próximo mundo, a mesma coisa reaparece aumentada. Tudo o que se dá é personificado e participante da dádiva, é tido como ser vivo com o qual se dialoga e que deseja ser dado, por exemplo, “é da natureza do alimento ser partilhado; não dividi-lo com outrem é “matar sua essência”, é destruí-lo para si e para os outros” (Mauss, 2003, p. 282); os brâmanes têm a concepção de que a riqueza é produzida para ser dada e se não existissem outros brâmanes para recebê-las não teriam sentido.

Mais próximo ao que foi observado na Polinésia e Melanésia, não existe tão fortemente marcado para os brâmanes as delimitações entre posses e quem as possui, aquilo que se dá é constituído por aquele que o deu, e o vínculo estabelecido pela dádiva entre quem recebe e quem doa é extremamente forte; “a própria coisa dada forma um vínculo bilateral e irrevogável, sobretudo quando é uma dádiva de alimento” (Mauss, 2003, p. 286).

Para não nos fecharmos apenas nos sentidos oferecidos por Mauss, podemos seguir a reflexão de Steiner (2016) que, ao pensar na solidariedade que é enfatizada pela reflexão maussiana, aponta para os estudos de Maunier, que contemporaneamente ao primeiro autor, elabora estudos sobre a dádiva. E, se por um lado, aceita a tríplice obrigação proposta, por outro, rejeita a ideia de um espírito mágico como o *hau*, que faria com que o que foi dado retornasse ao doador e atribui a retribuição à uma imposição moral, em que aquele que recebeu um bem, sente-se impelido a retribuir, já que são acionados sentidos de honra e constantemente em frente ao grupo, ao qual as expectativas ele deve atender.

Apesar da análise de Mauss se concentrar em sociedades e tempos diferentes dos quais vivemos, ainda hoje existem traços de livre circulação de bens materiais e simbólicos díspares ao modelo do mercado e, inclusive em sociedades nas quais o capitalismo está avançado, ainda podemos encontrar a dádiva (Currah, 2007). E é através da atenção às práticas de download por *torrent* que se insere a investigação dessas dádivas contemporâneas.

SOBRE O TORRENT

Até a possibilidade de compartilhamento *peer-to-peer* (p2p) ser desenvolvida e até hoje, o comum na internet tem sido o modelo servidor-cliente, isto é, um site fica hospedado em um servidor específico em algum lugar do mundo e apresenta as informações quando solicitado pelo usuário; ao fazer um download, o servidor envia o arquivo diretamente para o dispositivo que o demandou, e assim se repete com cada novo usuário/dispositivo. Com o modelo *peer-to-peer*, cada dispositivo torna-se um servidor, ao invés de apenas conseguir baixar arquivos, pode-se enviá-los a outros dispositivos, já não existe mais um servidor central. A tecnologia de compartilhamento de arquivos *peer-to-peer* não é utilizada apenas em casos de pirataria, mas essa pode ter sido a motivação de seu desenvolvimento, uma vez que é muito mais simples localizar um servidor central e tirá-lo da rede do que diversos espalhados, possivelmente, pelo mundo todo. Além disso, como as trocas não acontecem de forma bilateral, o deslocamento do arquivo vem de diversos servidores ao mesmo tempo, aumentando a velocidade do download⁶.

Ao baixar um arquivo de *torrent* e rodá-lo em um programa apropriado, o conteúdo do arquivo é, na verdade, diversos mapas ou guias de servidores diferentes dos quais o arquivo poderá ser baixado (Frostgård, 2012). Dessa forma, os arquivos são recebidos e enviados de maneira rizomática, não mais dual, em processos no qual se pode enviar e receber arquivos ao mesmo tempo para e de muitas pessoas ao mesmo tempo (Giesler, 2003).

Andrew Currah (2007) apresenta a perspectiva de que a internet foi desenvolvida a partir de uma mesma lógica socio-institucional da academia, o qual ele concebe como uma economia de dádiva⁷, uma vez que há muito tempo se oferece resultados

⁶ Extraído de <https://www.makeuseof.com/tag/p2p-peer-peer-file-sharing-works/>

⁷ “Gift economy”, no original.

de pesquisa de forma gratuita, estimulando novas pesquisas e descobertas científicas. E, continua, com o passar do tempo, os desenvolvimentos tecnológicos possibilitaram a redução dos custos e da complexidade na participação das pessoas com o meio, permitindo que cada vez mais pessoas possam trocar informações umas com as outras.

Apesar da história da internet ter sido marcada por diversos conflitos, controvérsias e lutas por autoridade e poder, com uma presença militar muito acentuada em seu desenvolvimento, e com diversas reconfigurações e reapropriações em suas décadas de desenvolvimento, o apontamento de Currah traz uma potência de sentido interessante se a explorarmos. Tanto o computador como a internet fizeram parte da elaboração de diferentes práticas relacionadas ao trabalho imaterial, não em si próprios, mas explicitamente a partir do compartilhamento de arquivos, que estimularam novas possibilidades de organização e relação social com os conteúdos de informação e culturais (Caraway, 2012). Além disso, a possibilidade da manipulação de arquivos digitais, como a “tradução” de arquivos musicais para o formato mp3, também exerceu forte influência na pirataria, pelas facilidades de armazenamento, deslocamento e compartilhamento, e pela reconfiguração dos empecilhos materiais na etapa de realizar uma cópia (Barros, et al., 2010). Essa outra relação de materialidade com o que é trocado é um grande ponto de cisão com as reflexões tradicionais acerca da dádiva.

Apesar dessas reconfigurações, mais uma vez precisamos posicionar de que a internet não é um admirável mundo novo, descolado da realidade mundana, mas existe dentro do sistema capitalista; e tratando de downloads e compartilhamentos de arquivos na internet essa reflexão é fundamental, porque apesar de nem sempre operar através das lógicas capitalistas, está sempre em relação direta, como o exemplo dos processos por direitos autorais explicitam (Frostgård, 2012).

A internet permitiu assim uma forma de dádiva prescrita sobre os termos digitais, na qual comunidades de indivíduos constantemente estão produzindo, apropriando e compartilhando uma quantidade incalculável de informações de maneira não necessariamente comercial. E, dessa forma, está inserida nessas relações *online* uma gama de relações de dádiva em diferentes formas que continuam se reconfigurando, principalmente se comparado aos estudos que até então demonstravam a dádiva organizada pela materialidade não virtual dos objetos e facilmente localizável geograficamente. A estrutura não centralizada da internet permite uma integração temporal e geográfica de informações e recursos entre diferentes pessoas, muitas vezes anô-

nimas, através da rede. “Esses recursos não são apenas informativos e digitais (...), mas também infraestruturais e físicos (por exemplo, espaço livre em disco rígido, potência de processamento de computadores ou largura de banda de comunicações)” (Currah, 2007, p. 469).

Um dos modelos apresentados por Currah é o de código aberto; nesses casos, o código é livre, permitindo que qualquer pessoa (com conhecimento de programação) possa explorá-lo e desenvolvê-lo; e que essas novas transformações estejam disponibilizadas para futuros participantes. Não há donos únicos do projeto, ele se torna de todos e pela permissão desse contato, aperfeiçoa-se de maneira contínua e, possivelmente, rápida (Apgaua, 2004).

As mudanças advindas das práticas da internet são culturais e transformam também a percepção do mundo; diversas pesquisas, quantitativas e qualitativas sugerem que jovens, que cresceram em meios de fácil/rápido acesso à internet e dispositivos relacionados, tendem a significar a informação como algo maleável e que deve ser um recurso compartilhado entre pessoas (não apenas centralizado), além de estar aberto para modificações (Barros et al., 2010; Currah, 2007; Frostgård, 2012; Giesler & Pohlmann, 2003; Giesler, 2006).

Uma modalidade de dádiva analisada por Currah (2007) é aquela que diz respeito diretamente às práticas de *torrent*, nas quais existem espaços que permitem o compartilhamento *peer-to-peer*. Um dos principais exemplos dessa concepção *peer-to-peer* vem através do Napster (objeto recorrente de pesquisas sobre o tema p2p), um serviço no qual os usuários poderiam compartilhar músicas (principalmente no formato *mp3*) e fazer o download dos arquivos diretamente dos computadores de outros usuários, já que os computadores funcionam tanto como servidores quanto clientes. O caso do Napster ficou famoso, pois alguns de seus principais servidores eram localizados em lugares conhecidos publicamente e, então, seus operadores não conseguiram manterem-se anônimos, tornando-se alvos de um processo judicial que culminou no fim do serviço em 2001; hoje, apesar de sua origem, ele foi transformado num sistema de *streaming* que vende músicas online.

Desde então, diversos serviços que oferecem a conexão *peer-to-peer* foram criados e desenvolveram uma abordagem descentralizada para o compartilhamento, na qual não é necessária uma coordenação central (Barros et al., 2010), além de que se expandiram os tipos de arquivos disponibilizados e, hoje, incluem vídeos, softwares e, praticamente, todo tipo de documento (Currah, 2007). Uma das grandes inovações veio com a possibilidade do que Currah coloca como “*swarming download*”, nos

quais arquivos grandes podem ser repartidos em pequenas partes e assim podem ser baixados a partir de fontes diferentes ao mesmo tempo, que é exatamente o caso do download por *torrent*. “Atualmente, as redes p2p fornecem a maneira mais econômica de armazenar e distribuir informações para redes de usuários geograficamente dispersas (especialmente para conteúdo intensivo de dados, como filmes, programas de televisão e software)” (Currah, 2007, p. 480).

Uma questão importante para diversos autores ao pensar a dádiva na internet é de que existe uma característica de participação assimétrica, ou seja, a de que alguns usuários costumam “se aproveitar” daquilo que é alimentado por um “grupo relativamente pequeno de entusiastas”; e que a anonimidade natural dessas relações virtuais permitiria que se pegasse mais do que se dá. Por outro lado, Currah (2007) pontua otimista, isso pode ser aliviado pelo fato de que as informações na internet são copiadas e distribuídas “gratuitamente”⁸ e que, numa comparação para o autor as vantagens da colaboração e partilha superariam a perda dos usuários que não se envolvem.

Por outro lado, quando pensamos no *torrent*, que prevê o “*swarming download*”, perceberemos que existe uma relação de obrigação/liberdade entre os usuários e, no qual pode ser um grande problema a não participação na lógica da dádiva. Isso porque a principal característica desse modo de download permite que um usuário baixe os pedaços de arquivos de diversos outros usuários na rede, tornando mais rápida a transação online; quanto mais pessoas estiverem compartilhando os fragmentos de arquivo, mais fácil é seu acesso; e assim, ao mesmo tempo, confundem-se aqueles que dão e aqueles que recebem (Giesler, 2003).

Desde o início, um dos principais objetivos dessa modalidade foi a busca por colaborações e nos próprios programas usados para o download, o usuário acompanha seu download ao mesmo tempo em que acompanha seus arquivos serem levados para outros usuários; a não participação na dádiva torna-se um problema para todas as pessoas envolvidas com o arquivo, pois se alguém apenas baixa um arquivo e não o mantém na rede para permitir que outros usuários possam também recebê-lo, a velocidade de download desse arquivo diminui, assim como, muitas vezes, torna-se mais difícil encontrá-lo, podendo o arquivo, inclusive, ser extinto, uma vez que ninguém mais se torne “fornecedor” deste.

⁸ Aspas importantes, pois apesar do compartilhamento de informações ser gratuito na internet, ainda está ligada a relações materiais, como energia elétrica, por exemplo.

HÁ DÁDIVA NO TORRENT?

Tendo concebido que é a dádiva o que está criando conexões entre pessoas diferentes, colocando-as em contato a partir de uma mesma cadeia de obrigações, desafios e benefícios, nenhuma das características isoladas será capaz de interpretá-la completamente, “já que não é senão uma aposta sempre única que liga as pessoas, ligando simultaneamente, e de uma maneira sempre nova, o interesse, o prazer, a obrigação e a doação” (Caillé, 1998, p. 30).

Uma primeira associação é a ideia da dádiva em relação ao mercado, o *torrent* chama atenção enquanto dádiva por não operar no modelo de mercado econômico atual. Como coloca Currah (2007), os usuários estão permitindo acesso e compartilhando informações, em geral, por razões não econômicas; - em alguns casos, percebeu uma movimentação pautada pelo desenvolvimento de capital social e cultural em suas diversas formas, assim como Giesler (2006) e Frostgård (2012) -; além de que essas práticas se opõem diretamente às fontes de lucro de muitas corporações das quais boa parte dos conteúdos é proveniente.

Agora, pelo outro lado, é necessário também colocar que apesar das práticas de download por *torrent* estarem relacionadas às instituições econômicas capitalistas, não significa que estão imersas na lógica mercantil; nesse caso, o que estará sendo tomado como mercado pode estar considerando apenas uma de suas características, a regra da equivalência, não considerando os contextos e vínculos (Apgaua, 2004). Além disso, Caraway (2012) indica como a própria persistência desse modelo de compartilhamento de arquivos frente à uma ação legal e policial em larga escala antipirataria demonstra impotências do capitalismo em moldar o destino dessa prática. “A dádiva escapa ao modelo mercantil, por suas características paradoxais, como: gratuidade e retorno, interesse e desinteresse, liberdade e obrigação, desigualdade nas trocas, prazer em dar, espontaneidade, fortalecimento do vínculo, etc.” (Apgaua, 2004, p. 230).

Currah (2007) percebe que aqueles que participam de relações de dádiva na internet, muitas vezes também estão ligados por uma duradoura teia moral de comprometimentos e obrigações e que, através das reciprocidades promove uma coesão descentralizada e, eventualmente, constrói uma rede de recursos comuns e valores compartilhados; muitas vezes em grupos fechados de compartilhamento por *torrent*, a elaboração dessa “ética” vem através de regras (e às vezes sanções) e não de maneira espontânea (Giesler; Pohlmann, 2003). Então, por um lado, podem ser observados

valores semelhantes e práticas comuns entre usuários que, inclusive, falam sobre um senso de partilha, por outro lado, muitas vezes também existe coerção para que certas aplicações sejam realizadas. Dito isso, é necessário reiterar de que não podemos conceber as relações entre usuários de *torrent* como um meio coeso; são múltiplas as práticas, as motivações e os usos que são aplicados nessa experiência, levando sempre em conta as plataformas e espaços virtuais através dos quais acontecem os contatos com o *torrent* (Frostgård, 2012).

Muitas pesquisas etnográficas já foram realizadas com o objetivo de, entre outras coisas, investigar as motivações das pessoas que compartilham arquivos por *torrent* e as respostas variam em direções. Algumas pessoas trazem à tona o prazer em sentir-se parte de uma comunidade e poder ajudar pessoas a acessar diferentes bens culturais (Caraway, 2012); outros dizem que se envolvem com as práticas pelo prazer de descobrir coisas novas (Caraway, 2012); muitos configuram a relação com o compartilhamento por *torrent* como uma forma de se libertar ou se colocar contra a forma como a indústria distribui seus bens culturais (Barros et al., 2010; Frostgård, 2012; Giesler & Pohlmann, 2003); alguns, como citado acima, posicionam sua motivação na acumulação de capital simbólico, que se dá principalmente a partir de grupos fechados em que se obtém certo status uma vez que disponibilize muitos arquivos (Frostgård, 2012); ainda alguns usuários dizem que seu objetivo na utilização do *torrent* é desenvolver grandes arquivos digitais, às vezes separado por tema (como mangás), às vezes por tipo de arquivo (como o mp3, para música) (Frostgård, 2012).

É imprescindível marcar as pesquisas que já se debruçaram sobre as motivações daqueles que compartilham arquivos por *torrent*, pois um grande ponto de cisão acadêmica na contextualização da dádiva contemporaneamente, e no meio da internet, é a discussão se existe solidariedade ou altruísmo envolvido nessa experiência. Steiner (2016) retoma como a reflexão de Bourdieu em torno das trocas simbólicas foi desenvolvida também em diálogo com a elaboração da concepção de dádiva, que de um lado marcada por Mauss (assim como Comte e Caillé, de acordo com o autor) implicava no interesse desinteressado ou no altruísmo e abnegação em prol de outro modelo econômico que não de mercado; e de outro, que além de Bourdieu, ele exemplifica a partir de Maunier, vão enxergar nesse “desinteresse” outras fontes de interesse que estruturam diferentes tipos de capital.

Essa dicotomia é mais uma que precisa ser rompida, saber as motivações das pessoas em relação ao uso do *torrent*, principalmente no momento contemporâneo em que a lógica capitalista (e de interesse) é hegemônica e definida acaba tornando-se

não tão relevante quanto perceber as pessoas fazendo parte do ritual triplo, trocando bens de forma não mercantil e entre si de maneira rizomática constantemente. Cada pessoa terá uma percepção do assunto e terá uma motivação, não completamente subjetiva e única, mas diferentes motivações aparecem, assim como nos grupos estudados por Mauss (2003) que, apesar de participarem de um sistema de prestações pela dádiva, o configuram de diferentes formas, com diferentes valores e interesses.

As relações são complexas mesmo quando elencamos certas motivações como pontos de partidas, como por exemplo, uma postura contra-hegemônica em resposta ao modelo de distribuição de bens culturais e simbólicos; conjuntamente, ao pensarmos as dádivas na internet é necessário frisar que elas permitem uma alternativa de trocas e experimentações sociais, que não estão independentes do mercado capitalista, mas ao mesmo tempo o disputa, complementa, sustenta e amortece (Currah, 2007). Tanto que, ao pensarmos na modalidade do código livre, ele não corresponde diretamente à gratuidade do software (Apgaua, 2004); na análise da trajetória do Linux, percebe que em torno desse sistema operacional constitui-se “(...) um espaço de sociabilidade em que passam a participar, além dos geeks, as empresas/suits, os órgãos governamentais e os usuários comuns” (Apgaua, 2004, p. 232).

Outra característica das dádivas que deve ser observado em relação às práticas de download por *torrent* é a questão das coletividades que, para Mauss (2003), são as participantes das trocas. Então, entramos em outro ponto complexo nos debates acadêmicos acerca da dádiva nos compartilhamentos *peer-to-peer*, a ideia de “comunidade”. Por um lado, podemos pensar que quem participa dessas práticas são indivíduos, ainda mais caracterizados pela noção de *peer-to-peer*, logo, que seria uma forma de dádiva que pressupõe sujeitos. Por outro lado, Apgaua (2004) reflete sobre a afirmação de Eric Raymond no qual coloca que a cultura hacker é uma cultura da dádiva, o que pode ser entendido por uma ética *hacker* que pressupõe o compartilhamento de informações. Giesler e Pohlmann (2003) acionam o sentido de comunidade ao trabalhar o modo rizomático se dá no compartilhamento via *torrent*, a reciprocidade não se dá diretamente a um grupo ou indivíduo, mas em resposta ao grupo como um todo.

Apesar desses entendimentos, Caraway (2012) elabora em sua pesquisa uma árdua argumentação pautada nos relatos de pessoas entrevistadas em que, em diversos momentos, é colocado o fato de não haver uma comunidade, ou algo que seria entendido como “a” comunidade. São diversas relações entre indivíduos, entre grupos formais ou ocasionais, entre indivíduos e grupos que desenvolvem a malha de agrupamentos possíveis a partir do torrent. “Na Teoria Ator-Rede, o social não pode ser a

cola que mantém a rede unida. No lugar, essa comunidade, ou senso de comunidade, ao qual os membros se referem é um produto da complexa interação entre diferentes actantes” (Frostgård, 2012, p. 44). Frostgård é completamente assertivo ao se opor a uma ideia de “comunidade de *torrent*” já que as relações que se estabelecem entre pessoas, coletivos e coletividades fogem das explicações mais tradicionais do conceito; ele rompe com a ideia de Giesler e Pohlmann (2003) em que a grande catalisadora da dádiva seria a “comunidade” e passa a valorizar os actantes.

E não se encerram facilmente as possibilidades de comunidades, Currah (2007) chega a falar sobre os grupos na internet que fornecem legendas para os conteúdos audiovisuais distribuídos de forma pirata na internet; e isso existe também para os *torrents*, no fim, não é apenas o uso individual das pessoas que move os bens pela dádiva na internet, mas muito provem de associações entre pessoas para juntas conseguirem não só converter os arquivos piratas para disponibilizar por *torrent*, mas nas construções de sites, fóruns, bibliotecas os quais fazem parte dessa cultura de download e, também, nas associações para lidar com as questões jurídicas que recorrentemente tiram arquivos ou sites de disponibilização de *torrents* do ar. Nesse encontro entre as coletividades que sociabilizam também através do *torrent* e as práticas anti-hegemônicas (em relação à circulação de bens no capitalismo contemporâneo), pode-se encontrar um aspecto cultural e simbólico importante ao pensamento sobre o consumo (Kopytoff, 2008).

Embora muitas características e práticas se aproximem dos modelos de dádiva tradicional em certos aspectos, é importante falar sobre os distanciamentos intrínsecos à dádiva contemporânea no compartilhamento de arquivos digitais.

Giesler e Pohlmann (2003) apontam para uma distensão nas compreensões da dádiva para a reflexão no ambiente virtual e apresentam quatro pontos de distanciamento com o que foi observado pelos antropólogos clássicos: o primeiro seria o fato de o bem “dado” ser uma cópia exata que se situa no servidor do doador; o segundo, geralmente o doador é o receptor e o receptor é o doador ao mesmo tempo, mas não necessariamente numa relação um com o outro; terceiro, é quem recebe que inicia a troca pela dádiva e não quem doa; e em quarto, os participantes da dádiva são anônimos e não necessariamente existe uma reciprocidade direta. Inclusive, uma das respostas dos entrevistados de Caraway (2012) questionou a ilegalidade no compartilhamento desses bens, já que o que é categorizado como roubo pela legislação dos Estados Unidos não corresponde ao que ocorre com o uso do torrent. Diferentemente da compra de um cd pirata físico, pelas condições materiais e simbólicas da troca

por torrent, aquele que compartilha não está ganhando nada com a transação, não há dinheiro envolvido.

Os arquivos ou informações compartilhadas apresentam outro ponto importante na reflexão em relação à dádiva; uma vez que são trocadas ao serem acumuladas, é necessário manter o arquivo de *torrent* no seu computador caso seu objetivo seja compartilhar com outra pessoa, porém, sendo um bem virtual, esse acúmulo também é virtual. Nesse aspecto, diferente da forma apresentada por Mauss, não se cindem tão fortemente pessoa e coisa, como apresentado por Kopytoff (2008), já que estão imbricadas, no mínimo, pela circulação. Além disso, é curiosa a forma que virtualmente se lida com o dar e receber, já que ao se dar, na verdade se replica; ao disponibilizar seu computador como uma fonte de arquivo (participando do dar e retribuir), a pessoa não “perde” o que acabou de oferecer, mas esse arquivo será replicado no computador de quem recebe; a dádiva tradicional preveria um tipo de sacrifício que não ocorre no compartilhamento de arquivos via *torrent* (Giesler, 2006).

Isso causa uma curiosa analogia com o que foi observado por Mauss entre os brâmanes: “Aqui, ela engendra automaticamente para o doador uma coisa idêntica a si mesma: ela não é perdida, ela se reproduz” (Mauss, 2003, p. 280).

Isso significa que as informações podem ser compartilhadas com redes geograficamente extensas de usuários sem que elas saiam da posse do proprietário. Como tal, o conteúdo digital (por exemplo, arquivos, hiperlinks, código de software) é uma classe incomum de dádiva que pode ser doada e, finalmente, retida. A Internet, conseqüentemente, incorpora uma “economia da abundância”, porque as dádivas digitais proliferam (e não se esgotam) e permanecem em circulação⁹ (Currah, 2007, p. 476).

Apesar de vivermos em um mundo em que a força do capitalismo é hegemônica, ainda preservamos traços das trocas pela dádiva e também concebemos muitas vezes as coisas por seu valor sentimental, não apenas utilitário (Mauss, 2003); existem ainda sociabilidades que se mantêm atreladas pelo duplo paradoxo, como aquelas que envolvem o download por *torrent*, entre liberdade e obrigação, desinteresse e interesse.

⁹ Tradução nossa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que adotemos então como princípio de nossa vida o que sempre foi um princípio e sempre o será: sair de si, dar, de maneira livre e obrigatória; não há risco de nos enganarmos. Um belo provérbio maori diz: “Dá tanto quanto tomas, tudo estará muito bem” (Mauss, 2003, p. 301)

Não foi o objetivo desse trabalho apresentar hipóteses que justifiquem quais as motivações da retribuição por parte dos usuários que fazem download por *torrent*; podemos vislumbrar os diferentes motivos das diferentes culturas apresentadas para entender que, contemporaneamente, podem (ou não) ser outros ideais que movem essa reciprocidade, inclusive razões egoístas (como a necessidade que se tem dos outros para se obter os bens); mas é exatamente por isso, também, que se torna inútil essa procura pelas motivação, uma vez que nas relações entre os *peers*, a partir do *torrent*, a dádiva é pressuposto, pois está imbricada a tríplice dar, receber e retribuir. Assim que se faz o download do arquivo no computador por um programa de *torrent*, ele automaticamente começa a se disponibilizar para outros usuários; pode-se interromper essa transação ao deletá-lo, mas sem essa interrupção, em algum momento, há participação no ato de retribuir, assim como o dar e receber.

Um ponto importante, razão de muitos conflitos ligados ao interesse pela motivação dos usuários, é a ideia de solidariedade; precisamos mesmo buscar uma motivação altruisticamente pura, precisamos manter a ideia de dádiva ligada à ideia de solidariedade? Ou então precisamos jogar para o outro lado da dicotomia e pensar que não existe solidariedade alguma e apenas egoísmo? Não seriam as relações e usos com as práticas de download por *torrent* uma forma de reconfigurar nossos olhares para as ideias de compartilhamento e trocas, modificando aos poucos as subjetividades e discursos hegemônicos no mundo?

Assim, o compartilhamento de arquivos não é visto como o produto simples do desenvolvimento tecnológico ou dos imperativos do mercado, mas como um sistema social que depende de significados e materiais compartilhados para a coordenação e reprodução de atividades de compartilhamento de arquivos. Também de acordo com Giddens, considero que compartilhadores de arquivos

sejam atores sociais conhecedores capazes de promover nossa compreensão das condições sob as quais suas atividades ocorrem (Caraway, 2012, p. 566, tradução nossa).

Outro ponto intrigante e debatido extensivamente em diversas bibliografias sobre o assunto é a noção de comunidade ou coletividades que participam das trocas pela dádiva a partir dos *torrents*. Para muitos, a noção de comunidade é necessária para a compreensão da dádiva, mas como Frostgård (2012) indica, talvez o caminho seja enxergar e pesquisar os actantes presentes nessa relação; caso o contrário, a ideia de comunhão segue a ânsia pela motivação. Devemos parar de tentar separar o mundo entre o bem e o mal e pautar nossas análises a partir do que reconhecemos como altruísmo ou egoísmo puro; nada no mundo é tão simples.

Por fim, como coloca Currah (2007), o meio da internet possibilita, e com isso ele mesmo ganha, a partir das diversas partilhas que ocorrem entre milhões de pessoas estranhas umas às outras. Não só nesse ponto, mas a dádiva nesse espaço virtual oferece um modo de produção e distribuição de trabalhos criativos numa forma de compartilhamento em larga escala. Para esse autor, que se preocupa em manter a ordem econômica hegemônica, aparecem alguns problemas em relação à dádiva e o mercado contemporâneo. Pois, por um lado, um controle excessivo por parte das corporações produtoras de conteúdo institucionalizado (como conglomerados de mídia) implica a não circulação e menor reconfiguração desses conteúdos entre os usuários; por outro lado, ele acredita que, sem uma legislação que atue no sentido de um retorno de receita para esses produtores isso causaria que esses conteúdos, que preenchem boa parte da internet, desaparecessem.

Provavelmente, a dádiva só é “paradoxal” ou “estranha” quando vista pelas lentes do mercado, sem esquecer que estamos em um contexto em que o pensamento mercantil parece reinar e ser a chave de explicação por excelência. Fora do sistema mercantil de interpretação, ela deixa de ser a “coisa estranha”. Para compreendê-la, é preciso sair deste círculo do pensamento mercantil e buscar outras abordagens que não “estranhem” a possibilidade do paradoxo, da contradição. Sem esquecer que o paradoxo e a contradição só existem enquanto tal, na medida em que são criados e sustentados pela razão moderna (Apgaua, 2004, p. 231).

Deixo essa reflexão como uma provocação, mas também é importante apontar que esse paradoxo só existe dentro de uma concepção de mundo que prevê em sua base o modelo econômico capitalista; outros modos de produção e circulação de bens poderiam, inclusive, surgir a partir das práticas de trocas pela dádiva na internet.

Ademais, é necessário nos posicionarmos, como Mauss (2003) coloca, a favor da dádiva e dar atenção a esses modos de trocas e sociabilidades, pois podem indicar um caminho social, cultural, econômico diferente do que conhecemos, principalmente nessas primeiras décadas do uso humano proliferado da internet; já existem diversas empresas e serviços entendendo como desmontar as lógicas da dádiva no sentido das lógicas do mercado contemporâneo e, se não tomarmos consciência, quem principalmente influenciará o rumo do mundo serão essas instituições.

REFERÊNCIAS

- Apgaua, R. (2004). O linux e a perspectiva da dádiva. *Horizontes Antropológicos*, v. 10, 221-240.
- Barros, D. F., Sauerbronn, J. F., Costa, A. M., Darbilly, L. V., & Ayrosa, E. A. (2010). Download, pirataria e resistência: uma investigação sobre o consumidor de música digital. *Comunicação, Mídia e Consumo*, v. 7, n. 18, 125-151.
- Caillé, A. (1998). Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 13, 5-38.
- Campbell, C. (2006). Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. In L. Barbosa & C. Campbell. *Cultura, Consumo e Identidade* (pp. 47-64). Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Caraway, B. R. (2012). Survey of file-sharing culture. *International Journal of Communication*, v. 6. Disponível em <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/1216/720>
- Currah, A. (2007). Managing creativity: the tensions between commodities and gifts in a digital networked environment. *Economy and Society*, v. 36, 467-494.

A Dádiva do Torrent

- Frostgård, C. (2012). There is no “I” in torrent: collective effort and the collected self in peer-to-peer file-sharing networks. 64 f. Dissertação (Mestrado) - Division of ALM, Lunds Universitet. Disponível em <https://lup.lub.lu.se/student-papers/search/publication/2701498>
- Giesler, M. (2006). Consumer Gift Systems: Figure 1. *Journal of Consumer Research*, 33(2), 283-290. doi:[10.1086/506309](https://doi.org/10.1086/506309)
- Giesler, M., & Pohlmann, M. (2003). The anthropology of file sharing: Consuming Napster as a gift. *Advances in Consumer Research*, 30, 273-279. (IMAGENS)
- Jeffman, T. (2017). *Booktubers: Performances e conversações em torno do livro e da leitura na comunidade booktube*. 395 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Kopytoff, I. (2008). A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In A. Appadurai (Org.), *A Vida Social das Coisas*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify.
- Miller, D. (2007). Consumo como cultura material. *Horizontes Antropológicos*, v. 13, 33-63.
- Sabourin, E. (2008). Marcel Mauss: Da dádiva à questão da reciprocidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, 131-138.
- Steiner, P. (2016). *Altruísmo, dons e trocas simbólicas: abordagens sociológicas da troca*. São Paulo: Cultura acadêmica.

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT*

Francisco Xavier Freire Rodrigues

Universidade Federal de Mato Grosso - fxsociologo@yahoo.com.br

Allan Kardec Pinto Acosta Benitez

Universidade Federal de Mato Grosso - ver.allankardec@gmail.com

Sumário

O texto apresenta resultados de uma pesquisa sobre o futebol de várzea em Cuiabá/MT. O objetivo da investigação é estudar o futebol de várzea como mediador da cultura e das relações sociais na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT. Pretende-se também: a) apresentar e analisar as estratégias de fundação dos times de futebol amador na Comunidade São Gonçalo Beira Rio; b) descrever e entender os aspectos organizacionais do futebol de várzea na comunidade investigada; c) analisar as formas/manifestações de relações, conflitos, embates e contradições entre os times de futebol daquela comunidade. Que papel teria o futebol de várzea na mediação das diferenças locais, que maneiras de fazer sua prática interatuam e modificam o espaço

e as relações? A História de Vida foi o método utilizado, tendo como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, registradas durante a pesquisa de campo. O futebol de várzea desempenha papel de mediação cultural na comunidade pesquisada, sendo veículo de interação social, produtor de aproximações e conflitos sociais, culturais e políticos. Aprofundamos mais ainda, ao deparar-nos com intensa participação da comunidade ao redor do campo de futebol de várzea, observando – por exemplo – que a vida na e da comunidade São Gonçalo Beira Rio, como pudemos constatar, ganhava outro ritmo nos dias de jogos, e o cotidiano da rotina caseira quebrava-se e transformava-se em outras rotinas que o campo de futebol exigia dos moradores.

Palavras-chave: Futebol de várzea, Cuiabá/MT, manifestação cultural, lazer.

Sociological Research on Várzea Football in the Community São Gonçalo Beira Rio in Cuiabá/MT

Abstract

The text presents results of a survey on the floodplain football in Cuiabá / MT. The goal of the research is to study the floodplain football as cultural mediator and social relations

in the Community São Gonçalo Beira Rio in Cuiabá/MT. It is also intended: a) to present and analyze the strategies of founding amateur football teams in the São Gonçalo Beira Rio

* Este artigo constitui uma versão revista de uma comunicação apresentada no 18º Congresso Brasileiro de Sociologia que decorreu em Brasília, entre 26 e 29 de julho de 2017.

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

Community; b) describe and understand the organizational aspects of floodplain football in the researched community; c) analyze the forms/manifestations of relations, conflicts, clashes and contradictions between the football teams of that community. What role would varzean football play in mediating local differences, what ways of doing their practice interact and modify space and relationships? The Life History was the method used, having as data collection technique semi-structured interviews, recorded during field research. The várzea football plays cultural media-

tion role in the research community, being a vehicle for social interaction, producer of approaches and social conflicts, cultural and political. Deepened further when confronted us with intense community participation around the várzea football field, watching - for example - that life in and São Gonçalo Beira Rio community, as we have seen, earned another rhythm on match days, and the routine of the home routine was broken and became other routines that the football field demanded from the residents.

Keywords: Várzea football; Cuiabá/MT, cultural manifestation, recreation.

INTRODUÇÃO

Analisar o futebol de várzea como mediador cultural possibilita adentrar no cotidiano do lazer que é praticado e mantido nos mais inusitados rincões deste Brasil, seja na cidade, seja no campo. Esse cotidiano se revela múltiplo, repleto de (re)invenções e improvisações que o dinamizam e o mantêm no imaginário popular, nos relatos de vida, nos fins de semana sociabilizados ou mediados pelas partidas de futebol que contam, ademais de empates, vitórias e derrotas, maneiras de fazer o lazer de cada lugar.

Analisar e compreender esse papel mediador, função silenciosa tanto quanto ruidosa dada ao futebol de várzea, leva-nos a perceber a multiplicidade de campos/esferas que se imbricam nesse jogo de relações sociais, culturais, comunicativas, antropológicas, históricas; enfim, são tantas as facetas quanto as possibilidades analíticas e explicativas que o futebol de várzea apresenta para entendermos as relações sociais no Brasil.

O objeto de estudo deste artigo foi o futebol de várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT, Brasil, tendo como preocupação desvendar aspectos relacionados à cultura e às relações sociais naquela comunidade. O problema de pes-

quiza aqui apresentado foi: Que papel teria o futebol de várzea na mediação das diferenças locais, que maneiras de fazer sua prática interatuam e modificam o espaço e as relações? Essa questão foi respondida através da articulação entre conceitos e dados empíricos coletados na pesquisa de campo por meio de entrevistas e observações sistemáticas. As narrativas contam sobre as maneiras de fazer, viver e praticar o futebol, reveladoras de percursos e trajetórias de dois times locais de futebol de várzea: São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube e Milionários Futebol Clube, ambos criados no seio da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT.

Os objetivos da investigação que gerou este texto ultrapassam as fronteiras de mero registro histórico daquelas práticas e recaem principalmente sobre a importância da temática proposta, uma vez que esta nos permite evidenciar as histórias de vida de atores sociais que construíram, através do futebol de várzea, uma trajetória do lazer que ocupou aquele espaço comunitário, bairro isolado do centro urbano de Cuiabá/MT, e mediou conflitos locais de resistências e fronteiras sociais. Explicitando melhor, os objetivos da investigação foram: estudar o futebol de várzea como mediador da cultura e das relações sociais na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, em Cuiabá/MT, sendo este o objetivo geral. Os específicos foram: a) apresentar e analisar as estratégias de fundação dos times de futebol amador na Comunidade São Gonçalo Beira Rio; b) descrever e entender os aspectos organizacionais do futebol de várzea na comunidade investigada; c) analisar as formas/manifestações de relações, conflitos, embates e contradições entre os times de futebol daquela comunidade.

A hipótese defendida é de que o futebol de várzea desempenha importante papel na mediação cultural e nos conflitos sociais na Comunidade São Gonçalo Beira Rio (SGBR) e de que há inúmeras *maneiras de fazer* o futebol de várzea em SGBR, onde “as operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e detalhes” (De Certeau, 1998, p. 42) supostamente apresentam uma lógica na sua prática. O futebol é um agente produtor de rivalidades, oposições, sociabilidades e de identidades sociais (Giulianotti, 2010).

A História de Vida foi o método utilizado, tendo como técnica de coleta de dados entrevistas semiestruturadas, registradas durante a pesquisa de campo. Utilizou-se também da observação sistemática.

O texto foi estruturado nas seguintes partes: Introdução, Percorso Metodológico, Aporte Teórico-Conceitual, O Futebol de Várzea em Cuiabá/MT, Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

PERCURSO METODOLÓGICO

Considerando-se que o objeto da investigação deste texto foi o futebol de várzea como mediador da realidade sociocultural vivida na Comunidade São Gonçalo Beira Rio, ou dito no modo de Michel de Certeau, suas *maneiras de fazer*, há que se pontuar o destaque dado aqui ao *conhecimento popular*, que segundo Babini (1957, p. 21, citado por Lakatos & Marconi, 2000, p. 17), “é o saber que preenche nossa vida diária e que se possui sem o haver procurado ou estudado, sem a aplicação de um método e sem se haver refletido sobre algo”.

Conhecimento popular é aquele que traz características peculiares – de acordo com Ander-Egg (1978, pp. 13-4, citado por Lakatos & Marconi, 2000, p.21), como ser: *superficial*, isto é, conforma-se com a aparência, com aquilo que se pode comprovar simplesmente estando junto das coisas; *sensitivo*, ou seja, referente a vivências, estados de ânimo e emoções da vida diária; *subjetivo*, ou próprio do sujeito que organiza suas experiências e conhecimentos, e *assistemático*, dado que tais ‘organizações’ das experiências não visam a uma sistematização das ideias, nem na forma de adquiri-las, nem na tentativa de validá-las.

O tipo de investigação foi a pesquisa qualitativa, tendo como método a História de Vida. Duas palavras inglesas denominam a expressão “história de vida”: *story* e *history*. A *life story* é a estória ou relato da vida tal qual foi vivenciada, sem confirmação da autenticidade dos fatos, pois interessa mais o ponto de vista do narrador. Por outro lado, *life history*, ou estudo de caso, é estudo sobre a vida de um indivíduo ou grupo de indivíduos, no qual são incluídos os relatos, documentos possíveis, entrevistas com pessoas, em uma mescla de “metodologias e métodos muitos diferentes, seja pela qualidade da presença do pesquisador na coleta de dados, seja pela análise dos materiais, seja pelo tipo de hipóteses científicas que ela verifica” (Cipriani, Pozzi, & Corradi, 1985, p. 260). Neste artigo adotamos a segunda perspectiva de histórias de vida.

A história de vida possibilita que a essência subjetiva de vida de uma pessoa emerja, através dos relatos em primeira pessoa sobre a trajetória no âmbito das relações humanas, sendo uma maneira que aproxima pesquisadores e agentes sociais, dando-lhes papel ativo, sobretudo aos segundos, que refletem sobre sua própria vida.

Nesse sentido, e pensando que os relatos trazem conhecimentos populares manifestos por pessoas ligadas ao futebol de várzea em SGBR, escolhemos coletar os

relatos através de entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas (Moura & Ferreira, 2005, p. 66), ou seja, aquela que

se apresenta sob a forma de um roteiro preliminar de perguntas, que se molda à situação concreta de entrevista, já que o entrevistador tem liberdade de acrescentar novas questões com o intuito de aprofundar pontos considerados relevantes aos propósitos do estudo.

Tal escolha se faz por aproximar-se mais da concepção de pesquisa ora explorada, na qual

a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais (De Certeau, 1998, p. 38).

Após a elaboração do roteiro de entrevista, procuramos discutir previamente como se dariam as entrevistas com os dois times de futebol de várzea aqui estudados. O critério para escolha dos entrevistados reuniu um conjunto de aspectos: o envolvimento com o futebol seja como jogador, torcedor ou dirigente; o desejo de contribuir com a pesquisa, pois foram consultados um número grande de agentes antes da escolha da amostra; a disponibilidade do entrevistado; a dificuldade em encontrar alguns integrantes que se mudaram de bairro ou de cidade e o fato de que alguns já tinham falecido. Além disso, com a análise das entrevistas, verificamos e chegamos ao “ponto de saturação”, que é quando os assuntos parecem dar volta sobre si mesmo, e o entrevistador ter a sensação de esgotamento do assunto.

Combinamos, então, que a cada time seria dedicado um dia diferente, de maneira que começamos pelo time São Gonçalo Beira Rio e as entrevistas foram realizadas à beira do campo de futebol. No dia seguinte, visitamos os integrantes do Milionários Futebol Clube, sendo que nos deslocamos a vários lugares diferentes para encontrar um e outro. Ao todo, são onze (11) pessoas que contribuíram, sendo cinco de cada time de futebol e um entrevistado que, pego de surpresa, nos falou sobre o futebol mato-grossense em geral, sendo o relato deste último suprimido desta investigação por distanciar-se do objeto em pauta.

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

Nas entrevistas semiestruturadas com perguntas abertas, facilitando as respostas em forma de relatos, as indagações foram feitas de maneira não padronizada, sendo mais espontâneas. Durante as entrevistas, coube ao entrevistador incentivar indiretamente, com monossílabos, evitando-se interferências nos relatos. Esses relatos foram agrupados em instâncias *táticas de abordagem*, cada qual trazendo uma temática distinta.

APORTE TEÓRICO-CONCEITUAL

Em *A Invenção do Cotidiano* (1998, p. 45), De Certeau apresenta um “método” de pesquisa inovador, o qual se intitula análise *polemológica* da cultura, considerando que “a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte”. E sugere, quanto à análise das narrativas das práticas comuns, como as sobre o futebol de várzea coletadas nesta pesquisa: “introduzi-las com as experiências particulares, as frequentações, as solidariedades e as lutas que organizam o espaço onde essas narrações vão abrindo um caminho, significará delimitar um campo” (De Certeau, 1998, p. 35).

De Certeau (1998, pp. 18-9) busca a sua autonomia e liberdade, de maneira que:

Dir-se-ia que, sob a realidade maciça dos poderes e das instituições e sem alimentar ilusões quanto a seu funcionamento, sempre discerne um movimento browniano de micro-resistências, as quais fundam por sua vez micro liberdades, mobilizam recursos insuspeitos, e assim deslocam fronteiras verdadeiras da dominação dos seres sobre a multidão anônima [...] é natural que ele concentre a atenção nos minúsculos espaços de jogo que táticas silenciosas e sutis ‘insinuam’.

De Certeau (1998, p. 45) se interessa por diversas áreas, entrecruza métodos, “que pratica sem prestar vassalagem a nenhum dele, e pela diversidade de suas competências”; por isso mesmo, “intriga e desconcerta”. Assim, ouvir os relatos orais de jogadores de futebol de várzea em SGBR introduz novos olhares dentro do campo investigado, no qual se buscam elementos de tensões que forneçam “equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários”, tendo-se o futebol de várzea como mediador dessas práticas.

Quais táticas delineiam as maneiras de fazer o futebol de várzea na comunidade São Gonçalo Beira Rio? Antes de uma abordagem específica, cabem algumas concei-

tuações e diferenciações entre os termos “tática” e “estratégia”. O termo tática é aplicado nas pesquisas de De Certeau (1998) como maneira de aproximação da problemática suscetível de articular o material coletado e a descrição de sua prática; nesta investigação, foi utilizado para a análise de dados coletados. “Tática”, do grego *taktiké* ou *téchne*, é qualquer elemento componente de uma estratégia, com a finalidade de se atingir a meta desejada em um empreendimento qualquer, sendo a estratégia a visão macro, sistêmica, de conjunto do empreendimento, segundo Koogan e Houaiss (1993, p. 815).

Se, por um lado, a tática se ocupa do microssistema, a estratégia abrange o todo desse conjunto de táticas. Nesse sentido, De Certeau (1998, p. 46) diz que a estratégia é “o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ambiente”, ao passo que a tática é “um cálculo que não pode contar com um próprio, nem, portanto, com uma fronteira que distingue o outro como totalidade visível”. A tática só tem por lugar o do outro” (De Certeau, 1998, p. 45, grifo nosso).

Tendo-se sempre em foco que a tática só tem por lugar o do outro, ela representa também a gama de ações ou maneiras de fazer o futebol de várzea, bem como outros esportes, o que insinua certo entrecruzamento metafórico na utilização de referidos termos dentro deste texto. Dentro do futebol amador, há uma tática de disposição em campo intitulada de “carrossel” ou “futebol total”, em que todos os jogadores ocupam todas as funções e posições, indiferenciadamente, com exceção eventual do goleiro. Digamos, então, que os atores sociais aos quais pertencem os relatos orais colhidos são os jogadores, nesse campo social da comunidade SGBR, e nós, deste lado, intentamos apanhar as bolas jogadas nos diversos alvos.

Evidenciar as maneiras de fazer o futebol de várzea em SGBR requer, antes, considerar que “deve haver uma lógica dessas práticas” (De Certeau, 1998, p. 42); mais ainda, que nessas práticas culturais consideradas marginalizadas existem “operações dos usuários, supostamente entregues à passividade e à disciplina” (De Certeau, 1998, p. 37), operações ou táticas.

Assim sendo, consideramos aqui o futebol de várzea como produto cultural, emergido da vivência popular, passível de estudo, “daquilo que o consumidor cultural ‘fabrica’ durante a sua prática” (De Certeau, 1998, p. 39), ou, ainda, de como o seu consumo se prolifera nas relações sociais e culturais peculiares a cada região, bairro, campo de jogo, ou seja, de como se diferencia quando do uso, ou das suas práticas, ou *maneiras de fazer*. Nesse sentido, os jogadores do futebol de várzea, os espectadores

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

da beira de campo de futebol, a comunidade e a sociedade em geral são consumidores cujas produções diferem e denotam, ainda, bifurcação que possibilita inúmeras interpretações. Pelo menos duas estão evidentes: a primeira refere-se à produção da imagem do futebol de várzea propalada, geralmente via *sensu comum* e meios comunicativos – principalmente o rádio. A segunda vive na produção secundária que se esconde nos processos de sua utilização, havendo diferença ou distanciamento entre imagem e produção (De Certeau, 1998, p. 40).

Na comunidade SGBR, o futebol de várzea alcançou grande sucesso entre as décadas de 1980 e 1990, conforme constatamos nas narrativas colhidas na pesquisa. Dois times – *São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube* e *Milionários Futebol Clube* – disputavam entre si, em quase todos os torneios, sendo este último dissidência daquele primeiro. Há também outro time, não investigado aqui, na comunidade de Carrapicho, localizada na outra margem do Rio Cuiabá.

Tem-se, então, o espaço dos campos de futebol de várzea como espaço de contradições, ou como nichos culturais, cujas *maneiras de fazer* “constituem as mil práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural” (De Certeau, 1998, p.41).

Esse espaço, com seu mapa, percursos e demarcações, evidencia modos de agir, astúcias de consumidores, que para De Certeau formam uma rede de antidisciplina, não se reduzindo a uma rede de “vigilância”, pois jogar como os mecanismos da disciplina e não se conformar com ela constitui a contrapartida, “do lado dos consumidores (ou ‘dominados’?), dos processos mudos que organizam a ordenação sócio-política” (De Certeau, 1998, p. 41).

Defendemos a hipótese de que o futebol de várzea é um elemento/fenômeno que atua como mediador cultural e que existem diversas *maneiras de fazer* o futebol de várzea em SGBR, em que “as operações multiformes e fragmentárias, relativas a ocasiões e detalhes” (De Certeau, 1998, p. 42).

As *táticas de abordagem* remontam às maneiras de fazer de cada time de futebol de várzea em SGBR. Tem-se a cultura do futebol de várzea como lugar enunciativo dos narradores. “Tática”, termo por nós escolhido, denota a intenção de dar voz ao outro, ou de considerar a contradição discursiva, levando em conta que “a tática só tem por lugar o do outro” (De Certeau, 1998, p. 46) e, que

Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias

escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta guardado pelo lugar próprio ou pela instituição.

As táticas dos relatos orais representam microdiferenças discursivas, que em conjunto formam *bricolagem*. Mosaico dinâmico, incerto, tentador e audaz que compõe este texto a partir do desconhecido, pois aglomera métodos, técnicas, teorias que nos dão as idiosincrasias, contradições dialógicas que esboçam as *maneiras de fazer* a cultura ora recortada.

Efetivamente, a moldagem dos relatos em *táticas* serviu apenas como base de ‘consulta’ às problematizações, aqui chamada de “estratégias”. Estratégia é a combinação de elementos heterogêneos que, no dizer de De Certeau (1998, p. 46), é o “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”.

Ramificamos as táticas em quatro rizomas multiplicadores (que, seguramente, se redistribuem e se bifurcam), sendo: a) *Táticas Fundacionais*, b) *Táticas Organizacionais*, c) *Táticas Relacionais*, e d) *Táticas de Embate*.

Esses percursos, então, supõem antes uma expressividade que faz território, sendo que “a territorialização é o ato do ritmo tornado expressivo, ou dos componentes de meios tornados qualitativos. A marcação de um território é dimensional, mas não é uma medida, é um ritmo” (Deleuze & Guattari, 1998, p. 122). Assim explicitado, a seguir expomos as *táticas* elencadas acima.

Richard Giulianotti (2010), sociólogo do esporte, defende que o futebol passou até chegar ao formato atual, “por estágios específicos, que podem ser caracterizados como ‘tradicional’, ‘moderno’ e ‘pósmoderno’”.

Quando discuto o ‘tradicional’ estou falando sobre o ‘pré-moderno’, onde vestígios da era pré-industrial ou pré-capitalista são ainda muito influentes. De modo geral, isso envolve a aristocracia ou a classe média tradicional, que exerce sua autoridade muito mais por convenções do que por meios racionais ou democráticos. [...] A ‘modernidade’ está relacionada à rápida urbanização e ao crescimento demográfico e político da classe trabalhadora. Estabelece-se uma divisão entre espaços masculinos (público, produtivo) e espaços femininos (privado, reprodutivo). [...] O crescimento dos meios de comunicação de massa, as melhorias de infra-estrutura e a criação de programas de bem-estar social também servem para suscitar sentimentos unitários de identidade nacional. [...] Em

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

matéria de lazer e de recreação, a divisão entre burguesia e classes trabalhadoras é reproduzida por meio de uma diferenciação entre alta cultura (‘legitimada’) e baixa cultura (‘popular’). [...] A ‘pósmodernidade’ é marcada pela dimensão crítica ou pela rejeição real da modernidade e de suas propriedades definidas. [...] As identidades sociais e culturais tornam-se cada vez mais fluidas e ‘neotribais’ em suas tendências de lazer. [...] A globalização dos povos, da tecnologia e da cultura dá origem a uma cultura híbrida e uma dependência econômica das nações em relação aos mercados internacionais (Giulianotti, 2010, p.9-10).

O livro *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões* de Richard Giulianotti (2010) se tornou em uma referência bibliográfica fundamental sobre o futebol como fenômeno social moderno e contemporâneo, sendo que neste estudo nos interessa suas análises acerca da construção das rivalidades desportivas e futebolísticas e os processos de construção de identidades sociais, a integração social e o futebol como mediador cultural.

Giulianotti (2010, p. 26) destaca que o drama diático do futebol se expressa em vários níveis: países, times e jogadores. Cada jogador está comprometido com seu oponente. Os clubes de futebol estabelecem “identidades culturais por meio da rivalidade e da oposição. As mais puras rivalidades crescem entre clãs municipais”. No início da história do futebol a estratégia de criar dois times rivais em uma mesma localidade (cidade, estado ou região) foi fundamental para o sucesso deste esporte. Trata-se de um fenômeno que deu origem aos “clássicos” do futebol, como Roma-Lazio, Internacional-Gremio, Rangers-Celtic, etc. As rivalidades são reforças em termos de espaço, etnia, classe social, religião e outras categorias sociais.

Em “*Le match de football: ethnologie d’une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*”, Christian Bromberger (1995a), apresenta uma importante contribuição antropológica sobre o fenômeno futebolístico actual. Destaca com propriedade a dimensão planetária deste esporte, sua linguagem universal e o crescente número de espectadores e praticantes (situado na ordem dos milhões de pessoas quando contabilizadas as audiências televisivas dos espetáculos esportivos).

O autor considera que existem ainda poucos estudos sobre o futebol baseados em pesquisas empíricas. Sua intenção era, na referida obra, preencher a lacuna mencionada. Para isso, utilizou-se de entrevistas com os adeptos dos clubes, de histórias de vida, observações, inquéritos por questionário. Bromberger (1995a) analisou os significados do fenômeno futebolístico, as motivações para sua efervescência colectiva

e as modalidades de adesão ao esporte bretão. Com base na interpretação de Geertz sobre a briga de galos em Bali, Bromberger (1995b) nos apresenta um esquema geral de interpretação do futebol, tendo como material empírico os dados coletados em pesquisa de campo realizada entre os adeptos dos principais clubes sediados nas cidades de Marselha, Turim e Nápoles. Apresenta e analisa a ligação entre os torcedores com os seus clubes prediletos. Aborda o futebol como metáfora para entender diversas dimensões da vida social, da guerra, conflitos e identidades sociais.

Na análise sobre os tipos de torcedores presentes nos estádios de futebol, Bromberger destaca os tipos de associações de adeptos, a divisão dos espaços das arquibancadas, os critérios de escolhas das torcidas pelos lugares no estádio, constatando que a escolha destes não leva em conta apenas o valor dos bilhetes de entrada nos estádios, envolvendo também fortes sentimentos de pertencimento a um grupo de torcedores com identidades específicas.

Outro tema relevante tratado pelo autor é o futebol como ritual contemporâneo. Para Bromberger (1995a), uma sociedade narra muito a respeito de si mesma por meio de suas paixões coletivas. Elas explicitam formas de sociabilidade e as contradições presentes em nossa época, colocando em destaque o horizonte simbólico das sociedades modernas. Os esportes são dimensões e fenômenos reveladores do modo pelo qual as sociedades toleram e geram expressões de violência e emoções coletivas.

Faremos uso ainda de autores como Norbert Elias e John L. Scotson (2000), sobre os conflitos entre estabelecidos e Outsiders, para analisar os embates e conflitos entre os atores sociais que faziam parte dos times de futebol de várzea na CSBR.

No próximo tópico apresentaremos a análise das entrevistas realizadas na pesquisa de campo.

O FUTEBOL DE VÁRZEA EM CUIABÁ/MT

A Fundação dos Times de Futebol de Várzea na CSGBR

As Táticas Fundacionais se referem aos relatos sobre a fundação dos dois times - São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube e Milionários Futebol Clube. Destacamos primeiramente que as incertezas das recordações são apenas tentativas de revisitar o passado, tendo-se o presente em evidência e o devir dessas impressões. Memórias e confissões se enchem de imagens que se entrecruzam, posto que

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

As lembranças não são confiáveis, mas, por outro lado, pode ser a maneira pela qual essas memórias chegam à nossa imaginação, confundidas pois com pensamentos, ideias, sensações ligadas a outras memórias e outras sensações (Cabbalé, 1995, p. 109).

Entre os onze entrevistados na pesquisa, apenas os dois mais antigos relataram sobre a fundação do time São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube, havendo começado na década de 1960, e os entrevistados do time Milionários Futebol Clube nada mencionaram sobre o assunto. Curiosamente, estes últimos são dissidentes daqueles primeiros, portanto, alguma história poderia ser aventada, algo que não ocorreu. As memórias e dissidências sobre a fundação dos clubes constituem importantes elementos da construção das rivalidades e identidades futebolísticas (Bromberger, 1995a; Giulianotti, 2010).

Entretanto, sobre a história de fundação do Milionários Futebol Clube quase todos os entrevistados sabem alguma coisa. Os narradores ou entrevistados que nada disseram são aqueles mais velhos, que acompanharam o São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube de há tempos.

Dos relatos, consta que Milionários Futebol Clube nasceu da dissidência que houve dentro do time São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube. Com variações nos relatos, tem-se que foi feita uma lista com o nome dos jogadores mais velhos do time, e essa lista foi aposta na parede para que ficasse visível a todos: “aí escreveu numa parede lá os nome das pessoas que eles não queriam mais no futebol deles”, diz o Narrador 8, informando que aqueles jogadores foram considerados inabilitados para continuar no time, ou pelo avanço da idade, ou pelo rendimento em campo. Revoltados com a situação, resolveram, a partir daí, criar outro time. As memórias e dissidências sobre a fundação dos clubes constituem importantes elementos da construção das rivalidades e identidades futebolísticas (Bromberger, 1995a; Giulianotti, 2010).

Sobre denominação dada a “Milionários”, são seguintes as narrativas, controversias:

1. Esse Milionário foi fundado por Grauco. (Narrador 2)
2. É o seguinte nós começamos com o Milionário que a minha família jogava no São Gonçalo Beira Rio [...] agora nós vamo fundá o time do Milionário, do time dos enjeitado aqui da comunidade. (Narrador 8)
3. [...] ficaram revoltados e resolveram se juntar e formar uma nova equipe na

qual eu e o finado Valdir fomos presidente do Crube, que nós fomos fundador do Milionários, que nós que começamos o primeiro Milionários que naquela época era só um junta junta de pessoas que formaram, que formou um time e com o passar dos anos depois mais ou menos três anos de fundação aí surgiu o Milionários mesmo (Narrador 11)

Quanto ao nome dado ao time do SGBR, o Narrador 1 diz: “[...] e ali pra 64, 65 [...] nós pusemos uma diretoria que falava São Gonçalo, o gigante Beira Rio”. Sobre o assunto, houve apenas essa narrativa. Por outro lado, sobre a criação do nome Milionários, foram registradas três narrativas, entre elas havendo controvérsias.

As versões apresentam que:

1. Foi da cabeça. Foi da cabeça que eu tirei. (Narrador 8, Tática I)
2. [...] Nós achamo o nome, por que nós não podia por o nome de São Gonçalo... aí o Cráudio, um rapaiz que tinha loja aqui no Coxipó disse vamo arrumá um time pra nós jogá.. [...] aí tem que por nome de time... aí a turma começo falá que tem tanta gente rico no time... brincadeira NE... ah! Vamos por Milionários e fico. (Narrador 9)
3. [...] Era camisa do Framengo só que tava escrito Milionário... intão um certo tempo aí... os reserva ficaram murdido aí emprestaram minha camisa, a camisa do Framengo.. intão falaram vamo monta um time co esse nome só pra brincá e com isso chegaram lá e arrumaram o time do...do Milionário. (Narrador 2)

As tensões narrativas apresentadas, em se pensando o futebol de várzea como mediador cultural. Os conflitos, as rivalidades e as oposições entre equipes de futebol representam dramas sociais vivenciados por grupos, classes sociais e nações, conforme Bromberger (1995a) e Giulianotti (2010) e fazem parte da história do futebol, considerando sempre as especificidades locais, regionais e nacionais.

Ampliando o quadro das microdiferenças para o cenário nacional, pode-se observar que o “auge” da disputa dos times São Gonçalo Beira Rio e Milionários deu-se em um período diacrônico em que o futebol profissional da Seleção Brasileira chegou às quartas de final da Copa do Mundo FIFA, em 1986, sendo derrotada pela França; despontou com o título de tetracampeão na Copa Mundial de 1994; ganhou ainda em 1989, 1997 e 1999 a Copa América e em 1997 ganhou a Copa das Confederações. Esse momento histórico do futebol de várzea em SGBR correspondeu, no esquema

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

analítico de Giulianotti (2010), à fase moderna, quando se consolida a identidade futebolística daquela comunidade.

Seguramente, esses estímulos se refletiram nas maneiras de fazer o futebol de várzea em muitas comunidades ou bairros brasileiros, (re)surgindo times cuja aparente vontade de nacionalidade ressoou como continuidade da tradição que é o futebol enquanto cultura no Brasil.

Voltando ao cenário local da comunidade SGBR, podemos ler em sua história as diversas crises socioeconômicas, advindas do distanciamento do bairro São Gonçalo, situado à margem do Rio Cuiabá, cujo acesso tornou-se mais fácil no início da primeira década deste Século XXI. As atividades econômicas principais desta comunidade eram a fabricação artesanal de cerâmicas e utensílios, a agricultura de subsistência e a pesca, sendo que esta se deteriorou dadas a poluição e a instalação de dragas ao longo do Rio Cuiabá.

Na década de 1990, sobreveio nova crise, já que os produtos artesanais não tinham meio de escoamento e a comunidade não possuía qualificação técnica para enfrentar o mercado competitivo que despontava. Essa crise chamou a atenção do poder público e da sociedade civil que passou a revitalizar e (re)valorizar o patrimônio cultural daquela comunidade, como o siriri, o cururu e a pesca.

O futebol de várzea na comunidade SGBR foi reinventado dentro da crise, talvez como maneira de combatê-la, de fazer mais forte a identidade local ou de deixar emergir a alteridade existente e antes velada. Reinventar o futebol de várzea, através da criação de um novo time, nascido da rejeição manifesta de membros da própria comunidade, representa o embricamento entre futebol e cultura (Bromberger, 1995a).

Se, por um lado, houve essa identificação com o futebol nacional, naquele bairro as diferenças começaram a vir à tona, através da crise dentro do único time existente, o São Gonçalo Beira Rio. A partir do instante em que alguns jogadores foram “desligados” da equipe, sem a presença de diálogo prévio, conforme se constata, temos então a criação do novo, surgido da minoria marginalizada pelos pares do futebol de várzea. Como lembra Giulianotti (2010, pp. 25-30), as rivalidades locais foram relevantes na popularização do futebol e na criação de vínculos afetivos entre os indivíduos e os clubes/times de futebol.

Como começou a história dos dois times? Quem está falando a verdade? Aliás, o que é a “verdade”? Distante do propósito historicista, de registrar diacronicamente esses “fatos”, interessa-nos mais compreender que aqueles narradores, cada qual apresenta a “sua” verdade, havendo se apropriado da história que se faz ambivalente.

Os relatos denotam as diferenças nas maneiras de fazer. As contradições surgidas antes, durante ou depois da criação do Milionários Futebol Clube. Demarcações de territórios que ultrapassam o campo esportivo e se entrecruzam com as diferenças sociais, ali existentes. Dentro daquele mapa, podemos visualizar que as casas situadas mais próximas do campo do Milionários denotam melhor condição econômica de seus moradores, com fachadas mais modernas, maior planejamento arquitetônico, maiores terrenos, com carros mais modernos (Bromberger, 1995a).

Contrariamente, à medida que vamos adentrando na comunidade, as casas ao redor ou perto do campo do São Gonçalo Beira Rio são mais antigas, algumas conservam arquitetura de antigo modelo “cuiabano”, quase inexistindo muros para dividir os terrenos. Precisamente nesta parte, a produção da cerâmica, a manutenção do folclore, do siriri e do cururu, bem como a concentração das peixarias são muito maiores e mais evidentes. Verifica-se a relação entre futebol, artesanato, dança, tradição e culinária, sendo o esporte bretão o elemento mediador.

Outra diferença, aqui já comentada, está na disposição e estrutura dos dois campos de futebol: o campo do Milionários localiza-se ao lado da avenida principal de acesso à comunidade; e o campo do SGBR situa-se no centro de um grande terreno público, rodeado por casas e quintas que se delimitam com o campo.

Essas diferenças socioeconômicas trazem implícitas expressões ou formações discursivas: “o expressivo é primeiro em relação ao possessivo, as qualidades expressivas ou matérias de expressão são forçosamente apropriativas, e constituem um ter mais profundo que o ser” (Deleuze & Guattari, 1998, p. 123). Dito de outra maneira, as discrepâncias visíveis em aspectos econômicos evidenciam conflitos arraigados e constituem as diferenças socioculturais que, levadas para dentro do campo, fazem do futebol de várzea o mediador das relações sociais e dos problemas locais.

É no campo de futebol de várzea que as diferenças se exacerbam. Os relatos estampam que todo ressentimento ou dissensão afetiva ganha vazão durante o jogo, em que gritos, gestos bruscos, palavrões, duras vozes de comando trazem subliminarmente a mensagem de uma luta de poderes pela manutenção da supremacia de um time sobre o outro, como extensão rizomática de outras diferenças ali existentes, porque ali “há um equilíbrio instável de poder, com as tensões que lhes são inerentes” (Elias & Scotson, 2000, p. 23).

Norbert Elias e John L. Scotson, em *Os estabelecidos e os Outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade* (2000), evidenciam em seus estudos os confrontos nas relações de poder entre moradores antigos de uma comu-

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

nidade, os “estabelecidos”, e aqueles que vieram depois, estrangeiros ou não, chamados de *outsiders* ou forasteiros. Para os autores, há uma evidente estigmatização que sobrepassa o campo socioeconômico e chega aos valores da autoestima daqueles que são “inferiorizados”, conforme se lê no fragmento abaixo:

[...] Os grupos mais poderosos, na totalidade desses casos, vêem-se como pessoas ‘melhores’, dotadas de uma espécie de carisma grupal, de uma virtude específica que é compartilhada por todos os seus membros e que falta aos outros. Mais ainda, em todos esses casos, os indivíduos ‘superiores’ podem fazer com que os próprios indivíduos inferiores se sintam, eles mesmos, carentes de virtudes – julgando-se humanamente inferiores (Elias & Scotson, 2000, p. 20).

Os autores chamam a atenção para a estigmatização coletiva, não específica de um ou outro membro, como é o caso da disputa de poder entre os times Milionários e São Gonçalo Beira Rio. Contudo, observamos que o este último time, formado por antigos moradores, não é aquele que se sente “superior” nessa relação. Contrariamente, ao time Milionários se tem atribuído o status de “vitorioso”, posto que venceu nas disputas em campo, em quase todas as partidas entre os dois clubes. Conforme Giulianotti (2010, p. 26), “Os significados dessas rivalidades do futebol tenderam a ser corroborados por divisões históricas e culturais mais profundas. [...], a oposição é reforçada por chauvinismos locais que são mapeados em termos espaciais”. Curiosamente, nos dias atuais, há uma espécie de reviravolta nesse jogo social, posto que os moradores da parte de baixo da rua, os menos favorecidos financeiramente, são os que mantêm restaurantes, os artesanatos de cerâmica e as danças populares da comunidade.

Parece evidente a interdependência que mantém as relações culturais, intermediadas pelo futebol de várzea em SGBR. Ou seja, “um grupo só pode estigmatizar outro com eficácia quando está bem instalado em posições de poder das quais o grupo estigmatizado é excluído” (Elias & Scotson, 2000, p. 23).

Consideramos que a criação do time Milionários foi uma resposta à afronta recebida. Aqueles jogadores foram desterritorializados, marginados. Os discursos daí originados buscam uma reterritorialização, em forma de resistência à opressão sofrida. Buscaram, assim, a mesma via de (re)acesso: o futebol de várzea. Poderia ter sido outra a forma de resposta, mas é justamente ele, o futebol de várzea, que vai mediar essas diferenças, tornando-se um percurso cujos movimentos, ou táticas, formam um

conjunto de estratégias contra a situação dada e com vistas à demarcação territorial naquele mapa (Giulianotti, 2010).

O motivo territorial de exclusão formou personagens rítmicos, e os contrapontos territoriais formam as paisagens melódicas. Temos, então, narradores que saem do anonimato e assumem para si a autoria de um feito que, por ser antitético, transgride regras sociais. Agora são dois os times, duas forças antagônicas que se completam em uma contradança forçada. São dois times dividindo o pequeno espaço que é a comunidade SGBR e demarcando seus territórios repletos de diferenças. Cabe aqui lembrar novamente Giulianotti (2010) quando argumenta que as rivalidades futebolísticas têm dimensões territoriais, étnicas e culturais.

Trata-se de uma redistribuição do espaço, e “ali ela cria ao menos um jogo, por manobras entre forças desiguais e por referências utópicas” (De Certeau, 1998, p. 79).

Na inventividade do cotidiano, tem-se o futebol de várzea como mediador de um conflito, ou, mais ainda, como mote principal de sua exacerbação. Nesse sentido, vale destacar o que se instala em cada fala, considerando-se que essas táticas de recontar a história da fundação dos times são

Mil maneiras de jogar/desfazer o jogo do outro, ou seja, o espaço instituído por outros, caracterizam a atividade, sutil, tenaz, resistente de grupos que, por não ter um próprio, devem desembaraçar-se em uma rede de forças e de representações estabelecidas. Tem que ‘fazer com’. Nesses estratégias de combatentes existe uma arte de golpes, dos lances, um prazer em alterar as regras de espaço opressor. Destreza tática e alegria de uma tecnicidade (De Certeau, 1998, p. 79).

Se, nos dizeres de Deleuze e Guattari (1998), o território é primeiramente a distância crítica entre dois seres da mesma espécie para marcar suas distâncias, temos que os dois times buscarão maneiras de fazer a coexistência de seus membros, configurando uma paisagem melódica daquela comunidade, paisagem repleta de contrapontos complexos.

À medida que avançamos na análise dos relatos, as diferenças mediadas pelo futebol de várzea terão contorno mais evidente. Vimos, por exemplo, que aqueles jogadores rejeitados ou excluídos deram novo ritmo às maneiras de fazer esse esporte no SGBR. Onde começam os rastros? Para onde nos levarão? São muitas as pegadas, e múltiplos os caminhos dentro desse campo, de maneira que deixaremos o futebol de várzea, esse mediador, ir se insinuando por onde nos é possível caminhar, correr, parar, retomar, enfim.

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

Quem começou o quê? Inexistindo uma história “oficial”, o que temos é um torneio de relatos, com alguns narradores em campo assumindo o feito do gol que é a criação do Milionários e havendo, inclusive, a possibilidade de dois tempos: o primeiro e o segundo Milionários, como se pode observar nos fragmentos destacados (Benitez, 2014).

Observamos que dentre os relatos colhidos nas entrevistas, todos os atores que contribuíram tendem a falar mais do time Milionários do que sobre o time São Gonçalo Beira Rio, evidenciando relativo domínio daquele primeiro sobre este, principalmente levando-se em consideração quantitativa o número de vitórias de ambos. Milionários venceu mais vezes o São Gonçalo Beira Rio em suas disputas diretas.

A Organização dos Times de Futebol de Várzea na CSGBR

As Táticas Organizacionais reúnem relatos sobre como cada time se articulou para organizar-se, enquanto equipe de futebol de várzea, em seus aspectos diretores, de torcida, de formação da ala feminina, equipe técnica, locomoção para participar em outros bairros, alimentação, entre outros. Como demarcação dos percursos, cada narrador nos falou especificamente sobre o time do qual fez parte, como se as memórias lhes servissem de autoproteção ou defesa em campo.

Acerca dos pontos em comum, entre os dois times, destacamos os seguintes fatos: existiu a liga LCB – Liga de Campeonatos dos Bairros; os dois times tiveram composição de respectivas diretorias; as categorias existentes se chamavam de aspirante e de titular; os torneios aconteciam durante o dia todo; quase inexisiam treinos; as mulheres (geralmente esposas) desempenhavam tarefas secundárias, mas imprescindíveis, de auxílio aos times, como lavar uniformes e levar água de beber, entre outras.

Além disso, havia responsáveis pelo cuidado e marcação dos campos de futebol de várzea; após os jogos havia formas de comemoração; todos colaboravam nas cotas financeiras para pagar árbitros e outras necessidades do grupo. De discrepante, e que chama a atenção, tem-se que o time São Gonçalo Beira Rio era formado exclusivamente por moradores da comunidade, ao passo que no Milionários participavam jogadores de diversos bairros, revelando diferenças sociais e espaciais na formação dos times de futebol e dos torcedores (Bromberger, 1995a; Giulianotti, 2010).

Entre os seis narradores do time São Gonçalo Beira Rio não houve relatos sobre a escolha de técnicos. No Milionários, contrariamente, há o registro de que “às vezes era meu marido, às vezes era seu Aquino que vinha ajudar também, mas no mais

era só jogador” (Narrador 8). Esse narrador (8) é uma mulher; ela foi presidente do Milionários por quase vinte anos; seu esposo foi técnico e jogador e seu filho joga futebol, ainda hoje.

1. Eu arrumava água, arrumava gelo, era água gelada, não era quente não [...] tinha vez já entrava com sete jogador e eu zangava demais, xingava jogador [...] (Narrador 8)
2. Ela fazia tudo, teve veis que ela comprô até uniforme, trabalhô assim, empregada na CoopHEMA, comprô unifore com o dinheiro dela, ela fazia tudo, lavava roupa tudo [...] e ela tinha vez que ajudava, tava meio apertado pra pagá juiz alguma coisa, ela tinha dinheiro ia dá... ia assim.. (Narrador 9)
3. A dona Pedrosa... era a comandante de tudo, né? Ela enfrentava os jogadores adversários como se fosse mãe da gente... então ela protegia a gente, botava a mão na cara, quando precisava ela xingava e então a gente se sentia filho deles [...] (Narrador 10)

Antes de prosseguir, ressaltamos que, após a criação do time Milionários Futebol Clube, o São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube dificilmente ganhou nos embates entre essas duas equipes. Milionários convidava muitos jogadores de fora para tomar parte no time. Vitórias e derrotas acentuaram os confrontos e foram dando ritmo mais forte, de competitividade, como se um desvão começasse a esboçar a fronteira entre os dois territórios, demarcando os discursos e as maneiras de cada time fazer o futebol de várzea.

Havia, nos dois times, uma maneira diferente de se fazer o futebol de várzea? Seguramente. Evidentemente. Começamos, então, pela latente diferença na constituição de ambas as equipes. Se, por um lado, o São Gonçalo Beira Rio resistiu às mazelas do cotidiano, buscando manter como jogadores apenas os moradores daquela comunidade, contrariamente a tática do Milionários foi buscar reforços nos campos vizinhos, como se pode observar no seguinte relato:

[...] O nosso, Milionários sempre teve jogadores de outros bairros, o time aqui do... daqui do São Gonçalo ele era mais bairrista. Ele era mais tradicional e o time do Milionários era mais...liberal. (Narrador 10).

Secular embate entre conservadores e vanguarda, entre os estabelecidos e os *outsiders*, diriam Elias e Scotson (2000), evidente no âmbito de todas as artes e em todas

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

as manifestações culturais existentes. Do ponto de vista tático, São Gonçalo Beira Rio e Milionários mantiveram o foco centrado na meta desejada de firmar-se como time de futebol de várzea, dentro da comunidade SGBR, bem como dentro do município de Cuiabá e do estado de Mato Grosso.

Evitando taxar de maneira incisiva que as derrotas sofridas pelo São Gonçalo Beira Rio advêm da escolha por manter-se dentro da conservação “bairrista”, termo usado pelo Narrador 10, preferimos admitir maneiras de lidar deliberadamente com a vida, de imaginar a organização social como marco de resistência, cujo vetor futebol de várzea, enquanto instrumento, vem mediar diferenças nos campos financeiro, político, ideológico, acional, construindo formações sociais. O futebol aqui certamente expressou contradições, rivalidades e emoções coletivas (Bromberger, 1995a).

Então, através das maneiras de fazer o futebol de várzea, este arbitra sentidos, sentimentos, expressividades que emergem, talvez desde há muito guardados ou calados, e que são deslocados para dentro do campo, para a sua beira, que é ocupada pelas torcidas, e para dentro das casas, espaços intimistas onde supomos diálogos mil sobre essa rivalidade.

Milionários adveio de um processo de desavenças e conflitos sociais daqueles jogadores excluídos do seio “tradicional, familiar” do futebol de várzea de SGBR. Essa experiência possibilitou-lhes transformar a estratégia crítica. Desse modo, foram do pertence ao não-pertence, vivenciando o

lidar com a cultura como produção irregular e incompleta de sentido e valor, freqüentemente composta de demandas e práticas incomensuráveis, produzidas no ato da sobrevivência social (De Certeau, 1998, p. 240).

Discussões sobre deslocamento espacial levam-nos à ideia de Deleuze e Guattari (citado por Mostafá & Nova Cruz, 2009, p. 29) de “todo um novo mundo possível”. Sentindo-se fora de campo, sem o território de origem, aqueles jogadores, movidos pelo desejo de continuarem jogando futebol de várzea, reterritorializaram o espaço desse espaço naquela comunidade. Assim, fazendo-o, incidentalmente, talvez, tenham se liberado da “única ordem possível estabelecida”, indo ao encontro do Outro, esse Outrem deleuziano que possibilita “a nova visão de que não há nem sujeito, nem objeto e sim relações, encontros” (Mostafá & Nova Cruz, 2009, p. 31).

Resultado, daí, talvez como tática organizacional, a posse de uma mulher como presidenta do time Milionários, dona Marli Alves da Silva, a dona Pedrosa, represen-

tação de uma transgressão de regras esportivas e sociais, em confronto direto com a organização até então delegada a um homem, dentro da cultura popular das maneiras de fazer o futebol de várzea no Brasil. Por suposto, não é a única nem a primeira mulher a exercer essa função. A presença ativa da mulher à frente de um time de futebol cria impactos mediados pelo próprio futebol.

Naquela comunidade, berço da cultura mato-grossense, considerando-se aquelas décadas em que dona Pedrosa dirigiu um time, é relevante essa manifestação que se faz subversora dos padrões de cunho eminentemente patriarcal, maneira que desloca e inverte papéis sociais, que insere a mulher nos fazeres mais diretos no campo do futebol de várzea. Trata-se de rizoma que vai bifurcando as atuações e seus reflexos socioculturais porque a atuação feminina em espaço eminentemente patriarcal surge como “uma possibilidade virtual, retirada do caos possível, trazida por outrem, atualizada no real, em uma mudança absoluta do pensamento” (Mostafá & Nova Cruz, 2009, p. 31).

Dito isto e descartando quaisquer intenções de cunho estruturalista em evidenciar as ações binárias do papel feminino, e, paradoxalmente já o fazendo, por ser algo que se multiplica, desse confronto entre os dois times surge também outro conflito que provoca um deslocamento da mulher no espaço, ou de suas funções dentro das equipes. Ela, dona Pedrosa, também é desterritorializada: de prestadora de serviços básicos, como lavar uniformes e servir água gelada, ela se reterritorializa ocupando papel principal dentro desse embate, colocando-se à frente, na defesa de seu território, buscando circular em nível de igualdade dentro daquele mapa, demarcando fronteiras através do percurso que vai desenhando as “trocas sociais, estilos de invenções técnicas e um estilo de resistência moral” (De Certeau, 1998, p. 88).

Nesse processo organizacional de cada time, as maneiras de fazer são esquemas de operações táticas, segundo De Certeau. Narrador 8, a mulher, protagonista no papel de presidenta do time organiza, incentiva, se engaja na luta contra o time a que pertenceram ela e seu esposo, desdobra-se em mil funções, contrapõe-se, primeiramente, ao que considera “traição” contra aqueles jogadores excluídos; depois, aceitando e convidando “intrusos” para formarem parte da equipe do Milionários e, por último, adotando e quiçá apropriando-se do time, fazendo dele “sua casa, sua vida”. Para Giulianotti (2010, pp. 26-27), “As rivalidades entre dois clubes permanecem a norma na maioria das cidades, com dimensões espaciais que servem mais uma vez para fortalecer as oposições. [...] A rivalidade entre Roma e Lazio reflete as diferenças culturais entre a Cidade Eterna e a região rural que a cerca”.

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

Seguramente a técnica de ambos os times careceu, dentro de um planejamento estratégico elaborado, de uma visão racionalizada. Mas é essa maneira de fazer, artesanal, improvisada, (re)inventada cotidianamente, que insinua o devir do próprio sujeito e do objeto naquele espaço. É o povo marginalizado articulando-se com outros povos de outros bairros, em condições talvez idênticas ou piores, fazendo o nome da comunidade e atraindo, como consequência, olhares convenientes e ambiciosos que passaram posteriormente a investir naquele bairro estrategicamente político.

Outrem, ou o Outro, o estrangeiro que vem ocupar esse território dado e povoado, surge não para resolver os problemas, mas para evidenciá-los, para colocar à mesa, ou em campo, um jogo escondido de relações sociais em que todos são protagonistas; nem ganhadores, nem perdedores, jogadores somente.

No próximo item analisaremos o futebol como elemento produtor de relações e padrões de interação social.

Interações e Relações no Futebol de Várzea na CSGBR

As Táticas Relacionais contêm seleções de relatos sobre a interação dentro de cada time e em relação aos demais, de outros bairros, principalmente na participação em torneios e campeonatos, festas de confraternização, entre outros. Os narradores que contaram sobre o time São Gonçalo Beira Rio disseram que participaram de vários campeonatos no bairro e fora dele:

1. Nosso time era um time respeitado. Jogava no Pico do Amor, tinha muitos times. Nosso time era um time respeitado, jogava no Pico do Amor, tinha muitos time.. Esperança... é... Esperança, Vila Nova do Quebra Pote, Bom Sucesso ... é... Lavrinha, Olaria. (Narrador 10)
2. Em 95, 95 nós fomo jogá lá no Jatobá e alugaram pra nós uma tombera... Garimpo Jatobá. (Narrador 2)
3. A história que eu alembro ainda de um campeonato da LCB que nós disputamo... nós tinha um time imbative aqui e fomo disputá lá e inclusive eu feiz um gol do título. Fomo campeão [...] (Narrador 3)

O futebol possui também a semântica da solidariedade social. Segundo Giulianotti (2010, p. 31), ordem social, solidariedade e continuidades políticas são fundamentais para entender a sociedade do ponto de vista durkheimiano. “A formação dos clubes

de futebol e a associação constante e voluntária de torcedores e de jogadores ajudam a contrabalançar os sentimentos de atomização e de alienação que corrompem indivíduos nas grandes e impessoais cidades”. Os que se integram aos clubes de futebol se situam em um sistema social mais amplo. O futebol ajuda a promover formas mais profundas de identidade e solidariedade em diferentes níveis.

4. Década de 90, noventa foi um ano muito bom pro São Gonçalo Beira Rio, nós disputamo vários campeonatos, em oitenta teve um campeonato muito bom da copa kaiser [...] teve o desafio dos 10 que o São Gonçalo participou e aquele tempo era times de várias regiões [...] (Narrador 4)
5. [...] O futebol aqui era bão demais, todo sábado, domingo lotava. O bairro inteiro tava torcendo aqui, ajudava [...] (Narrador 6)

Por outro lado, os relatos sobre o Milionários, são os seguintes:

6. [...] Nós jogava prá fora, ia no Craudio Kieski ... uma vez ele veio aqui, o juiz fez uma bagunça conosco aqui, né ... aí nós zangamos com ele, aí eu já queria partir pra ignorância porque eu sou meio da pá virada mesmo, né.. O Milionários ... ora, eu vou falá a verdade pro cê... representô muitas coisas, representô muito... eu peguei muitas amizades, amizade boa, amizade mesmo, honesta, você sabe que até hoje eu tenho muitas amizade através do... do jogo. (Narrador 8)
7. [...] Nós travessava o Rio Cuiabá pra ir jogá lá no campo do Lutinho ... jogava no São Francisco... Verdão, por tuda parte [...] eu saí dali um dia pra jogá num tar de São Simões em Várzea Grande ... uma vez nós tivemo num torneio aqui vinte e quatro equipe ... fico falado na rádio, tudo mundo queria vim... aí minha esposa fez duas panelona de carne co'arroiz, carne seca co arroiz e farofa de banana, e aí feiz uns dois pacu que Kaicedro tinha dado ... nós ganhamo no pênalti e aí foi pra decisão e nós ganhamo o jogo, né... (Narrador 9)
8. Tem várias histórias muito interessantes do.. do.. não só dentro de campo mas extra campo que era o convívio com eles... é, após jogo a gente senta, conversa, chora ou ri, se era vitória ou derrota .. com a amizade que a gente tinha.. ajudava e quando precisava a gente viajava pros bairros.. a gente ia jogar em Várzea Grande, Santo Antônio... todo mundo alegre, todo mundo participava, soltava foguete. (Narrador 10)

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

9. Nós ganhamos um dos títulos mais importantes, portanto Cuiabá estava completando 250 anos, então foi assim uma grandeza pro bairro São Gonçalo ... uma vez fomo jogá lá no Pico do Amor que o transporte do time foi... levaram numa caçamba e o motorista não sei o que ele arrumou que levantou a caçamba e quase que derrubo todo mundo... a gente sempre... aquela época o trânsito era livre, você podia transitá com caminhão carregano pessoas [...] (Narrador 11)

Os relatos acima mostram como o futebol mediou as relações sociais naquela comunidade, gerando diferentes padrões de interação social e de solidariedade, o que nos permite retomar Giulianotti (2010, p. 31), quando defende que “todos os clubes são denominados simbolicamente de acordo com um “local” particular e, assim, têm o tipo de laço afetivo com uma localidade específica, que encontramos em sociedades mais tradicionais e localistas. Os jogadores também podem ser fortes torcedores do clube, morar perto do campo de futebol e compartilhar um orgulho chauvinista com a comunidade”.

Considerando-se a história sobre o surgimento do futebol no Brasil, que começou pela várzea, tendo sido a primeira partida realizada em abril de 1895, conforme referências de Azevedo (2006, p. 03), e ainda que o futebol de várzea em seu início “foi discriminado e repreendido até mesmo pela polícia, [pois] era considerado um encontro de vadios, desordeiros e indisciplinados”, queremos explorar a ludicidade dos campos de várzea enquanto constituinte do *homo socius*, na busca de novas formas de sociabilidade e de agrupamento.

No início do Século XX, segundo relata Dumazedier (1975, p. 47), em razão direta da expansão da industrialização e da urbanização, proliferou a convivência social através de bares, cafés, sendo, “no entanto, as organizações recreativas e educativas a forma mais original de sociabilidade desenvolvida pelo lazer”. Ainda em Dumazedier (1975, p. 49) lemos que

O conjunto dessas associações de todos os tipos forma, em princípio, um quadro de trocas frutíferas entre pessoas de situações sociais e de nível de instrução diferentes. Não há dúvida de que a tendência geral das organizações de lazer tende a uma unificação dos gêneros de vida.

Associações de lazer influem no modo de vida do bairro ou comunidade, e o modificam, agregando ou desagregando grupos. Desagregam quando criam sociedades

fechadas sobre si próprias e agregam quando grupos afins se identificam com aquele presente, que tendem a plasmar, na indiferença em relação ao futuro. São os novos tipos de sociedades utópicas que, acima das diferenças de classe ou posição social, se buscam em nome do “bem comum”, “orientando-se na direção de um universo semi-real, semi-imaginário, onde o homem pode subtrair-se das suas relações com a humanidade” (Dumazedier, 1975, p. 49).

A euforia ou a decepção compartilhada antes, durante e após o jogo de futebol de várzea oferece aos times essa possibilidade de um espaço outro, distante da realidade cotidiana, encontrando-se com seus pares nos diversos bairros praticantes dessa modalidade de lazer esportivo. Será o lazer o novo ópio do povo? – indaga Dumazedier (1975, p. 50).

Há um fortalecimento do padrão “um por todos”, do comunitarismo que pede o sacrifício em nome do grupo ou time. O futebol como elemento produtor de solidariedade mecânica.

O futebol de várzea tornou-se, então, o lazer preferencial daquela época, do tempo de fortalecimento da identidade daquela comunidade, maneira de fazer a padronização de comportamentos, tanto que a criação de um novo time composto por jogadores “estranhos” ao meio causou indignação dentro do time tradicional, mais antigo. Choque cultural, conflitos estabelecidos, laços sociais ameaçados, desconstrução e devir. O que há de vir? Sair para participar em torneios e campeonatos fora da comunidade SGBR poderia ser visto como busca de fortalecimento de um “nós” comum, busca das maneiras de fazer táticas diferentes, mantendo-se as estratégias gerais. Essa saída também foi vista como procura de novos desafios, novos embates, novas maneiras de fazer, mimeticamente reproduzidas nos costumes, como o de providenciar transportes precários e arriscados. Não havia o rigor atual da cobrança das leis de trânsito, o que não impedia o transporte irregular de pessoas sobre caminhões, basculantes etc. Mas o risco era evidente. Todos os times se arriscavam, a seu modo. Inventavam-se, no afã de sair e participar, maneiras de fazer viável o transporte de jogadores e torcidas.

Pensemos, antes de sujeitos e objetos, o espaço esvaziado, ocupado, reocupado, novamente esvaziado. Pensemos que, além do tempo, é no espaço que as relações sociais acontecem. Esse espaço é habitado pelo devir, pela incógnita permanente sobre o próximo passo: “Não é mais o tempo que está entre dois instantes, é o acontecimento que é um entre-tempo” (Deleuze & Guattari, 1998, p. 203, citado por Mostafá & Nova Cruz, 2009, p. 94).

O duplo do espaço e do tempo. Do espaço território-comunidade SGBR, cujo movimento socioeconômico se estanca quando as produções artesanais e a pesca sofrem baixas na procura; espaço que simboliza a vitória do tempo sobre o lugar. E o outro espaço, ou o espaço do Outro, espaço desterritorializado, desconhecido, ocupado como forma de vazão ao impacto da crise, significando a vitória do lugar sobre o lugar, pedindo movimentos, maneiras de fazer o futebol de várzea, o lazer que escala por time principal as diferenças (Benitez, 2014)

Participar de torneios e campeonatos sub-repticiamente implica a saída em busca de domínios dos lugares pela vista, segundo De Certeau (1998, p. 100), posto que “a divisão do espaço permite uma *prática panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças ‘estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar, portanto, e ‘incluir’ na sua visão”, transformando as incertezas em espaços legíveis, determinando o poder de conquistar para si um lugar próprio.

Confrontos, Conflitos e Contradições no Futebol de Várzea na CSGBR

As Táticas de Embate apresentam relatos sobre os confrontos diretos entre os dois times, trazendo à tona as diferenças, contradições e conflitos. Antecipamos que está óbvia a existência de rivalidades entre equipes esportivas de quaisquer modalidades, umas defendendo o *fair play*, outras jogando sujo mesmo. Ainda que por lazer, a prática esportiva traz implícito o desejo de vencer, dado que a vitória simboliza o poder conquistado, ainda que momentaneamente (Bromberger, 1995a; Giulianotti, 2010).

Recortamos nestas discussões esse embate direto justamente porque ambos os times são da comunidade SGBR, ou seja, têm um território comum de convivência, não ignorando, contudo, que puderam existir rivalidades com times de outros bairros. Constata-se que desse confronto direto o Milionários Futebol Clube conquistou mais vitórias sobre o São Gonçalo Beira Rio Futebol Clube. As maneiras de ver as derrotas e vitórias são muito discrepantes. Vejamos:

1. Os dois times era bom... aqui dentro do campo quando um vestia a camisa azul e outro vestia outra camisa sempre tinha rixa que era... aquilo ali, cada um defendia a sua cor... rivalidade dentro do campo, fora não. Fora são todos amigos. É futebol. (Narrador 1)

2. [...] Aí ficou aquela rixa, mas aquela rixa de futebol, só entre amigos... era a maior rivalidade, era isso aí... era a mesma coisa que jogá Mixto e Operário aqui, naquela época. (Narrador 2)
3. [...] Era uma disputa acirrada mesmo que até hoje... eram muitos irmãos... um jogava no Milionário e outro no São Gonçalo, então virava rivalidade mas era em campo, acabava o jogo todo mundo tava se abraçando...com certeza era uma coisa até curiosa... conflito. (Narrador 4)
4. [...] Pra você vê... dois times daqui e a rivalidade era fortíssimo mais graças a Deus nunca saiu confusão, era mais rivalidade de campo mesmo. (Narrador 6)
5. Tinha rivalidade.. ixi Maria ... até hoje tem. Até hoje tem rivalidade... eles brigava aí.. uma vez, Ivan mesmo que ta aí é testemunha ... saiu corrido de lá porque a turma num darem na turma (risos).. mas era assim, uma rivalidade danada aqui no São Gonçalo Beira Rio. Sério mesmo, até hoje não é lá essas coisas... rivalidade por causa do futebol porque toda vez que nós ia no campo de jogo pra jogá nós ganhava e nós ganhava deles direto. Dava goleada neles direto, aqui dentro da...do.. da comunidade, então era uma raiva que tinha, era uma briga, era uma coisa danada mesmo que era sabe? Até hoje ele ainda é... depois que terminava o jogo de futebol era tudo normal, não existia nada, voltava ao normal, mas era uma rivalidade doida, até hoje, até hoje ainda são. Mas eu não dou bola também... era nós mesmo que metia o aço nesse negócio. (Narrador 8)
6. A rivalidade foi demais porque nosso time era a maioria de jogador da cidade e eles depois que a turma escolheu que correu a notícia que souberam que dispensaram nós, assim como fizeram, aí já ficou a rivalidade que nós ia com aquela vontade de ganhá deles. E eles nunca ganharam de nós disputa de campeonato assim, de título de campeão... quando acabou o jogo ... eu fiquei assustado... parece que tinha morrido gente porque gente deles chorava demais na beira do campo... aquela choração assim ... a gente apurado porque não era acostumado com isso, né? (Narrador 9)

Narrativas antagônicas, indicadoras de consumo ou de jogos de forças. Ocupações e dominações de territórios. Modos de falar que refletem as maneiras de fazer de cada um dos times. Em comum, quase todas as narrativas assentem que a rivalidade existia apenas “dentro de campo”. Quase todas. Interessam-nos em muito as exceções. De Certeau (1998, p. 104) chama de atividades que correspondem às características das astúcias e das surpresas táticas, “gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo

Investigação Sociológica sobre o Futebol de Várzea na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT

“forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos”. As rivalidades no futebol representam tipos específicos de paixões coletivas que revelam dramas sociais de cada sociedade (Bromberger, 1995a).

Elias e Scotson (2000, p. 26) explicitam as tensões desse embate da seguinte maneira:

Muitas questões diferentes podem expor às claras as tensões e conflitos entre estabelecidos e outsiders. No fundo, porém, todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder; como tal, podem ir desde os cabos-de-guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder e as desigualdades que lhes são concomitantes. Seja qual for o caso, os grupos outsiders (enquanto permanecem totalmente intimidados) exercem pressões tácitas ou agem abertamente no sentido de reduzir os diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais.

Reportando-nos ao jogo de poder entre os dois times, temos: Havia apenas um time, que expulsou do seu espaço os jogadores mais velhos, mais “inaptos”. Estes, taticamente, organizaram-se em um novo time, convidando estrangeiros à comunidade a defenderem a nova camisa. Resultou disso a reterritorialização ou a busca de novas maneiras de continuar resistindo à opressão dada pela tradição do time mais antigo. Mais ainda, houve uma reversão nos resultados. Diríamos, o tiro saiu pela culatra, ou, o feitiço virou-se contra o feiticeiro. O campo de disputa foi repovoado, tendo-se o futebol de várzea por mediador, ante a presença do Outro (Benitez, 2014).

Sem se resignarem ao dado papel de excluídos, de sem-lugar, aqueles jogadores cujos nomes foram expostos em lista “pregada na parede”, astutamente buscaram reforços “fora” do meio comunitário, escalando em campo de batalha jogadores desconhecidos, de outros bairros, e essa tática funcionou de tal maneira que cambiou o discurso: de derrotados, porque excluídos, para vitoriosos nesse embate dentro da comunidade.

Os narradores 1, 2, 4 e 6 pertencem ao time São Gonçalo Beira Rio e em seus relatos podemos observar a admissão de que, de fato, havia uma rivalidade em campo,

“apenas em campo”. Entretanto, os narradores 8 e 9, ademais de admitir essa rivalidade em campo, enfatizam que ela existiu fora de campo também, e que existe ainda nos dias atuais. As rivalidades no futebol são o combustível para sua sobrevivência e expansão, pois motiva os adeptos a seguirem assistindo e praticando o futebol (Giulianotti, 2010).

“Enquanto um limite firme é mantido entre os territórios e a ferida narcísica está contida, a agressividade será projetada no Outro ou no Exterior”, explicita De Certeau (1998, p. 211) sobre o caráter liminar do “signo” do social que desliza incessantemente de uma posição à outra. Temos, então, uma flutuação e uma bifurcação. Prorrogação do tempo liminar de jogo e ampliação do campo de embates. O imanente e o deslizando, movimentos diferentes sobre um território comum.

De um lado, os termos de referência do discurso local dominante, de manutenção da tradição e, como força antagônica, desponta – saindo da reserva – poderes guardados que generalizam esse discurso, que escalam como titulares os discursos heterogêneos, criadores de espaços híbridos receptivos ao Outro.

Diz ainda o autor serem produções de “efeitos de identidade” no jogo de um poder que é elusivo porque não esconde nenhuma essência. Criam ambivalências em que tais efeitos de identidade são divididos, destacam a cisão que bifurca os discursos sobre a realidade daquelas rivalidades. Enquanto uns narradores ignoram a persistência no lugar, na comunidade, daquela antiga rivalidade, recusando-a e substituindo-a pela repetição, pela rearticulação da “realidade” como mímica; outros narradores, opostamente, levam em consideração essa realidade latente, existente, esse ‘caso’ mal resolvido que ainda causa mal-estar e, supomos, ainda divide aquele território e seu povo.

Naquela pequena comunidade SGBR, como em outras – supomos -, começaram a surgir pequenos efeitos ou reflexos do grande campo de batalha que vai desde a cultura dita superior até a cultura no sentido puramente antropológico, de maneiras de fazer, de usos e costumes. Daí resulta evidente o deslocamento discursivo daquela comunidade que viu como oportuno o momento da crise cultural local como saída tangencial do problema a ser enfrentado (Benitez, 2014).

Reterritorialização. Uniu-se, no espaço da criação de um novo time, na “oportunidade” advinda do deslocamento de alguns jogadores, uniram-se útil e agradável. Invenções do cotidiano, diria De Certeau. Estamos falando de política, de desejo de conquista de poder. De relações de poder, seguramente. Outro espaço surge, então. Mas, hoje, que espaço é esse?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Século XXI, a força da cultura local, do cotidiano que evidencia o jogo social nas lutas pelo poder (jogo este em que identidades e diferenças se imbricam de maneira provocativa na arte de atuar no mundo), possibilita registrar estas palavras com a força de (re)começo do papel de mediador que o futebol de várzea consolidou naquela comunidade.

Ao pesquisar e conduzir nossas percepções através da indagação inicial: Que papel teria o futebol de várzea na mediação das diferenças locais, que maneiras de fazer sua prática interatuam e modificam o espaço e as relações?, adentramos em territórios desconhecidos e prazenteiros, repletos de pessoas e confrontos sociais mediados no espaço delimitado pelo campo de futebol de várzea.

Implícitos ou explícitos se revelam estranhamentos e aproximações, que decorrem da manutenção de campos de atuação, às vezes desterritorializando o estrangeiro ou forasteiro que aí tenta se situar, às vezes provocando reacomodações ou reterritorializações, tanto entre os estabelecidos naquela comunidade quanto entre os *outsiders* ou estranhos ao meio. Para tanto, a partida em busca dos percursos ou trajetórias das maneiras de fazer dos times São Gonçalo Beira Rio e Milionários Futebol Clube cobrou-nos esmiuçar, através da entrevista oral, relatos da história de vida desses dois grandes times de futebol de várzea.

Percebemos, assim, oportuna a apropriação dos termos “tática” e “estratégia” difundidos pelas teorias cearteunianas. Dessa maneira, partimos do começo, da fundação dos dois times, dos conflitos ali evidenciados para que pudéssemos chegar às maneiras de se relacionarem essas duas equipes, no campo de futebol de várzea.

Constatamos, então, que cada qual manteve uma tática organizacional diferenciada, com transgressões (como o caso da introdução de uma dirigente mulher na equipe do Milionários) e, ainda, que através do futebol de várzea esses conflitos foram exacerbados durante os embates em jogo, com participação da comunidade nas torcidas organizadas.

Aprofundamos mais ainda, ao deparar-nos com intensa participação da comunidade ao redor do campo de futebol de várzea, observando, por exemplo, que a vida na e da comunidade São Gonçalo Beira Rio, como pudemos constatar, ganhava outro ritmo nos dias de jogos, e o cotidiano da rotina caseira quebrava-se e transformava-se em outras rotinas que o campo de futebol exigia dos moradores.

Mas, sobretudo, os relatos que começaram com a fundação dos times, foram se

aproximando do momento atual, de maneira que cada entrevistado pôde – pelo menos por alguns minutos – parar e refletir sobre aquele tempo, aquelas disputas e as relações daí advindas. Muitos sentimentos se enviesaram nessas reflexões, à exceção da indiferença.

Entre todos os que colaboraram nas entrevistas, podem-se perceber saudades, alegrias, decepções, rivalidade, coragem, companheirismo, menos a indiferença. Há um sentimento de afeto pelo futebol de várzea naquela comunidade, cada qual amando à sua maneira a história de seu time, fato evidenciado quando alguns revelaram o desejo de sua retomada, dos campeonatos, de dar nova vida aos campos ali existentes.

Novas maneiras de fazer aquele cotidiano. Novas, porque em outro território foi (trans)formado, como consequência daqueles embates sociais. Percorrendo o mapa, pequeno tanto quanto a extensão da comunidade São Gonçalo Beira Rio, evidenciamos que a conectividade ultrapassa as demarcações geossociais, cujo laço de manutenção reside nas diferenças, que são múltiplas, desde as maneiras cotidianas de fazer o futebol de várzea às aceitações de grupos sociais distintos.

Temos então que inexistente uma unicidade, mas que a multiplicidade constitui aquelas relações mediadas pelo futebol de várzea. Dentro dos próprios times, pudemos perceber claramente as diferenças discursivas: uns mais conservadores ou resistentes, outros mais receptivos ao desconhecido, ao novo.

Mas o fio condutor de todos os conflitos, provocador da ruptura a-significante, reside naquele ato de expor publicamente o nome de jogadores excluídos, evidente conflito territorializado na comunidade estudada. Se ali existiu alguma hierarquização, ela se evidenciou na questão “habilidade”, porque todos os atores dos dois times – em geral e com poucas exceções – advêm de um quadro socioeconômico que os situa em mesmo nível, mantendo, assim, o mesmo capital simbólico.

Nesse sentido, voltando um pouco à história da comunidade, vemos que as táticas de jogo social foram passando – de período a período – por atividades variadas. Como exemplo, houve um período de evidência para a atividade da pesca, depois foi o futebol de várzea que alcançou o auge, inserindo-se na história mato-grossense desse esporte, e logo em seguida foram as manifestações culturais exacerbadas pelos artesanatos, cerâmicas e dança folclórica que movimentaram (e ainda o fazem) a comunidade SGBR. Como consequência, têm estimulado o surgimento e a manutenção de restaurantes com base na pesca e a venda dos produtos culturais ali produzidos.

REFERÊNCIAS

- Azevedo, D. F. (2006). Da precariedade do futebol de várzea e do teatro ao imaginário popular como forma de resistência cultural. Universidade Federal Fluminense. Artigo acadêmico. Disponível em http://www.eba.ufrj.br/ppgav/lib/exe/fetch.php?media=anais_encontros:xiii:18.pdf. Acesso em 18/03/2013.
- Benitez, A. (2014). O futebol de Várzea como mediador cultural na Comunidade São Gonçalo Beira Rio em Cuiabá/MT. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea). PPGECO - Universidade Federal de Mato Grosso.
- Bromberger, C. (1995a). *Le match de football: ethnologie d'une passion partisane à Marseille, Naples et Turin*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- Bromberger, C. (1995b). De quoi parlent les sports? Terrain. *Des Sports*, n. 25, septembre, 5-12.
- Bromberger, C. (2008). As práticas e os espetáculos esportivos na perspectiva da etnologia. *Horizontes Antropológicos*, v. 14, n. 30, 237-253.
- Caballé, A. (1995). *Narcisos de tinta: Ensayo sobre la literatura autobiográfica en lengua castellana (siglo XIX y XX)*. Madrid: Megazul.
- Cipriani, R., Pozzi, E., & Corradi, C. (1985). Histoires de vie familiale dans un contexte urbain. *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 79, 253-262.
- De Certeau, M. (1998). *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes.
- Deleuze, G., & Guattari, F. (1998). *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Suely Rolnik. v.4. São Paulo: Ed. 34. 176 p.
- Dumazedier, J. (1975). *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Editora Perspectiva. (Coleção Debates).
- Elias, N., & Scotson, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 224p. Disponível em http://books.google.com.br/books/about/Os_Estabelecidos_e_os_Outsiders.html?id=cq2qM9xUS68C&redir_esc=y. Acesso em 26/12/2013.

- Giulianotti, R. (2010). *Sociologia do futebol: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões*. São Paulo: Nova Alexandria.
- Koogan, A., & Houaiss, A. (1993). *Enciclopédia e dicionário ilustrado* (p. 815). Rio de Janeiro: Delta.
- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A.. (2000). *Metodologia científica*. 3.ed. São Paulo: Atlas.
- Mostafá, S. P., & Nova Cruz, D. (2009). *Para ler a filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Moura, M. L. S., & Ferreira, M. C. (2005). *Projetos de pesquisa: elaboração, redação e apresentação*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Confronting Health Communication Challenges Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: *Synopsis*

Enfrentando os Desafios de Comunicação em Saúde Abordar a Tuberculose no Sri Lanka: *Sinopse*

Deepak Gupta

Formerly with UNFPA, UNICEF & WHO - New Delhi

drguptad11@gmail.com

Kanthi Ariyaratne

Formerly with National Programme for Tuberculosis Control & Chest Diseases - Sri Lanka

ariyaratnekanthi@yahoo.com

Abdul Cader Refai

National Programme for Tuberculosis Control & Chest Diseases - Sri Lanka

rajaireshyamalikasdr@gmail.com

Shyamali Rathnayake

National Programme for Tuberculosis Control & Chest Diseases - Sri Lanka

shyamalikasdr@gmail.com

As is widely recognized, Tuberculosis (TB) is an airborne infectious disease that poses a major global health challenge. In most countries, TB has been a public health concern and a priority especially in recent years, including in Sri Lanka. The estimated global incidence of active TB is 10 million with 1.8 million associated mortalities per year. WHO estimates that one-third of the global population has latent TB (WHO, 2016) with South-East Asia region accounting for 46.5% of the incident cases. Despite Sri Lanka being classified as a low-prevalence country, approximately 9,000 cases are recorded and notified on an annual basis (WHO, 2017).

In the context of United Nations Sustainable Development Goals (SDGs) and the WHO End TB Strategy, the Government of Sri Lanka (NPTCCD – *National Programme for TB Control and Chest Diseases*) has set forth the commitment to end

the TB epidemic by 2025 while the world goals under the WHO strategy are for the year 2030. It is well recognized that universal health coverage, sustainable financing for multi-sectoral actions, rapid scale up of innovative approaches and tools, and discovery of new and better tools for prevention, diagnosis and treatment of TB, together with the strategic focus on Health Communication (ACSM – Advocacy, Communication & Social Mobilization) is fundamental to transform the fight.

Tuberculosis control in Sri Lanka has shown a significant progress with the thorough implementation of the DOTS strategy since 1995. With an end of over thirty years of unrest in northern and eastern provinces in 2009, the country successfully attained 100% DOTS coverage across the island.

Sri Lanka is poised to increase and thus, envisions the TB detection of at least 90% of incident cases (in all forms) by 2020. Similarly, the country had taken up the challenge of increasing treatment success rate to 90% of all forms of non MDR –TB patients and to maintain at least 75% for MDR-TB cases by 2017. The NPTCCD is making relentless efforts in improving accessibility of TB treatment and care by engaging at least 50% of private healthcare providers by 2020. Therefore, the engagement with civil society, involvement of TB survivors for mobilization, advocacy with media and field-based political & faith leaders shall hold key to bringing about the desired evolution in the TB programme.

The country has also maintained a high treatment success rates since 2005. The relentless efforts of the national TB programme, Ministry of Health also ensured appropriate response to TB-HIV co-infections and addressing multi drug resistant TB, in a most comprehensive manner. Therefore, both these issues are by and large under control. Yet, TB continues to confront the nation as a major public health concern. Distribution of TB cases wide across various districts in the Island has a huge disparity, which is due to various socio-economic, cultural and environmental factors.

Varied scientific studies have demonstrated that the probability of contracting the disease is significantly and particularly higher among the economically vulnerable and the socially disadvantaged population groups due to increased exposure to active cases (Das & Horton, 2010). The key strategies in interruption of transmission of TB include early identification and treatment of patients and tracing their respective contacts. Management of tuberculosis generally requires continuous treatment for a minimum of 6 months, which is usually escalated due to multi-drug resistant forms

Confronting Health Communication Challenges Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: *Synopsis*

of the TB. Context-specific reasons to clustering of TB cases in urbanized communities need to be evaluated (WHO, 2010) and non-health intervention strategies such as social protection and urban planning ought to be the important elements of program planning (Hargreaves et al., 2011). Needless to emphasize, equally critical are the community empowering strategies of the ACSM, which are poised to engage with individuals, families and their communities through focused health communication on TB and the associated risk-factors. Like many other developing countries, Sri Lanka is relentlessly pursuing the TB Control goals and now gearing up with an equally significant emphasis on strategic health communication (ACSM for TB), including further strengthening prevention aspects of the disease, while relentlessly mitigating the associated stigma.

GENDER DIMENSION

Tuberculosis (TB) kills more women each year than any other infection. TB is the third cause of morbidity and mortality combined in women of reproductive age in developing countries and leads to more deaths in women than maternal mortality (Connolly & Nunn, 1996). Prevalence of TB is similar in males and females until adolescence, when it increases in males (Hudelson, 1996). In high prevalence countries, however, women of reproductive age have higher rates of progression to disease than men in this age group.

In Sri Lanka in the current year, i.e. 2018, up to the 2nd quarter, the reported TB cases in females were 1429 as compared to the male counterparts with 2627 reported cases. Hence, in the current year too, cases in females so far have been nearly half of the reported cases in the male counterparts (*NPTCCD, Sri Lanka*).

Gender differentials exist in reporting and diagnosing TB, and passive case finding likely leads to under-diagnosis of TB in women. The socioeconomic consequences of TB in women are exacerbated by late presentation, which leads to a poor prognosis. The stigma associated with TB causes women to be divorced or to be unlikely to become married. A study in India found that male patients with TB expected their wives to care for them but infected wives rarely received care. Thus, married women may try to hide their symptoms instead of seeking help.

The national Strategic Plan for TB Control (2015-2020), Sri Lanka mentions that access to health is limited for women working in sectors like plantations and garment

industry due to conditions prevailing in these occupations. Though HIV prevalence is not high when compared to other countries in the region, the increasing trend has been observed in the recent years. The majority affected are people in the reproductive age group. TB and HIV co-infection increases women's health risks: women living with HIV are highly susceptible to developing active TB during pregnancy or soon after delivery, thus making TB a leading cause of death during pregnancy and delivery, and thereafter too (NPTCCD, 2015).

The current efforts of the national TB programme are geared to lead to an increase in the number of people seeking health and practicing 'healthy behaviors' and thus, reaching out to health facilities, which is expected to promote better case-detection and perhaps on-start of timely treatments. Therefore, the focused health communication on TB in Sri Lanka is expected to serve as a strong link between the case-detection, TB treatment and the health-seeking behaviors of communities, including addressing associated stigma issues.

TB COMMUNICATION: PROCESS AHEAD

In the past four decades, health communication has evolved from Information, Education and Communication (IEC) to Behavior Change Communication (BCC) to Social and Behavior Change Communication (SBCC). IEC, as it was usually practiced, focused on delivering information to a target, with an inherent assumption that subsequent to delivering accurate information, people would reduce damaging or harmful behaviors and thus, adopt desired positive behaviors. BCC acknowledged that information is necessary but not sufficient in most cases. BCC uses context-specific formative research to determine the motivators, barriers and facilitators to behavior change, and responds with a variety of techniques designed to incite the individuals to change their behavior.

All the successful behavior change interventions are built on an understanding of the complex social, cultural and economic factors that make up the multiple levels of determinants of health and health behavior. Two complementary (and sometimes overlapping) theories are used in designing behavior change interventions: explanatory or predictive theories, which examine why a particular behavior occurs; and change theories, which focus on how behaviors can be changed (Schmidt, 2014). Without a clear understanding of why people practice or don't practice a particular

Confronting Health Communication Challenges Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: *Synopsis*

behavior, interventions are not likely to succeed. This also signifies the inherent need for integrating qualitative and formative research into any SBCC (social & behavior change communication) design and interventions, which essentially bring forth the true human-faces behind the hidden statistical data.

In fostering sustained social and behavior change communication interventions in communities, within the gamut of development and health programmes, the proponents of various communication theories and frameworks have cited how social change takes place and how a positive and progressive change is communicated through select set of communication tools and channels over a period of time to individuals, communities and society.

It is assessed that the TB – ACSM is largely based on the socio-ecological model of strategic communication, wherein each of its pillars, i.e. (i) advocacy, (ii) communication & (iii) social mobilization run vertical in the TB communication strategy, yet they are cohesively interlinked.

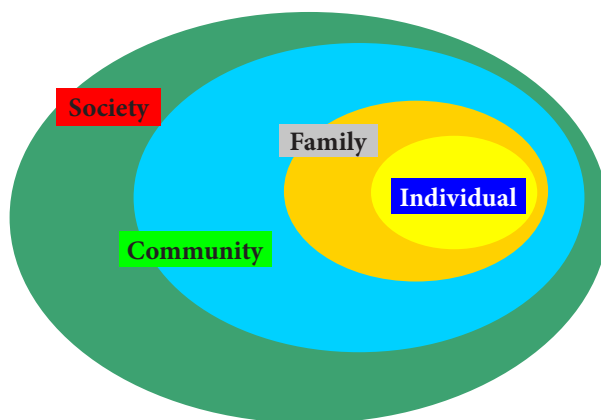


Figure 1. Theoretical & Conceptual Frameworks | ACSM Sri Lanka

ACSM Sri Lanka (2018) utilizes the most appropriate set of health communication frameworks, wherein the *Socio-Ecological Model* is placed as a common denominator. The applied conceptual frameworks are: *Health Belief Model – HBM* (Hochbaum & Rosenstock 1952); *The Theory of Planned Behavior* (Ajzen, 1991) and; *The Stages of Change Model* (Prochaska, DiClemente, & Norcross, 1992).

The process of determining which conceptual-framework or communication approach to adopt in TB is considered to be a strategic and systematic endeavor. The

designing of health communication programs, therefore, takes as its starting point, both the “felt needs” at the social system level, and the “action needs” as identified by development partners and key gate-keepers. And throughout this given process, are the people-centered participatory methods of engaging communities in defining behavior-change goals, designing field-based activities, identifying required material and key messages and in building bridges with the local influential community-leaders, which is pursued in designing Sri Lanka’s ACSM strategic design (2018).

Translating and effectively converting technical-information and complex socio-behavioral messages into creative, appealing and acceptable approaches that trigger sustained dialogue among participants is often one of the most difficult and daunting tasks within the design and delivery of substantive and focused health communication (Gupta, 2014). Hence, communication takes as its starting point both the ‘felt needs’ at community or local level, and the ‘action needs’ as identified by stakeholders and gate-keepers.

The NPTCCD employed a scientific process of ACSM design (2018) that enabled reviewing of relevant literature on behavior change communications on TB, in examining the research from the health and education sectors to identify effective behavior change strategies. Furthermore, the process of strategizing ACSM interventions imbibed the participatory methodology in engaging with TB Survivors, Patients, Health Providers, TB Specialists and District based Medical Officers. In addition, the risk-factor analysis was undertaken through qualitative formative assessment directly involving urban low-income population, factory workers, adolescent and youth groups and non-governmental organizations. Thus, the current process helped in ensuring that the ensuing ACSM interventions not only shall draw on the effective strategies and the primary conceptual frameworks for a focused TB health communication but are also people-centric, needs-based, results-driven and cost-effective.

NPTCCD’s strategic vision for TB control in Sri Lanka is set to achieve universal access and treatment, i.e., all TB patients (or suspected TB positives) in the country should have access to early, good quality diagnosis and treatment services in a manner that is affordable and convenient to patients in time, place, and person. Inherent to this strategic vision is equity, social-inclusion and gender parity that also denotes, all the affected communities should have complete access to TB prevention, care, and treatment, including women and children, elderly, migrants, homeless, alcohol and other drug users, prison inmates, PLHIV, and those with other clinical risk factors. The program’s ACSM strategy will truly complement every other program initiative

Confronting Health Communication Challenges Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: *Synopsis*

for ensuring universal access, and be potentially used for better demand generation of early diagnosis and treatment, as well as sustained supply of quality care services. Therefore, the major components of ACSM 2018 strategy are:

- Advocacy for administrative and political & faith leaders commitment and to keep TB control high on health and development agenda.
- Communication for demand generation (health-seeking behaviors) for case detection & treatment and for mitigating stigma; audience segmentation, targeted behavior-change interventions, and community mobilization shall also reinforce increasing the demand for health services.
- Community ownership and mobilization for case finding and support to TB patients; on the supply side, multiple stakeholders, including various groups of health care providers, media, policy makers, NGOs, community-based organizations (CBOs), faith-based groups, other active community groups, local leaders (including gram-sevaks), etc., shall be targeted for improved provision of care.

One critical group for TB communication is the chest symptomatic patients or those with chronic cough to urge them on the need to go to DOTS clinic or a health facility for TB diagnosis. This would focus on the patients in the community but 'missing' from the health services or the TB program. For example, there are presently about 800,000 such cases in the community in India who are yet to be diagnosed or put on treatment. Without tracking them, there is certainly no way that TB can be eliminated.

PREVENTION THROUGH HEALTH COMMUNICATION

Approaches to the prevention and control of the HIV/AIDS epidemic across the globe, especially in Africa, have been largely based on previous experiences and examples from the industrialized countries, where it is documented that the disease affects some specific risk groups (De Cock, Mboru-Ngacha, & Marum, 2002). Similarly, the TB infections that were earlier known as a "poor man's disease" are no more restricted to the shanty areas or to the people living below the poverty line. Varied individual behaviors, such as taking precautions while coughing or sneezing in public and starting the antibiotic TB treatment soonest are a common denominator to

the TB Prevention. And such preventive behaviors in the communities, needless to emphasize, are fostered through well designed, researched and participatory Health Communication strategies. Such prevention efforts with the aid of strategic communication strategies are recommended internationally.

SOCIAL INCLUSION & ‘INDIVIDUAL AT THE CENTER-STAGE’ | ACSM

The recently constituted TB ACSM strategic framework in Sri Lanka ought to keep the “individual” at the center-stage and bring family, community, and society under its purview to bring about desired changes in health (TB) perceptions and associated positive behaviors. Strategic inclusion of family, community and society facilitates and encourages behavioral changes. ACSM in the country proposed to use a mix of communication approaches, including large-scale mass media and local field-level communication interventions using mid-media and IPC, to their full potential.

Most social scientists and communication experts argue in support of the approach wherein the communities are stakeholders. As a ‘bottom-up’ design model for Health Communication planning, the current TB-ACSM approach is poised to inherently engage with the communities in designing, implementing and monitoring the TB health communication strategies and activities. A case in point is the recently initiated ACSM strategy process (2018), wherein the participatory methodology was employed for bottoms-up design of interventions. Therefore, the true human-centered development (and health) has to be achieved from grassroots to up as ‘patting the lost first’ is needed in community development (Handaragama & Rasnayake, 2011). The ensuing ACSM activities shall ensure active participation of the target-audiences/beneficiaries contributing to the quality and sustainability of the TB prevention & care interventions.

REVIEWING LIMITATIONS | ACSM (NATIONAL STRATEGIC PLAN FOR TB CONTROL: 2015-2020)

Section 5.13 of the National Strategic Plan For Tuberculosis Control (2015-2020), NPTCCD illustrates some critical gaps in the on-going ACSM efforts under the TB Control programme. The current ACSM mission (NPTCCD/2018) has reviewed

Confronting Health Communication Challenges Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: *Synopsis*

the flagged gaps and recognizes the strategic need to address these through focused ACSM interventions, both at the field level and at the national level with the overarching Campaign interventions.

Community and civil society engagement through advocacy, communication and social mobilization is part of the National TB control activities and District TB Control Officers are responsible for activities for awareness among the general public. The TB guidelines advise the DTCO to engage with NGOs, private practitioners and private hospitals and plan for their involvement in TB care services. Involving community volunteers, community leaders and civil society is part of role of the DTCO for providing patient support services. Some specific gaps related to advocacy, communication and social mobilization have been identified by the National Strategic Plan for TB Control:

- Only limited activities are planned at district level for awareness generation and sensitization on a regular basis.
- TB posters are not displayed at appropriate places in health institutions.
- Mass awareness programs and local awareness meetings with community are not being organized by the DTCOs.
- There is limited participation and involvement of general practitioners, pediatricians, local clinical societies/medical associations, medical colleges/faculties and army/police on TB awareness and advocacy.
- There is limited advocacy and engagement with relevant social departments for TB patients to avail social support benefits and facilities (NPTCCD, 2015).

Like many developing countries, Tuberculosis continues to pose a significant challenge to health planners in Sri Lanka. Relatively weak link with health communication, including a lesser degree of public engagement, is largely accorded as one of the major factors impeding the otherwise relentless efforts being made in the TB control. Therefore, the ACSM strategy framework in Sri Lanka addresses four key challenges and thus fosters: (i) improving case detection and treatment adherence; (ii) reducing stigma & discrimination; (iii) empowering TB patients; and (iv) mobilizing the required resources and political commitment needed to combat TB. It is noteworthy that the ACSM activities are an important and inherent element to achieving universal access to high quality care for those suffering with TB.

PARTICIPATORY MODEL | ACSM DESIGN

Comprehensive desk analysis – as a part of skills-building training in ACSM design & implementation – led to engagement with the DDTCOs, MOs & NGOs. And like true soldiers of TB advocacy, these participants relentlessly pursued the pre-selected key groups to review risk-factors, identify their most accessible communication channels/tools, spot priority messages, assess their life-styles and which “benefit-messages” are these select groups best connected to. The key observations made during the ACSM field-work subsequently emanated with an ACSM Results-Chain/Log Frame (2018) for Sri Lanka.

In addition to the mass audiences (General Populations), the priority key intended clients (audiences) of the ACSM were flagged as:

- (a) General Populations, with a strategic focus on Rehab clusters and urban low-income group settlements
- (b) Adolescents & Youth groups
- (c) Entire chain of Health Providers
- (d) TB Survivors & Patients
- (e) Workers and Labor Force in Industries/Factories/SEZ areas etc.

In Sri Lanka, the ACSM conceptual framework (2018) is based on the strategic communication approach, addressing core needs of advocacy, behavior development/change and community mobilization, thus fostering TB prevention, treatment & care strategies and stigma mitigation. Such an approach is based on a premise that individual-level behavior change does not occur in an isolation; rather individuals are influenced by family members, peers, community, and prevailing social and cultural practices/mindsets. With such an emerging approach, it is of paramount importance that Advocacy, Communication and Social Mobilization initiatives are well stratified, both horizontally and vertically. In other words, initiatives would occur at national, provincial/district and local levels, while building multiple partnerships. And generating resources is critical to a sustained management of the TB-ACSM in the country.

The field-work and skills-building exercise earmarked and committed to an acclaimed and promised TB elimination target of 2025 in Sri Lanka, while the process defined the **purpose** as, *‘Fostering socially-inclusive, equity based and people centric TB communication programmes in addressing enhanced case-detection, sustained treat-*

Confronting Health Communication Challenges Addressing Tuberculosis in Sri Lanka: *Synopsis*

ment adherence, comprehensive prevention practices and reduced stigma'. To attain the defined purpose of the TB-ACSM in Sri Lanka, the select technical group earmarked the *four expected outcomes*, i.e. (i) Through high-level political & faith-based support and adequate resources, people possess complete and correct knowledge on TB prevention & treatment, ensuring practicing safer & preventive health behaviors and mitigating (remove) associated stigma in the communities; (ii) High-risk populations are empowered with positive health messages leading them to access nearest health facilities for testing and adhering to the required treatment; (iii) Highly pro-active and engaged TB survivors and the current patients serve 'Positive Deviants' as strong advocates of the TB Programme for early and timely detection, ease of adherence to complete treatment and mitigating any associated stigma; (iv) Health providers fully empowered with prevention practices at-work and foster stigma-free TB treatment & cure as change-agents in communities.

The ACSM (2018) in Sri Lanka, based on field assessment, desk-based analysis, critical observations and, formative research with the intended audiences – as relentlessly conducted by the trained District TB officers, MOs and NGOs representatives - emerged with a few technical recommendations, which are synoptically presented in this paper:

Observation & Recommendation	Actionable Strategies ¹ (National level)
Enter-Educate approach – design a national campaign intervention	A nation-wide, entertainment based, multi-structured and with multiple media tools national campaign, which shall include selected primary messages on TB. This innovative campaign shall serve as an overarching umbrella to all the other field-based ACSM interventions.
A Common 'Branding' Tagline for all the TB ACSM Materials	An all encompassing 'benefit message' as a common campaign tagline, i.e. <i>"if timely acted upon, TB is completely curable with a simple and regular medication taken for a prescribed period that is available at the nearest health facility"</i> suggested for use in every TB-ACSM material, stationary and health promotion products. Such a repeated reassuring message shall go a long way in addressing prevailing stigma issues as well.
Political Collective – TB Coalition	Formation of a political collective, especially constituting Medical Parliamentarians; Convening a quarterly meeting with elected leaders shall position TB issues high on national agenda.

¹ Select observations and recommendations are drawn from the field work and formative research done by the TB specialists, NGOs and others during the ACSM mission-2018.

<p>Enhanced Media Engagement</p>	<p>Media is located at the interface between public and policy agendas thus, plays a major role in setting policy agendas. It also provides a window into issues concerning the general population and helping influence policy agendas by focusing public attention on particular issues, such as TB. Therefore, the media could play a role in framing policy debates about major health reform issues, especially in maintaining momentum for disease control.</p>
<p>‘Positive Deviants’(TB Survivors) in TB Programme</p>	<p>The TB Survivors who have successfully completed the treatment and those who represent the same community where the other “laggards” or people with misconceptions and lack of information are situated, are positioned strategically in playing the much desired catalytic role in the TB ASCM programme.</p>
<p>Goodwill Advocates – Enhanced Outreach Connecting ‘Voices’ of People</p>	<p>Well-known figures help the issue in amplifying the message, generating more funds, expanding partnerships and, most significantly so, catching eye-balls to the cause. Hence, for enhancing people’s engagement with the TB prevention and timely treatment and also the associated stigma concerns in Sri Lanka, the ACSM mission recommends NPTCCD/MoH to explore possibilities of bringing a Cricketer and a Movie/TV star on board with the TB Control programme</p>
<p>Formation of Technical Support Unit (TSU) Steering ACSM NPTCCD</p>	<p>In addressing the critical needs of behavior-marketing, demand-generation of TB care & treatment and in mitigating stigma issues, a full-fledged dedicated TSU located within the NPTCCD is recommended. Such a highly specialized unit shall comprise of ‘creative professionals’ such as health communication & marketing specialists, social scientists, experienced campaigners and TB advocates. The unit shall have a clearly etched road-map of researching, designing, planning, executing, coordinating and monitoring of focused ACSM interventions and the ensuing national campaign – as a ‘Campaign Secretariat (“war room”).</p>
<p>Quarterly Monitoring Streamlining ACSM</p>	<p>The central ACSM coordination group shall earmark specific achievable benchmarks which could be reviewed through a quarterly mechanism. Such a quarterly review may like to involve multiple partners in the review exercise and seek solutions wherever the impediments are spotted, if any</p>
<p>Capacity Development – devising local indicators and designing communication</p>	<p>The gatekeepers of the TB communication interventions and the civil society partners - situated at the field-level - be thoroughly trained in and engaged with hands-on skills building in shaping up M&E indicators and implementation processes. This is more so as the TB Communication indicators and various new-age and simple-to-follow methodologies need to be locally developed and be contextualized to the local realities</p>
<p>TB Communication ‘Audit’ – Bi-Yearly or Annually</p>	<p>Are we reaching the right audiences and with the right messages in TB Communication? Is our message consistent and leading to affirmative action? Is our ACSM actually addressing the inherent concerns & risks of the ‘Clients’, ‘Gatekeepers’ and ‘Stakeholders’ under the TB Control programme? To determine whether we are on the right path as was envisaged and whether the subscribed communications tools are working well, we need a yearly Communications Audit: a snapshot of TB’s Outreach & Communications interventions, strategies, activities and programs.</p>

REFERENCES

- Connolly, M., & Nunn, P. (1996). Women and tuberculosis. *World Health Stat Q*, 49(2):115-9. Review. PubMed PMID: 9050189.
- Das, P., & Horton, R. (2010). Tuberculosis - time to accelerate progress. *Lancet*, 375(9728),1755–1757. doi:[10.1016/S0140-6736\(10\)60600-9](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(10)60600-9)
- De Cock, K. M., Mbori-Ngacha, D., & Marum, E. (2002). Shadow on the continent: public health and HIV/AIDS in Africa in the 21st century. *Lancet*, 360(9326), 67-72.
- Gupta, D. (2014). *Polio Eradication Campaign in the NCR of Delhi*. Research & Doctoral Unit (pp. 92-97). SOJNMS.
- Handaragama, S., & Rasnayake, S. (2011). *Development Sociology*. Baththaramulla: Sameera Publications.
- Hargreaves, J. R., Boccia, D., Evans, C. A., Adato, M., Petticrew, M., & Porter, J. D. (2011). The social determinants of tuberculosis: from evidence to action. *American Journal of Public Health*, 101(4), 654-62. doi:[10.2105/AJPH.2010.199505](https://doi.org/10.2105/AJPH.2010.199505)
- Hudelson, P. (1996). Gender differentials in tuberculosis: the role of socio-economic and cultural factors. *Tuber Lung Dis*, 77(5), 391-400. Review. PubMed PMID: 8959141.
- NPTCCD (2015). *National Strategic Plan for TB Control 2015-2020*. Sri Lanka: Ministry of Health.
- Shmidt, K. (2014). *Applying Lessons from Behavior Change Communications to the Design of an Intervention Promoting Family and Community Support for Learning to Read*. Education Data for Decision Making (EdData II), Task Order 20. Report. RTI International. Retrieved from <https://www.globalreadingnetwork.net/publications-and-research/task-order-20-measurement-and-research-support-education-strategy-goal-1>
- WHO (2010). *Equity, social determinants and public health Programmes* (pp. 220–37). Geneva: World Health Organization.

WHO (2016). *Global Tuberculosis Report 2016*. Switzerland: World Health Organization.

WHO (2017). *Bending the Curve, Ending TB: Annual Report 2017*. India: Regional Office for South - East Asia, World Health Organization

FICHA TÉCNICA

Diretor/Director: **Carlos Amaral Dias**

Editor: **Vasco Almeida**

Conselho de Redação/Associated Editors: **Fernanda Daniel, Henrique Vicente, Inês Amaral, Maria João Barata**

Conselho Editorial/Editorial Board:

Ana Albuquerque Queiroz, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra

Ana Maria Botelho Teixeira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Ana Maria Loffredo, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo

Arley Andriolo, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Carlos Flores Jacques, School of Humanities and Social Sciences, Al Ahkawayn University Ifrane, Marrocos

Fernanda Rodrigues, Faculdade de Ciências Sociais, Mestrado em Serviço Social, Universidade Católica Portuguesa, Braga

Francisco Esteves, Departamento de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE-IUL - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Lisboa

Isabel Maria Farias Fernandes de Oliveira, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal RN

Isabel Soares, Departamento de Psicologia Aplicada, Universidade do Minho, Braga

José A. Bragança de Miranda, Departamento de Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Carlos Zanelli, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis SC

José Esteves Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

José Marques Guimarães, CEPES - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, Porto

José Paulo Netto, Escola de Serviço Social da UFRJ, Rio de Janeiro

José Pedro Leitão Ferreira, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

José Pinheiro Neves, Departamento de Sociologia ICS, Universidade do Minho

José Pinto Gouveia, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade de Coimbra

Jorge Trindade, Instituto de Psicologia, Porto Alegre

Lúcia Barroco, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Leny Sato, Instituto de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da Universidade de São Paulo

Manuel Morgado Rezende, Programa de Graduação em Psicologia da Saúde, Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, SP

Maria Carmelita Yasbek, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Maria José Aguilar Idáñez, Departamento de Derecho de Trabajo y Trabajo Social, Universidad de Castilla-La Mancha, Cuenca

Maria Nunes Dinis, Division of Social Work, California State University, Sacramento, USA

Mathilde Neder, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica, Núcleo de Psicologia Hospitalar e Psicossomática, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Paula Cristina Tavares, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo Coelho de Araújo, Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, Universidade de Coimbra

Paulo César Sandler, Sociedade Brasileira de Psicanálise

Pedro Nobre, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto

Yara Frizzera Santos, Escola de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica Belo Horizonte MG

Proprietário:
Instituto Superior Miguel Torga
NIPC 900201835
Sede de Redação:
Largo da Cruz de Celas n.º 1
3000-132 Coimbra

Design, Paginação e Web:
Paulo Pratas

ISSN: 2184-2929
